

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

A Dedução Transcendental B na *Crítica da Razão Pura*: o problema da unidade sintética e da unidade sensível

JOSÉ LUCIANO VERÇOSA MARQUES

São Carlos, SP
2020

JOSÉ LUCIANO VERÇOSA MARQUES

A Dedução Transcendental B na *Crítica da Razão Pura*: o problema da unidade sintética e da unidade sensível

Tese para obtenção do título de Doutor em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo R. Licht dos Santos

São Carlos, SP
2020

Verçosa Marques, José Luciano

A Dedução Transcendental B na Crítica da Razão Pura: o problema da unidade sintética e da unidade sensível / José Luciano Verçosa Marques. -- 2020.

178 f. : 30 cm.

Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: José Luciano Verçosa Marques

Banca examinadora: Prof. Dr. Mario Caimi, Prof. Dr. Luciano Nervo Codato, Prof. Dr. Marcos César Seneda, Prof. Dr. Francisco Augusto de Moraes Prata Gaspar

Bibliografia

1. Immanuel Kant. 2. Crítica da Razão Pura. 3. Dedução Transcendental. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato José Luciano Verçosa Marques, realizada em 09/03/2020:

Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos
UFSCar

Prof. Dr. Francisco Augusto de Moraes Prata Gaspar
UFSCar

Prof. Dr. Luciano Nervo Codato
UNIFESP

Prof. Dr. Marcos César Seneda
UFU

Prof. Dr. Mario Pedro Miguel Caimi
UBA

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Marcos César Seneda e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Paulo Roberto Licht dos Santos

À Patrícia Fernandes da Cruz

Agradecimentos

À CAPES, pelas bolsas que me foram fornecidas e que possibilitaram a realização do doutorado no Brasil e no exterior (processo nº 88881.186944/2018-01).

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, pela oportunidade e pelo suporte que me foi dado, de modo que pudesse concluir os meus trabalhos da melhor maneira possível.

Ao Prof. Dr. Paulo R. Licht dos Santos, pela orientação mais que atenciosa e paciente, pelo exemplo como professor e como pesquisador.

Ao Prof. Dr. Heiner F. Klemme, que me recebeu atenciosamente e me deu todo auxílio necessário durante o estágio no exterior.

À Martin-Luther-Universität e ao Interdisziplinäres Zentrum für die Erforschung der Europäischen Aufklärung, que me receberam em Halle durante setembro de 2018 a fevereiro de 2019 e forneceram toda assistência necessária para o cumprimento de parte do doutorado na Alemanha.

A todos os colegas do Grupo Kant e História da Filosofia, por toda discussão acerca da obra kantiana e pelas diversas vezes em que pacientemente ouviram, criticaram e debateram, esforço sem o qual o presente trabalho não seria possível. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Luciano Codato, quem me auxiliou inúmeras vezes na realização do presente trabalho. Agradeço também ao Prof. Dr. Márcio Suzuki e ao Prof. Dr. Oliver Tolle, que possibilitaram a criação e manutenção do grupo.

A todos os colegas do Seminar: Grundprobleme der Philosophie der Neuzeit, por debaterem meu trabalho, fornecendo contribuições extremamente úteis para o seu desenvolvimento.

A todos os colegas do Departamento de Filosofia da UFAL, pelo auxílio e pela oportunidade de debater o trabalho em sua fase final.

Ao Prof. Dr. Gerson Luiz Louzado e ao Prof. Dr. José Eduardo Marques Baioni, por terem participado de meu exame de qualificação, fornecendo contribuições extremamente importantes para o desenvolvimento do presente trabalho.

Ao Prof. Dr. Mario Caimi, ao Prof. Dr. Marcos César Seneda e ao Prof. Dr. Francisco Augusto de Moraes Prata Gaspar, pela participação na banca e defesa, em que contribuíram com críticas e sugestões valiosas para o texto final da tese.

A todos os demais professores e funcionários do Departamento de Filosofia da UFSCar, especialmente à Vanessa Cristina Migliato, secretária do PPGFil-UFSCar, especialmente por toda atenção e auxílio na solução das mais variadas questões relativas aos trâmites

acadêmicos.

A todos os amigos que me acompanharam durante esse período: Rafael Hjertquist, Emanuel Lanzini Stobbe, Taciane Alves, João Paulo Rissi, Diego Pedreira, Rafael Chagas Vicente, Bruno Turci, Érica Vecchia, Fábio Scherer, Leonardo Carniato, Dustin Heße, Felix Böhmi, Johannes Schreiber, Bastian Kleinbrahm, Daniel Weicht, Matthias Olbrich.

A todos os demais amigos do Rugby São Carlos e do USV Halle Rovers, pela amizade e pelo companheirismo compartilhado dentro e fora de campo.

Aos meus pais, Virginia e Fernando, pela paciência e por todo apoio que me deram durante não apenas o doutorado, mas durante toda a vida.

À minha irmã, Aninha, pelo carinho, pelo apoio, e por tudo mais.

Aos meus sogros, Sandra e Tadeu, pelo carinho e pelo suporte.

Por fim, um agradecimento mais do que especial à Patrícia Cruz, por estar sempre do meu lado em tudo.

Cabe apenas comentar que certamente comento alguma injustiça aqui, pois posso ter me esquecido de alguém, visto que foram tantas as pessoas que me acompanharam durante esses anos, me auxiliando dos modos mais variados possíveis. A esses que por ventura não tenha me referido aqui, peço mil desculpas e um muitíssimo obrigado.

[...] – Olhe, Quaderna, o “penetral” é de lascar! Ou você tem “a intuição do penetral” ou não tem intuição de nada! Basta que eu lhe diga que “o penetral” é “a união do faraute com o insólito regalo”, motivo pelo qual abarca o faraute, a quadra do deferido, o trebelho da justa, o rodopelo, o torvo torvelim e a subjunção da relápsia!

– Danou-se! – exclamei, entusiasmado. – O penetral é tudo isso, Clemente?

– Tudo isso e muito mais, Quaderna, porque o penetral é “o único-ampló”! Você sabe como é que “a centúria dos íncolas primeiros”, isto é, os homens, sai da “desconhecença” para a “sabença”?

– Sei não, Clemente! – confessei, envergonhado!

– Bem, então, para ir conhecendo logo o processo gaviônico de conhecimento penetrálico, feche os olhos! [...]

Ariano Suassuna, Romance d’A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta (2010, p.193).

Resumo

No §26 da Dedução Transcendental B da *Crítica da Razão Pura*, Kant afirma que o espaço e o tempo não são representados meramente como formas, mas como intuições formais. Essas representações pressupõem uma síntese que lhes dá unidade. A unidade dessa síntese não pode ser outra senão a unidade que síntese intelectual confere ao múltiplo de uma intuição em geral em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção. Essa condição, necessária ao desenvolvimento da prova da validade objetiva das categorias, traz consigo duas dificuldades. A primeira dificuldade diz respeito à compreensão da própria natureza intuitiva do espaço e do tempo, pois, segundo suas exposições metafísicas, a unidade dessas representações desempenha papel fundamental na comprovação do espaço e do tempo como intuições puras. A segunda dificuldade diz respeito ao estatuto do dado sensível. Uma vez que o espaço e o tempo, que dão as condições segundo as quais algo pode ser dado, são representados por uma unidade sintética, como então é possível que algo seja dado anteriormente e independentemente da síntese como atividade do entendimento? Para esclarecer esse ponto, a presente tese tem o objetivo de demonstrar que o espaço e o tempo só podem ser representados como intuições puras mediante uma determinação do entendimento que reúne as condições de aparecimento do múltiplo em uma unidade sintética. Essa atividade, porém, não produz as condições de aparecimento do múltiplo, mas simplesmente as representa sob um conceito de objeto. Isso significa que a característica propriamente intuitiva, a singularidade, não é produzida. Desse modo, a correlação assinalada pela co-dependência entre entendimento e sensibilidade deve ser analisada em relação a uma demonstração que exige examinar concomitantemente a esfera ativa do entendimento para entender a sensibilidade e vice-versa. Com isso, procura-se demonstrar que as representações objetivas do espaço e do tempo, embora sejam representadas por intermédio de uma síntese, o que lhes convém de propriamente intuitivo permanece e é verificado na medida em que o entendimento unifica suas representações. Desse modo, é possível compreender que a unificação dessas representações pelo entendimento não é condição necessária para que algo seja dado, mas apenas para que o dado possa ser apreendido como objeto.

Palavras-chave: Kant; *Crítica da Razão Pura*; Estética Transcendental; Dedução Transcendental B; síntese transcendental da imaginação; espaço; tempo;.

Abstract

In §26 of B-Deduction of the *Critique of Pure Reason*, Kant states that space and time are not represented merely as forms, but as formal intuitions. Their representations presuppose a synthesis that gives them unity. The unit of this synthesis can be no other than the unit that intellectual synthesis gives to the manifold of an intuition in general, in accordance with the original synthetic unity of apperception. This condition, necessary for the development of the proof of the categories as objectively valid, brings with it two difficulties. The first difficulty concerns to the comprehension of the very intuitive nature of space and time, because, according to their metaphysical expositions, the unity of these representations plays a fundamental role in proving space and time as pure intuitions. The second difficulty concerns the status of the sensible given. Since space and time, which give the conditions under which something can be given, are represented by a synthetic unit, how then is it possible for something to be given previously and independently of a synthesis as an activity of understanding? To clarify this point, the present Thesis aims to demonstrate that space and time are only represented as pure intuitions under a determination of the understanding, which unifies the conditions of givenness of the manifold under a synthetic unity. This activity doesn't produce the conditions of the givenness of the manifold, but only represents it under a concept of object. This means that the proper intuitive characteristic, the singularity, is not produced. In this way, the correlation marked by the codependency between understanding and sensibility must be analyzed in relation to a demonstration that requires examining the active sphere of understanding concomitantly to sensibility and vice versa. With this, we try to demonstrate that the objective representations of space and time, although they are represented by means of a synthesis, what defines them as intuitions remains and is verified as the understanding unifies their representations. In this way, it is possible to comprehend that the unification of these representations by understanding is not a necessary condition for something to be given, but only so that the given can be apprehended as an object.

Keywords: Kant; Critique of Pure Reason; Transcendental Aesthetics; transcendental synthesis of imagination; space; time.

Observações acerca das citações

A presente tese faz uso das citações de duas maneiras. As obras kantianas são citadas conforme a nomenclatura padrão, estabelecida pela *Kant-Forschungsstelle der Johannes Gutenberg-Universität Mainz* (FORMALE... , 2019):

AA Akademie Ausgabe

Br Briefe (AA 10-13)

GUGR Von dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume (AA 02)

KrV Kritik der reinen Vernunft (citada segundo a paginação original A/B)

Log Logik - Jäsche (AA 09)

MAN Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaften (AA 04)

MSI De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis (AA 02)

ProI Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik (AA 04)

Refl Reflexion (AA 14-19)

UD Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral (AA 02)

As demais obras foram citadas conforme a ABNT NBR 10520:2002, em que se segue o sistema autor-data, tal como estabelecido pelo item 6.3 (ABNT, 2002).

Sumário

Resumo	vii
Abstract	ix
Observações sobre as citações de Kant	xi
Introdução	1
Considerações iniciais	1
Uma primeira aproximação do problema	3
O problema da unidade do espaço e do tempo	8
As interpretações acerca das unidades do espaço e do tempo	16
O problema da unidade das representações dadas no espaço e no tempo	28
Tese e estrutura do trabalho	32
1 Os dois sentidos de síntese na Dedução Transcendental B	37
1.1 As duas definições de síntese da Analítica dos Conceitos	38
1.2 A Dedução Transcendental B como uma prova em dois passos	41
1.3 Os dois passos da prova a partir do §21	50
1.4 A síntese intelectual e a síntese figurativa	56
1.5 A convergência dos dois passos da prova	59
2 A unificação do múltiplo da intuição em geral pela síntese intelectual	63
2.1 O entendimento como a faculdade de ligação	66
2.2 A unidade originário-sintética da apercepção	72
2.3 A primeira etapa: unidade objetiva da consciência	79
2.4 A segunda etapa: o papel das funções lógicas do julgar	83
2.5 A terceira etapa: a relação entre as categorias e as funções lógicas do julgar	89
3 A unificação do múltiplo da intuição empírica pela síntese figurativa	93
3.1 A conclusão geral da Dedução Transcendental B	95
3.2 A questão dos parágrafos intermediários	98
3.3 A primeira etapa: a restrição do entendimento aos objetos da sensibilidade humana	100
3.4 A segunda etapa: a aplicação do entendimento à sensibilidade	104

3.5	A terceira etapa: o fundamento transcendental da apreensão	113
4	A unidade objetiva e a unidade sensível	121
4.1	As unidades do espaço e do tempo	122
4.2	A aprioridade do espaço e do tempo	124
4.3	A unidade como totalidade e a unidade como singularidade	136
4.4	O dado sensível na sensibilidade	144
	Considerações finais	149
	Anexo I - Trabalhos relacionados à presente tese	153
	Bibliografia	155

Introdução

Considerações iniciais

A presente tese busca fornecer uma contribuição pequena, mas importante para a compreensão da Dedução Transcendental B. Essa contribuição é esclarecer o modo como o entendimento se relaciona com a sensibilidade mediante as representações originárias do espaço e do tempo.

Uma das principais dificuldades acerca da Dedução Transcendental B consiste em se compreender o papel desempenhado pela síntese na constituição das representações objetivas do espaço e do tempo como intuições. Segundo o expediente de prova da segunda edição, a validade objetiva completa das categorias em relação ao dado sensível é estabelecida como plenamente possível na medida em que se demonstra que o espaço e o tempo, cujas representações contêm as condições formais de aparecimento do dado sensível, são representados mediante uma síntese que não pertence aos sentidos.

Essa afirmação traz consigo algumas dificuldades, pois parece contradizer as afirmações contidas na Estética Transcendental, especificamente as passagens das exposições metafísicas, em que se demonstra que o espaço e o tempo são intuições (e, portanto, não são conceitos) exatamente por que sua unidade estabelece um todo que antecede as partes.

No que se segue, busca-se demonstrar que a exigência necessária à consecução da prova da validade objetiva das categorias, tal como apresentada na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, não contradiz a Estética Transcendental, mas antes fornece um complemento ao seu texto, esclarecendo que o espaço e o tempo podem ser reconhecidos como

intuições puras exatamente na medida em que o entendimento, por intermédio de uma síntese transcendental da imaginação, unifica os sentidos externo e interno segundo a unidade originário-sintética da apercepção.

De um modo mais específico, a presente tese busca esclarecer que a Dedução Transcendental B fornece uma informação suplementar acerca das representações do espaço e do tempo: que elas dependem de uma atividade sintética para que sejam originariamente representadas. Por conseguinte, o espaço e o tempo são aferidos como intuições puras apenas na medida em que o entendimento atribui aos sentidos externo e interno uma unidade, reunindo as condições de aparecimento do dado sensível em uma representação objetiva.

Essa relação originária do entendimento com sensibilidade não produz o espaço e o tempo como formas da intuição, mas tão somente confere unidade às condições de aparecimento do múltiplo de modo que seja possível representá-los originariamente como um objeto, ou seja, a característica intuitiva dessas representações não é produzida pelo entendimento, mas apenas reunida em uma representação objetiva. Por conta disso, por um lado, se observa certa dependência do entendimento por parte das representações do espaço e do tempo como intuições, porém, essa dependência só é verificada quando se representa o múltiplo dado sob uma unidade objetiva, ou seja, por meio dessa relação originária se verifica que o espaço e o tempo só são representados na medida em que o entendimento determina a sensibilidade, mas o dado sensível pode mesmo assim aparecer nos sentidos em referência a uma unidade apenas subjetiva, isto é, de modo anterior e independente de qualquer determinação do entendimento.

Desse modo, a exposição subsequente busca esclarecer essa relação complexa entre as duas faculdades fundamentais do conhecer, lançando alguma luz acerca das representações do espaço e do tempo e como elas dão uma das condições da determinação objetiva da experiência.

Uma primeira aproximação do problema

As dificuldades encontradas na Dedução Transcendental B não estão apenas na prova da validade objetiva das categorias, mas se estendem igualmente para a relação que mantém com a Estética Transcendental, que a precede, em particular, com o estatuto que o dado sensível possui diante da atividade de síntese. O debate a esse respeito é intenso e encontra-se ainda muito distante de ser encerrado, de modo que, em vista de se apresentar o problema com maior clareza, torna-se necessário trabalhar mediante sucessivas aproximações, no sentido determinar com exatidão o problema, as linhas gerais defendidas pelos intérpretes e, finalmente, a tese que deve ser defendida neste trabalho.

A conclusão da prova completa da validade objetiva das categorias, tal como apresentado na 2ª edição da *Crítica da Razão Pura*, estabelece que a apreensão do múltiplo sensível segundo uma unidade objetiva só pode ser possível na medida em que a síntese de sua apreensão é acompanhada pelas representações do espaço e do tempo como intuições:

Possuímos *formas a priori* tanto da intuição sensível externa como da interna nas representações de espaço e de tempo; e a essas sempre tem de ser conforme a síntese de apreensão do múltiplo do fenômeno, pois ele só pode acontecer por meio dessas formas. Porém, espaço e tempo não são representados *a priori* meramente como *formas*, mas como intuições mesmas (que contêm um múltiplo); e, assim, com a determinação da *unidade* desse múltiplo nelas (*cf.* Estética Transcendental). Portanto, a *unidade da síntese* do múltiplo, fora de nós ou em nós, por meio do que também uma *ligação* de tudo que deve ser representado como determinado no espaço e no tempo, já é dada *a priori* como condição da síntese de toda *apreensão* em concomitância [*zugleich*] com (não em) essas intuições. Essa unidade sintética, porém, não pode ser outra senão a da ligação do múltiplo de uma *intuição em geral* dada em uma consciência originária, conforme às categorias, apenas aplicada a nossa *intuição sensível*. Consequentemente, toda síntese, por meio da qual a própria percepção se torna possível, está sob as categorias e, visto que a experiência é cognição por meio de percepções concatenadas, então as categorias são condições de possibilidade da experiência e, desse modo, também valem *a priori* a todos objetos da experiência¹. (KrV, B160-161)

¹ *Wir haben Formen der äußeren sowohl als inneren sinnlichen Anschauung a priori an den Vorstellungen von Raum und Zeit, und diesen muß die Synthesis der Apprehension des Mannigfaltigen der Erscheinung jederzeit gemäß sein, weil sie selbst nur nach dieser Form geschehen kann. Aber Raum und Zeit sind nicht bloß als Formen der sinnlichen Anschauung, sondern als Anschauungen selbst (die ein Mannigfaltiges enthalten) also mit der Bestimmung der Einheit dieses Mannigfaltigen in ihnen a priori vorgestellt (siehe transz. Ästhet.). Also ist selbst schon Einheit der Synthesis des Mannigfaltigen, außer oder in uns, mithin auch eine Verbindung, der alles, was im Raume oder der Zeit bestimmt vorgestellt*

A síntese de apreensão é definida por Kant como o ato de compor o múltiplo em uma intuição empírica. Esse ato possibilita a consciência empírica: “Antes de tudo, assinalo que entendo por *síntese de apreensão* a composição do múltiplo em uma intuição empírica, mediante o que a percepção, isto é, a consciência empírica deste (como fenômeno) se torna possível²” (KrV, B160). A síntese de apreensão está sujeita ao espaço e ao tempo, pois o múltiplo é dado na sensibilidade mediante os sentidos externo e interno. O espaço e o tempo, porém, não são representados meramente como formas da intuição, mas como intuições com a determinação do múltiplo contido em suas representações por meio de uma unidade sintética. Essa determinação não pode ser outra senão aquela que a síntese intelectual prescreve ao múltiplo de uma intuição em geral, ou seja, a unificação segundo as categorias e em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção.

Desse modo, é possível extrair da conclusão do §26 que a condição da validade objetiva das categorias em relação àquilo que é dado na sensibilidade humana é possível na medida em que a síntese de apreensão acontece juntamente *com* as representações do espaço e do tempo e não *nas* representações do espaço e do tempo. Por conseguinte, torna-se possível verificar uma dupla relação da síntese de apreensão com o espaço e com o tempo. Por um lado, ela depende das condições de aparecimento do múltiplo aos sentidos, pois os sentidos externo e interno estão contidos nas formas puras da intuição sensível. Por outro lado, ela adquire validade objetiva quando o entendimento, por intermédio de uma atividade sintética, unifica o múltiplo do espaço e do tempo segundo as categorias e em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção.

As dificuldades acerca da realização dessa prova apresentam-se devido ao pressuposto de que as representações do espaço e do tempo só sejam possíveis por intermédio de uma uni-

werden soll, gemäß sein muß, a priori als Bedingung der Synthesis aller Apprehension schon mit (nicht in) diesen Anschauungen zugleich gegeben. Diese synthetische Einheit aber kann keine andere sein, als die der Verbindung des Mannigfaltigen einer gegebenen Anschauung überhaupt in einem ursprünglichen Bewußtsein, den Kategorien gemäß, nur auf unsere sinnliche Anschauung angewandt. Folglich steht alle Synthesis, wodurch selbst Wahrnehmung möglich wird, unter den Kategorien, und, da Erfahrung Erkenntnis durch verknüpfte Wahrnehmungen ist, so sind die Kategorien Bedingungen der Möglichkeit der Erfahrung, und gelten also a priori auch von allen Gegenständen der Erfahrung.

²Zwörderst merke ich an, daß ich unter der Synthesis der Apprehension die Zusammensetzung des Mannigfaltigen in einer empirischen Anschauung verstehe, dadurch Wahrnehmung, d.i. empirischen Bewußtsein derselben, (als Erscheinung) möglich wird.

dade exclusivamente objetiva: “Essa unidade sintética [a unidade da síntese do múltiplo do espaço e do múltiplo do tempo], porém, não pode ser outra senão a da ligação do múltiplo de uma *intuição em geral* dada em uma consciência originária, conforme às categorias, apenas aplicada a nossa *intuição sensível*”. Como consequência, o espaço e o tempo são representações que só se apresentam para o sujeito na medida que o entendimento unifica a sensibilidade.

Os motivos para essa unidade exclusivamente objetiva do espaço e do tempo são dois. O primeiro deles é apresentado no §16 e também serve de pressuposto necessário para o reconhecimento da natureza sintética da unidade originário-sintética da apercepção. Esse pressuposto é o de que nada pode ser analisado sem que o tenha sido ligado anteriormente:

[...] essa completa identidade da apercepção de um múltiplo dado na intuição contém uma síntese das representações e é possível apenas por meio da consciência dessa síntese. Pois a consciência empírica, que acompanha diferentes representações, é em si dispersa e sem relação com a identidade do sujeito. Essa relação acontece, portanto, por meio ainda não de eu acompanhar cada representação, mas de eu adicionar umas às outras e ser-me consciente de sua síntese. Portanto, apenas por meio de eu poder ligar um múltiplo de representações dadas em uma consciência, que se torna possível que eu represente propriamente para mim a identidade da consciência nessas representações, isto é, a unidade analítica da apercepção só é possível sob a pressuposição de alguma sintética.³ (KrV, B133)

A passagem do §16 apresenta um pressuposto fundamental não apenas para a unidade originário-sintética da apercepção, mas também para todas as demais representações possíveis. Nela, é feito o esclarecimento de que toda representação passível de análise deve ter sido ligada anteriormente. O espaço e o tempo, enquanto representações, também estão sujeitos a essas condições. Se o espaço e o tempo fossem dados mediante uma unidade anterior a qualquer ato de ligação, então o conhecimento a seu respeito deveria ser sempre

³[...] *diese durchgängige Identität der Apperzeption eines in der Anschauung gegebenen Mannigfaltigen, enthält eine Synthesis der Vorstellungen, und ist nur durch das Bewußtsein dieser Synthesis möglich. Denn das empirische Bewußtsein, welches verschiedene Vorstellungen begleitet, ist an sich zerstreut und ohne Beziehung auf die Identität des Subjekts. Diese Beziehung geschieht also dadurch noch nicht, daß ich jede Vorstellung mit Bewußtsein begleite, sondern daß ich eine zu der anderen hinzusetze und mir der Synthesis derselben bewußt bin. Also nur dadurch, daß ich ein Mannigfaltiges gegebener Vorstellungen in einem Bewußtsein verbinden kann, ist es möglich, daß ich mir die Identität des Bewußtseins in diesen Vorstellungen selbst vorstelle, d. i. die analytische Einheit der Apperzeption ist nur unter der Voraussetzung irgendeiner synthetischen möglich. [...]*

analítico, ou seja, com base apenas na distinção de seus conceitos.

O segundo motivo, por sua vez, é apresentado no §18 e esclarece que, para algo poder ser dado sob uma unidade subjetiva, é necessário que ele ocorra nos sentidos:

A *unidade transcendental* da apercepção é aquela por meio da qual o múltiplo dado em uma intuição é unificado no conceito de objeto. Ela se chama, por essa razão, de *objetiva* e deve ser diferenciada da *unidade subjetiva da consciência*, que é a determinação do sentido interno por meio da qual aquele múltiplo da intuição é dado *empiricamente* a uma tal ligação. Que eu possa ser-me consciente do múltiplo como simultâneo ou sucessivo, isso é algo que depende das circunstâncias ou das condições empíricas. Por isso, a unidade empírica da consciência, por meio da associação das representações, diz ela própria a um fenômeno e é completamente contingente. Em contrapartida, a forma da intuição no tempo, meramente como intuição em geral que contém um múltiplo, submete-se à unidade originária da consciência pura e simplesmente mediante a relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso*; portanto, mediante a síntese pura do entendimento, que reside *a priori* como fundamento da empírica. Somente aquela unidade é válida objetivamente. A unidade empírica da apercepção, que não levamos em consideração aqui, e que também só é derivada da primeira sob condições dadas *in concreto*, tem validade apenas subjetiva. Um liga a representação de uma certa palavra com uma coisa, outro, com uma outra coisa; e a unidade da consciência no que é empírico não é necessária e válida universalmente com relação ao que é dado.⁴ (KrV, B139-140)

Segundo o §18, a unidade subjetiva do múltiplo é possível com base na determinação do sentido interno: “[.] deve ser diferenciada da *unidade subjetiva da consciência*, que é a determinação do sentido interno, por meio do que aquele múltiplo da intuição é dado em uma tal ligação *empírica* [...]”. Em contrapartida, a unidade objetiva da consciência é

⁴Die transzendente Einheit der Apperzeption ist diejenige, durch welche alles in einer Anschauung gegebene Mannigfaltige in einen Begriff vom Objekt vereinigt wird. Sie heißt darum objektiv, und muß von der subjektiven Einheit des Bewußtseins unterschieden werden, die eine Bestimmung des inneren Sinnes ist, dadurch jenes Mannigfaltige der Anschauung zu einer solchen Verbindung empirisch gegeben wird. Ob ich mir des Mannigfaltigen als zugleich, oder nacheinander, empirisch bewußt sein könne, kommt auf Umstände, oder empirische Bedingungen, an. Daher die empirische Einheit des Bewußtseins, durch Assoziation der Vorstellungen, selbst eine Erscheinung betrifft, und ganz zufällig ist. Dagegen steht die reine Form der Anschauung in der Zeit, bloß als Anschauung überhaupt, die ein gegebenes Mannigfaltiges enthält, unter der ursprünglichen Einheit des Bewußtseins, lediglich durch die notwendige Beziehung des Mannigfaltigen der Anschauung zum Einen: Ich denke; also durch die reine Synthesis des Verstandes, welche a priori der empirischen zum Grunde liegt. Jene Einheit ist allein objektiv gültig; die empirische Einheit der Apperzeption, die wir hier nicht erwägen, und die auch nur von der ersteren, unter gegebenen Bedingungen in concreto, abgeleitet ist, hat nur subjektive Gültigkeit. Einer verbindet die Vorstellung eines gewissen Wortes mit einer Sache, der andere mit einer anderen Sache, und die Einheit des Bewußtseins, in dem, was empirisch ist, ist in Ansehung dessen, was gegeben ist, nicht notwendig und allgemein geltend.

possível na medida em que o tempo, como forma da intuição, é representado como uma intuição em geral, com seu múltiplo sob a unidade originária da consciência: “[...] a forma da intuição no tempo, meramente como intuição em geral que contém um múltiplo, submete-se à unidade originária da consciência pura e simplesmente mediante a relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso* ”. O tempo (e, presumivelmente, também o espaço), portanto, quando representado isoladamente, isto é, quando ele é tomado como forma da intuição, sua representação só é possível mediante a unificação de seu múltiplo em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção.

É importante destacar que o espaço e o tempo não podem ser representados mediante uma unidade subjetiva, pois, se assim fosse, eles teriam de ser dados como fenômenos em algum sentido. Se esse sentido fosse dado mediante uma unidade subjetiva, ele também teria de ser dado em um sentido ainda mais originário e assim por diante, até se cair em uma série infinita. A partir do §18, então, é possível notar que o dado sensível pode ser dado sob uma unidade subjetiva apenas porque tem um sentido que o antecede e cuja a unificação de seu múltiplo puro sempre ocorre sob uma unidade objetiva. A unidade objetiva do dado sensível, entretanto, só é possível na medida em que seu múltiplo é unificado juntamente com a unificação da representação dos próprios sentidos em uma unidade objetiva.

Essas características do espaço e do tempo que, por um lado, dão, por meio dos sentidos externo e interno, as condições mediante as quais o múltiplo pode ser dado na sensibilidade e que, por outro lado, só podem ser representados em dependência do entendimento, isto é, as suas representações só são possíveis mediante a relação de seu múltiplo a um *eu penso*, então, surge a dificuldade de se esclarecer como é possível ser dado algo anteriormente à atividade do entendimento e independentemente das funções lógicas do julgar, das quais dependem as próprias representações do espaço e do tempo.

Essa dupla característica do espaço e do tempo na relação dos objetos com o entendimento estabelece um problema que também é duplo: o primeiro deles consiste em se compreender como se dá a relação do entendimento com as próprias representações do espaço e do tempo; o segundo, por sua vez, consiste em se compreender como que, sob a possibilidade das representações do espaço e do tempo exclusivamente mediante uma

unidade objetiva, como é possível que o dado sensível possa aparecer na sensibilidade anteriormente ao entendimento e independentemente das funções lógicas do julgar. Aqui, nomeia-se o primeiro problema de *problema da unidade objetiva do espaço e do tempo* e o segundo problema de *problema da unidade das representações dadas no espaço e no tempo*.

O problema da unidade do espaço e do tempo

O problema da unidade do espaço e do tempo tem sua origem na investigação da relação das afirmações contidas na Dedução Transcendental B, principalmente com as exposições metafísicas do espaço e do tempo tal como apresentadas na Estética Transcendental. Na Dedução Transcendental B, essa relação torna-se mais evidente por meio da conhecida nota de B160-1, que acompanha a conclusão do §26:

O espaço representado como *objeto* (como é efetivamente requerido pela geometria) contém mais que a mera forma da intuição, a saber, a reunião (*Zusammenfassung*) do múltiplo em uma representação intuitiva, dado segundo a forma da sensibilidade, de maneira que a *forma da intuição* dá o mero múltiplo, [enquanto], porém, a *intuição formal* dá a unidade da representação. Na Estética, havia considerado [*gezählt*] essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, por meio da qual, porém, todos os conceitos de espaço e tempo tornam-se possíveis em primeiro lugar. Pois, visto que por meio dela (na medida em que o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são dados como intuições, então a unidade dessa intuição pertence *a priori* ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento (§24)⁵. (KrV, B160-161n.)

De acordo com a nota de B160-1, é preciso fazer a distinção, quando se considera o espaço como objeto (o que, presumivelmente, vale também para o tempo), entre o que em

⁵*Der Raum, als Gegenstand vorgestellt, (wie man es wirklich in der Geometrie bedarf,) enthält mehr, als bloße Form der Anschauung, nämlich Zusammenfassung des Mannigfaltigen, nach der Form der Sinnlichkeit gegebenen, in einen anschauliche Vorstellung, so daß die Form der Anschauung bloß Mannigfaltiges, die formale Anschauung aber die Einheit der Vorstellung gibt. Diese Einheit hatte ich in der Ästhetik bloß zur Sinnlichkeit gezählt, um nur zu bemerken, daß sie vor allem Begriffe vorhergehe, ob sie zwar eine Synthesis, die nicht den Sinnen angehört, durch welche aber alle Begriffe von Raum und Zeit zuerst möglich werden, voraussetzt. Denn da durch sie (indem der Verstand die Sinnlichkeit bestimmt) der Raum oder die Zeit als Anschauungen zuerst gegeben werden, so gehört die Einheit dieser Anschauung a priori zum Raume und der Zeit, und nicht zum Begriffe des Verstandes. (§24).*

sua representação corresponde à forma da intuição e o que corresponde à intuição formal. O espaço e o tempo são representados como intuições formais, isto é, como representações intuitivas constituídas a partir da forma da intuição. As intuições formais, por sua vez, contêm mais do que a mera forma da intuição. Elas contêm uma síntese do múltiplo das representações do espaço e do tempo (“a *forma da intuição* dá o mero múltiplo [enquanto], porém, a *intuição formal* dá a unidade da representação”). Como consequência, essa distinção entre forma da intuição e intuição formal autoriza Kant a reconsiderar, na própria Dedução Transcendental B, o papel da Estética Transcendental: “Na Estética, havia considerado essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, por meio da qual, porém, todos os conceitos de espaço e tempo tornam-se possíveis em primeiro lugar”.

Segundo essa afirmação, então, é possível considerar que as unidades do espaço e do tempo, tal como apresentadas na Estética Transcendental, decorrem de uma síntese, não sendo dadas anteriormente à unificação da sensibilidade pelo entendimento.

A distinção entre forma da intuição e intuição formal, com base na afirmação de que as unidades sintéticas do espaço e do tempo já estão contidas no próprio argumento da Estética Transcendental, leva a duas dificuldades interpretativas. A primeira delas diz respeito à própria distinção entre forma e representação do espaço e do tempo, pois, no §1 da Estética Transcendental, Kant as identifica, quando afirma que intuição pura é apenas um outro modo de chamar a forma da intuição. A segunda dificuldade diz respeito à compreensão da exposição metafísica, em especial, ao terceiro argumento do espaço e ao quarto argumento do tempo, em que se demonstra a natureza intuitiva dessas representações com base nas suas unidades.

A primeira dificuldade delimita-se na medida em que se compara as afirmações contidas na nota de B160-1 com a seguinte passagem do §1 da Estética Transcendental:

Dou o nome de *pura* (na compreensão [*Verstande*] transcendental) a todas as representações em que não se encontra nada que pertença à sensação. Assim, encontrar-se-á a na mente a forma pura da intuição sensível em geral, em que todo múltiplo dos fenômenos é intuído em certas relações. Também chamamos essa forma da sensibilidade ela mesma de *intuição pura*. (...) *Ich nenne alle*

Vorstellungen rein (im transzendentalen Verstande), in denen nichts, was zur Empfindung gehört, angetroffen wird. Demnach wird die reine Form sinnlicher Anschauung überhaupt im Gemüte a priori angetroffen werden, worinnen alles Mannigfaltige der Erscheinungen in gewissen Verhältnissen angeschauet wird. Diese reine Form der Sinnlichkeit wir auch selber reine Anschauung heißen. (...). (KrV, A 20-21/B 34-35)

Segundo o §1, intuição pura é um outro nome que pode ser atribuído à forma da intuição, que é a condição em que o fenômeno pode ser ordenado sob determinadas relações (KrV, A20/B34). Essa identificação é possível porque a intuição pura, por ser “pura”, não contém nada que concorra à experiência, ou seja, ela é uma representação constituída exclusivamente a partir da forma. A intuição pura é, por essa razão, a mera representação *a priori* das condições de ordenamento do fenômeno. Em contrapartida, a intuição formal recebe a definição de “formal” precisamente por não conter nada que provenha da sensação. Por conseguinte, a intuição formal também é uma representação da mera forma, isto é, das condições de ordenamento do fenômeno. Como consequência, como intuição formal representa aquilo que é representado pela intuição pura, há de se convir que são a mesma representação. Logo, a nota de B160-1, ao distinguir forma da intuição de intuição formal, estaria entrando em conflito textual com a passagem acima?

A identidade entre a intuição pura e a intuição formal também é consolidada por meio da exposição transcendental do espaço. Nela, Kant afirma que o espaço da geometria, definido na nota de B160-1 como intuição formal, é uma intuição pura⁶:

Geometria é uma ciência que determina as propriedades do espaço sinteticamente e, todavia, *a priori*. O que tem de ser pois o espaço para que uma tal cognição a seu respeito seja possível? Ele tem de ser originariamente intuição, pois, a partir de um mero conceito, nenhuma proposição se deixa extrair que

⁶Convém destacar que, para Longuenesse (1993, p.238), o espaço da geometria já é evidenciado no terceiro argumento da exposição metafísica, na medida em que Kant se refere à necessidade do espaço como intuição para se extrair conhecimentos acerca de um triângulo. Na passagem em questão, o exemplo utilizado é o de que, em um triângulo, a soma de dois lados é maior que o terceiro (KrV, A25/B39). Aqui, porém, optou-se destacar essa necessidade na exposição transcendental do espaço, porque ela serve melhor ao propósito pretendido aqui: o de evidenciar a identidade entre a intuição pura e a intuição formal. Todavia, é possível encontrar interpretações que buscam afirmar a existência da síntese referida na nota de B160-1 como algo exclusivo da exposição metafísica. Um exemplo desse tipo de interpretação, pode ser encontrado em Fichant (1997, p.15)

ultrapasse o conceito, o que, todavia, ocorre na geometria (Introdução, V.). Porém, essa intuição tem ser encontrada em nós *a priori*, isto é, anteriormente a toda percepção de um objeto, portanto, é intuição pura e não empírica. Como as proposições geométricas são em seu conjunto apodíticas, isto é, ligadas com a consciência da necessidade, por exemplo, o espaço tem apenas três dimensões; a mesma proposição não pode ser empírica ou juízos de experiências, nem ser deduzidas a partir deles (Introdução, II.)⁷. (KrV, B40-1)

Apesar de não fazer uma referência clara à forma da intuição, a exposição transcendental estabelece uma identificação entre o espaço da geometria, que, na nota de B160-1, é uma intuição formal, e uma intuição pura (“[...] essa intuição tem ser encontrada em nós *a priori*, isto é, anteriormente a toda percepção de um objeto, portanto, é intuição pura e não empírica [...]”). Por conseguinte, ainda que se considere que a afirmação contida na nota de B160-1 se restrinja apenas à uma revisão da exposição transcendental, é preciso esclarecer a relação entre intuição formal e intuição pura, pois, enquanto a Estética Transcendental afirma que a intuição pura é idêntica à forma da intuição, a nota de B160-1 afirma que a intuição formal lhe é distinta.

Existem dois modos de interpretar a relação da intuição formal com a forma da intuição. O primeiro modo é considerar essa distinção como uma distinção de instâncias de uma mesma representação. Segundo essa interpretação, a forma da intuição deve ser considerada como uma parte da intuição formal. A intuição formal, por sua vez, é o resultado da unificação sintética da forma da intuição. Essa interpretação considera haver uma distinção efetiva entre forma da intuição e intuição formal, pois a forma da intuição funciona como uma camada originária dotada de unidade própria, enquanto a intuição formal é a representação objetiva dessa camada originária sob uma unidade sintética.

Sob esse primeiro modo, o conflito textual expresso na relação da intuição pura com

⁷*Geometrie ist eine Wissenschaft, welche die Eigenschaften des Raumes synthetisch und doch a priori bestimmt. Was muß die Vorstellung des Raumes denn sein, damit eine solche Erkenntnis von ihm möglich sei? Er muß ursprünglich Anschauung sein; denn aus einem bloßen Begriffe lassen sich keine Sätze, die über den Begriff hinausgehen, ziehen, welches doch in der Geometrie geschieht (Einleitung V). Aber diese Anschauung muß a priori, d. i. vor aller Wahrnehmung eines Gegenstandes, in uns angetroffen werden, mithin reine, nicht empirische Anschauung sein. Denn die geometrischen Sätze sind insgesamt apodiktisch, d. i. mit dem Bewußtsein der Notwendigkeit verbunden, z. B. der Raum hat nur drei Abmessungen; dergleichen Sätze aber können nicht empirische oder Erfahrungsurteile sein, noch aus ihnen geschlossen werden (Einleitung II).*

a intuição formal deve ser compreendido como um desenvolvimento interno ao próprio argumento e à exposição de Kant. No ensaio pré-crítico *Investigação sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*, de 1763, Kant apresenta uma definição de método filosófico que é reiterada pela Doutrina do Método (Kant, *UD*, AA02:276-277; *KrV*, A713/B741). O método filosófico é distinto do matemático, pois, enquanto a matemática progride por construção de conceitos, em que se apresenta [*darstellen*] o conceito na intuição, a filosofia progride por meio da distinção do conceito. Caimi (2007, p.22) destaca que, na *Crítica da Razão Pura*, o conceito em questão é a própria razão pura. Logo, na medida em que, tal como uma investigação filosófica, se busca distinguir o conceito de razão pura, é plausível compreender que a exposição prossiga distinguindo aquilo que havia sido assumido anteriormente sob a mesma representação. Sob essa diretriz, então, a nota de B160-1 dá um argumento a mais em relação à Estética Transcendental, pois fornece um dado suplementar acerca das representações do espaço e do tempo, que não fora considerado anteriormente: a necessidade de uma síntese por parte das representações do espaço e do tempo; e, por esse motivo, lhe teria sido conferido um adjetivo diferente, apenas com o objetivo de destacar não mais a ausência de conteúdo empírico, o que é assinalado por “puro”, mas a sua constituição por meio da síntese sobre a forma, o que é assinalado por “formal”.

Allison (2004, p.192-3), por exemplo, pode ser considerado como um defensor dessa interpretação, pois, para ele, a nota de B160-1, com vistas não a uma mudança acerca da doutrina, mas em relação à maneira de apresentação, tem a função de retificar uma omissão contida na Estética Transcendental: a necessidade de uma síntese imaginativa por parte do espaço e do tempo⁸. Essa omissão foi operada com o objetivo de assinalar a contribuição particular dessas representações para a cognição.

O segundo modo de interpretar a distinção entre forma da intuição e intuição formal consiste em considerar o espaço e o tempo na medida em que são tomados em relação aos

⁸[...] *Since Kant's concern in the Aesthetic was to isolate sensibility in order to determine its particular contribution to cognition, he had to ignore at that point the necessity of a synthesis for determine representations of space and time (formal intuitions). Accordingly, this methodologically necessary omission is now being rectified. [...]*

fenômenos ou como próprias intuições. Nessa interpretação, a distinção serve para assinalar a assimilação da forma da intuição pela intuição formal, o que implica na necessidade de uma releitura da Estética Transcendental (LONGUENESSE, 1993, p.239).

Segundo Longuenesse (1993, pp.239-ss.), a nota de B160-1 não assinala uma mera mudança em relação à exposição, mas altera radicalmente o modo como os objetos são dados na sensibilidade. Segundo sua interpretação, na medida em que são produtos de uma *synthesis speciosa*, o espaço e o tempo, a partir da nota de B160-1, devem ser considerados como efeito do entendimento sobre a sensibilidade. Por conseguinte, a distinção entre forma da intuição e intuição formal, introduzida pela nota de B160-1, tem a finalidade de esclarecer a assimilação da forma da intuição pela intuição formal, pois a forma da intuição deve ser atribuída ao espaço e ao tempo na medida em que eles são considerados em relação aos fenômenos. Todavia, sob sua interpretação, não existe uma distinção efetiva entre forma da intuição e intuição formal, pois ambas estão sujeitas à mesma unidade; como intuição formal, elas são as próprias representações do ordenamento sensível (intuição pura na Estética Transcendental; e intuição formal na Dedução Transcendental B).

Tanto uma interpretação como a outra permitem solucionar o possível conflito textual entre a Dedução Transcendental B e a Estética Transcendental. Contudo, é importante notar que cada uma dessas interpretações tem relação com um modo de interpretar a unidade da forma da intuição e da intuição formal. A interpretação de que a distinção introduzida pela nota de B160-1 corresponde apenas a uma mudança na exposição compreende que a forma da intuição possui uma unidade anterior à unidade da intuição formal. Em contrapartida, a interpretação de que a distinção introduzida pela nota de B160-1 altera radicalmente o modo como os objetos são dados na sensibilidade compreende que a unidade da forma da intuição e a unidade da intuição formal são a mesma. Essa unidade é produzida por uma síntese, na medida em que o entendimento unifica a sensibilidade.

A questão da relação entre a unidade da forma da intuição e a unidade da intuição formal corresponde à segunda dificuldade que pode ser verificada a partir da nota de B160-1. Nela, Kant afirma que a unidade sintética do espaço e do tempo já estava presente na Estética Transcendental: “[...] Na Estética, havia considerado essa unidade na mera

sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos [...]” (KrV, B160-161n.). Nas exposições metafísicas do espaço e do tempo, o argumento encontra-se enumerado por Kant do seguinte modo: na exposição metafísica do espaço, o argumento divide-se em quatro parágrafos, enumerados de 1 a 4; na exposição metafísica do tempo, o argumento divide-se em cinco parágrafos, enumerados de 1 a 5. A afirmação da nota de B160-1 de que a unidade sintética do espaço e do tempo já estava presente na Estética Transcendental tem implicações principalmente para o argumento 3 do espaço e o argumento 4 do tempo. Em ambos os argumentos, Kant demonstra a natureza intuitiva dessas representações com base nas suas unidades. Na exposição metafísica do espaço, lê-se:

3. O espaço não é nenhum conceito discursivo ou, como e diz, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura. Pois, primeiramente, só se pode representar um único [*einen einigen*] espaço e, quando se deseja falar de vários espaços, entende-se por isso apenas partes de um e mesmo espaço universal. Essas partes também não podem anteceder o espaço único que tudo abarca, como suas partes constituidoras (que possibilitam sua composição), mas somente podem ser pensadas *nele*. Ele é essencialmente uno [*einig*]. O múltiplo nele – e, por conseguinte, o conceito universal de espaços em geral – consiste simplesmente em limitações. Disso se segue que, a seu respeito, uma intuição *a priori* (que não é empírica) reside como fundamento a todos conceitos *seus*. Assim, também, as proposições geométricas como, por exemplo, que, em um triângulo, a soma da extensão de dois lados é maior que a extensão do terceiro lado, nunca são derivadas dos conceitos universais de linha e triângulo, mas da intuição *a priori* e com certeza apodítica⁹. (KrV, A24-25/B39)

A passagem correlata do tempo, está no argumento 4 do argumento da exposição metafísica:

⁹3. *Der Raum ist kein diskursiver, oder, wie man sagt, allgemeiner Begriff von Verhältnissen der Dinge überhaupt, sondern eine reine Anschauung. Denn erstlich kann man sich nur einen einigen Raum vorstellen, und wenn man von vielen Räumen redet, so verstet man darunter nur Teile eines und desselben alleinigen Raumes. Diese Teile können auch nicht vor dem einigen allbefassenden Raume gleichsam als dessen Bestandteile (daraus eine Zusammensetzung möglich sei) vorhergehen, sondern nur in ihm gedacht werden. Er ist wesentlich einig, das Mannigfaltige in ihm, mithin auch der allgemeine Begriff von Räumen überhaupt, beruht lediglich auf Einschränkungen. Hieraus folgt, daß in Ansehung seiner eine Anschauung a priori (die nicht empirisch ist) allen Begriffen von demselben zum Grunde liegt. So werden auch alle geometrische Grundsätze, z. E. daß in einem Triangel zwei Seiten zusammen größer sein, als die dritte, niemals aus allgemeinen Begriffen von Linie und Triangel, sondern aus der Anschauung und zwar a priori mit apodiktischer Gewißheit abgeleitet.*

4. O tempo não é nenhum conceito discursivo ou, como se nomeia, conceito universal, mas uma forma pura da intuição sensível. Diferentes tempos são apenas partes do mesmo tempo. A representação que só pode ser dada por um único (*einen einzigen*) objeto é, porém, intuição. Também, não se deixaria derivar de um conceito universal a proposição de que diferentes tempos não podem ser simultâneos. A proposição é sintética e não pode originar-se exclusivamente a partir de conceitos. Portanto, ela está na intuição e contém imediatamente a representação de tempo¹⁰. (KrV, A31-32/B47)

Vaihinger (1922, v.2, p.212) chama atenção para dois sentidos de unidade contidas em ambas as passagens: o primeiro sentido corresponde à unidade do espaço e do tempo enquanto representações únicas; e o segundo sentido corresponde ao espaço e ao tempo como representações unas. No primeiro sentido, o espaço e o tempo são representações que não encontram par, ou seja, só existe um espaço e um tempo. Quando, por exemplo, se diz haver mais de um espaço, trata-se apenas de partes de um mesmo espaço. O mesmo vale para o tempo. No segundo sentido, as representações do espaço e do tempo são unas, isto é, são um todo anterior às partes. Por conseguinte, as partes não antecedem o espaço e o tempo em uma composição, mas só são possíveis por meio do recorte das representações. Em outros termos, as propriedades que se verifica haver nas partes são exatamente as propriedades do todo.

Com base nesse duplo sentido de unidade, é possível questionar se a unidade sintética que a nota de B160-1 acusa haver na Estética Transcendental corresponde a esses dois sentidos, se corresponde a algum desses sentidos ou se corresponde a nenhum desses sentidos. O modo como se interpreta a distinção entre forma da intuição e intuição formal tem implicações diretas a esse respeito, pois, se se compreende que a forma da intuição possui uma unidade distinta da unidade da intuição formal, então, a sua unidade deve estabelecer-se em um desses dois sentidos ou em ambos. Em contrapartida, se se compreende que as

¹⁰ 4. *Die Zeit ist kein diskursiver, oder, wie man ihn nennt, allgemeiner Begriff, sondern eine reine Form der sinnlichen Anschauung. Verschiedene Zeiten sind nur Teile eben derselben Zeit. Die Vorstellung, die nur durch einen einzigen Gegenstand gegeben werden kann, ist aber Anschauung. Auch würde sich der Satz, daß verschiedene Zeiten nicht zugleich sein können, aus einem allgemeinen Begriff nicht herleiten lassen. Der Satz ist syntetisch, und kann aus Begriffen allein nicht entspringen. Er ist also in der Anschauung und Vorstellung der Zeit unmittelbar enthalten.*

representações às quais Kant se refere nos passos 3 do espaço e 4 do tempo são intuições formais, é preciso explicar a relação da síntese com esses dois sentidos de unidade.

Atualmente, o debate a esse respeito encontra-se organizado na oposição de interpretações entre conceitualistas e não conceitualistas.

As interpretações acerca das unidades do espaço e do tempo

Os comentadores de Kant que tratam das implicações da nota de B160-1 para a compreensão da questão da unidade do espaço e do tempo, mais recentemente, dividem-se em conceitualistas e não conceitualistas¹¹. Embora Longuenesse (1993) não se defina como conceitualista e Fichant (1997) não se defina como não conceitualista, a nomenclatura que organiza os comentários acerca da nota de B160-1 desse modo é útil, pois permite compreender em linhas gerais o modo como o debate se organiza.

Segundo essa divisão, os comentadores considerados conceitualistas interpretam a distinção entre forma da intuição e intuição formal a partir de uma única unidade que antecede e torna possível as representações do espaço e do tempo. Por conseguinte, a nota de B160-1, ao afirmar que há atividade de uma síntese na sensibilidade, faz as representações do espaço e do tempo depender de uma atividade do entendimento sobre a sensibilidade. Em contrapartida, os não conceitualistas interpretam a distinção entre forma da intuição e intuição formal com base em uma distinção de unidades. Segundo essa linha interpretativa, existe uma unidade correspondente à forma da intuição que é dada anteriormente a qualquer atividade sintética do entendimento sobre a sensibilidade. Desse modo, as exposições do espaço e do tempo contidas na *Estética Transcendental* devem ser consideradas como se referindo à unidade da forma da intuição e não a uma unidade sintética. As interpretações

¹¹Onof e Schulting (2014, p.11) apresentam um esquema acerca dessas duas linhas interpretativas, dividindo-as em subgrupos. A interpretação conceitualista é subdividida em conceitualista estrita e conceitualista ampla e a não conceitualista é subdividida em não conceitualista ortodoxa e não conceitualista radical.

não conceitualistas em geral compreendem que a afirmação contida na nota de B160-1, de que a unidade sintética já estava presente na Estética Transcendental, deve ser compreendida como restrita ao registro da exposição transcendental ou ao registro reflexivo que investiga as representações do espaço e do tempo, como defende, por exemplo, Fichant (1997, p.215).

Antes de se passar ao estudo de alguns exemplos dessas linhas interpretativas, porém, convém fornecer uma divisão suplementar, de modo que fique mais clara a divisão não apenas entre conceitualistas e não conceitualistas, mas também em relação às divisões internas a cada uma dessas linhas interpretativas. Aqui, propõe-se que se siga a seguinte divisão: (1) interpretação que considera que o próprio modo de intuir está condicionado às categorias, de modo que a Estética Transcendental precisaria ser reconsiderada mediante os conceitos introduzidos na Dedução Transcendental B (conceitualista); (2) interpretação que diferencia a intuição como representação e a intuição como ato de intuir (não conceitualista); (3) interpretação que considera a intuição como camada originária em oposição à intuição como determinada¹² (não conceitualista); (4) interpretação que distingue a unidade da intuição como singularidade em relação à unidade do conceito como universalidade (conceitualistas e não conceitualistas). Na sequência, apresentam-se exemplos dessas interpretações.

Essa apresentação é estratégica, pois permitirá, a seguir, tornar mais clara a interpretação que propomos no confronto com as leituras assinaladas.

Evolução epigenética da forma da intuição em intuição formal

A primeira interpretação que merece destaque e serve de exemplo do critério (1) é a de Longuenesse (1993). Dentro da distinção do argumento da Dedução Transcendental B, a comentadora defende que o §26 se revela ir além, de modo mais radical, do que simplesmente justificar a aplicação das categorias ao caso particular da intuição sensível. Ela

¹²a diferença desse tipo de interpretação em relação a (2) consiste na compreensão de que a intuição como camada originária é uma instância representativa e não mero recebimento de representações

reinterpreta, especialmente por meio da nota de B160-1, o modo como as coisas são dadas na sensibilidade (LONGUENESSE, 1993, p.235). Essa reinterpretação é feita com base na distinção entre forma da intuição e intuição formal segundo a evolução *epigenética* das condições da representação (LONGUENESSE, 1993, p.244).

Longuenesse (1993, p.240) esclarece que Kant autoriza o uso da noção de epigênese no §27¹³ e que ela é emprestada da biologia. Segundo a biologia, epigênese é o desenvolvimento das capacidades pré-determinadas do organismo segundo as necessidades impostas pelo meio. Assim, quando afirma que a distinção da nota de B160-1 é fruto do desenvolvimento epigenético da representação, ela compreende que a intuição formal é o resultado do desenvolvimento das potencialidades da forma da intuição.

Essa interpretação considera que não existe diferença representacional nem estamental entre forma da intuição e intuição formal. Ambas as noções, uma vez que são partes constituintes da mesma representação, são dois modos de assinalar estágios diferentes de seu desenvolvimento epigenético. A forma da intuição é a noção utilizada por Kant para assinalar espaço e tempo na medida em que são considerados como elementos constitutivos dos fenômenos (LONGUENESSE, 1993, p. 240). A intuição formal, em contrapartida, é a atualização da forma por meio da síntese figurativa¹⁴ apresentada no §24, que lhe confere unidade sintética segundo as formas lógicas do juízo – contudo, a unidade conferida pela síntese figurativa é anterior não apenas a qualquer conceito determinado, mas às categorias (LONGUENESSE, 1993, p. 247). Desse modo, a intuição formal cumpre sua função na economia argumentativa da Dedução Transcendental B, que consiste em permitir que os dados sensíveis sejam subsumidos às regras lógicas do pensar, mas também implica na necessidade de se reconsiderar a exposição da Estética Transcendental.

Na divisão entre conceitualismo e não conceitualismo, a interpretação de Longuenesse (1993, p.239) é considerada como conceitualismo amplo (ONOF; SCHULTING, 2014, pp.4-ss.), pois, na medida em que considera que a intuição formal é o resultado da evolução

¹³ cf.[...] *gleichsam ein System der Epigenesis der reinen Vernunft [...]* (KrV, B 167)

¹⁴ Longuenesse (1993, pp.232-233) prefere utilizar o termo latino: *synthesis speciosa*, para tratar da síntese na sensibilidade.

epigenética das potencialidades da forma da intuição, também considera que as representações do espaço e do tempo são efeito do entendimento sobre a sensibilidade. Como consequência, segundo sua interpretação, a única unidade possível ao espaço e ao tempo é aquela que o entendimento produz mediante uma síntese. A forma da intuição, portanto, é simplesmente a consideração do espaço e do tempo como partes constitutivas dos fenômenos. As suas representações são intuições formais. Assim, a forma da intuição, como modo segundo o qual as coisas são dadas, é determinada por uma síntese. Como consequência, todo dado sensível só pode ser dado segundo uma determinação conferida por meio da unidade sintética.

Essa interpretação não apenas assume uma posição acerca das possibilidades interpretativas, mas também fornece, por meio da concepção de evolução epigenética, o modo como se entende fundamentar a relação da intuição formal com a forma da intuição, bem como as suas consequências para o problema em questão. O problema dessa interpretação consiste em explicar como as características não conceituais do dado sensível são possíveis, uma vez que o modo como se expõe as suas condições deve ser reconsiderado em função da unidade sintética de suas representações, o que decorre de algum modo do entendimento, mesmo que essa operação seja anterior a qualquer conceito.

Intuição e intuir

A segunda interpretação a ser considerada (2) é a interpretação não conceitualista, que procura, como tal, garantir as propriedades não conceituais do espaço e do tempo como formas da intuição a partir da distinção entre intuição como representação e intuição como ato de intuir. Essa interpretação pode ser encontrada nos comentários de Krausser e Allison (*cf.* KRAUSSER, 1973, p.280; *cf.* ALLISON, 2004, pp.191-3; *cf.* ALLISON, 2012, p.40; *cf.* ALLISON, 2015, p.409). Como exemplo desse tipo de interpretação, será abordada a interpretação de Allison (*cf.* ALLISON, 2004, pp.191-3; *cf.* ALLISON, 2012, p.40; *cf.* ALLISON, 2015, p.409).

Allison (2012, p.37) critica a interpretação de Longuenesse (1993), que reduziria o espaço e o tempo a produtos de uma síntese imaginativa, de tal modo que as maneiras de intuir nada mais seriam do que *entia imaginaria* (cf. ALLISON, 2004, p.192; cf. ALLISON, 2012, p.38; cf. ALLISON, 2015, p.411). Allison (2015, p.411) reconhece que Kant faz uso de *entia imaginaria*, mas apenas para caracterizar o espaço e o tempo na passagem da *Crítica da Razão Pura* que tem como objetivo refutar a noção newtoniana de espaço absoluto (cf. KrV, A291/B347). Segundo Allison (2015, p.412), assumir as formas do intuir como *entia imaginaria* traz implicações para a própria distinção entre forma da intuição e intuição formal. Na sua compreensão, a interpretação de Longuenesse (1993) implicaria em um retrocesso na interpretação kantiana acerca do espaço, principalmente no que diz respeito à transição de uma concepção de espaço absoluto, tal como defendida em 1768 (Kant, *GUGR*, AA02:383), para uma concepção do espaço como forma da sensibilidade (MSI, AA02:398-ss.).

Outro ponto em que Allison (2015, p.412/412n.) critica Longuenesse (1993) consiste no modo como Kant compreende a imaginação no §24: “[...] um efeito do entendimento na sensibilidade [...]”¹⁵ (KrV, B152). Segundo Allison (2015), uma vez que a imaginação é um efeito do entendimento na sensibilidade, a sensibilidade se faz necessária. Longuenesse (1993, p.240) assume essa possibilidade na medida em que compreende o espaço e o tempo como formas potenciais, porém, não oferece uma resposta satisfatória para a necessidade da sensibilidade.

O aspecto propositivo da interpretação de Allison (2004, pp.189-90) pode ser, em grande medida, na sua análise acerca da síntese imaginativa, que se detém principalmente em torno do §24. Allison (2004) assume como ponto de partida a definição do §24 em que Kant afirma que a “[...] Imaginação é a capacidade de representar objetos também sem sua presença na intuição [...]”¹⁶ (KrV, B151). A imaginação é uma faculdade fundamental para a representação do tempo uma vez que o tempo, enquanto forma da intuição, não pode ser

¹⁵ [...] *eine Wirkung des Verstandes auf die Sinnlichkeit*

¹⁶ [...] *Einbildungskraft ist das Vermögen, einen Gegenstand auch ohne dessen Gegenwart in der Anschauung [...]*

dado como objeto. Assim, é preciso representá-lo a partir de suas partes, determinando-o por meio do presente, do passado e do futuro.

Apesar da proposta interpretativa, Allison (2004, p.190) destaca que somente essa consideração não é suficiente para explicar como a determinação ocorre. Segundo ele, é preciso recorrer a uma noção de “interpretação”. O comentador ainda destaca que a mera síntese imaginativa não é suficiente para representar o tempo como uma imagem de tempo. Ainda se necessita de uma interpretação que confere a essa imagem o sentido, como no caso da linha que representa o tempo (KrV, B154). A linha, por si só, não representa nada além de uma figura. Ela precisa ser produzida por meio de uma síntese e interpretada como uma imagem do tempo (ALLISON, 2004, p.190).

Desse modo, Allison (2004), além de desconsiderar que a intuição formal é o mesmo que a forma da intuição, assume que o próprio ato de representar algo na imaginação é independente e anterior à qualquer operação do entendimento, pois a imaginação carece de uma interpretação que lhe confira sentido. Convém destacar que, em uma obra mais recente, Allison (2015, p.411) parece conceder à Longuenesse (1993) uma atividade judicativa anterior ao entendimento, o que parece ir ao encontro dessa interpretação. Independentemente de haver a reconsideração por parte de Allison (2015), é importante notar que a sua contraposição à Longuenesse (1993) se dá em dois níveis. O primeiro nível diz respeito a compreender que não existe identidade representacional entre forma da intuição e intuição formal. Enquanto Longuenesse (1993, p.240) considera que intuição formal é a representação da forma da intuição, atualizando suas potencialidades epigenéticas, Allison (2015) compreende que existe uma diferença fundamental entre ambas, o que é assinalado pela própria necessidade de se representar o todo do tempo por meio de suas partes. Em um segundo nível, essa representação do tempo ainda carece da interpretação que lhe é um elemento externo, que indica a mera unidade da síntese ainda não ser suficiente para determinar essa representação.

Deve-se destacar, na leitura de Allison (2015), um ponto interessante acerca do espaço e do tempo. De fato, a leitura de Allison (2015) chama a atenção para a distinção entre o que é próprio da representação e o que é próprio do ato de representar. De acordo com

essa distinção, o ato pertenceria à esfera sensível não, porém, para assinalar uma atividade na sensibilidade, mas apenas um “ser afetado de determinado modo” inerente a essa faculdade.

Entretanto, como se começou a delinear mais acima, é preciso notar, em primeiro lugar, que apreender é uma atividade sintética (“[...] entendo por *síntese de apreensão* a composição do múltiplo em uma intuição empírica [...]” (KrV, B160)). Como consequência, a própria apreensão deve depender de uma função, ainda que cega, que ligue as representações. Em segundo lugar, a ligação que dá o fundamento da unidade objetiva na apreensão das representações como determinadas no espaço e no tempo é dada na medida em que se representa o espaço e o tempo como representações a par do ato de unificação (“[...]uma *ligação* de tudo que deve ser representado como determinado no espaço e no tempo já é dada *a priori* como condição da síntese de toda *apreensão* em concomitância [*zugleich*] com (não em) essas intuições”). De acordo com essas considerações do §26, a interpretação de Allison (2015) parece estar de acordo com a distinção entre o ato de apreender e as representações do espaço e do tempo. Todavia, a Dedução Transcendental B parece estabelecer essa distinção não em relação à oposição entre forma da intuição e intuição formal, mas entre a síntese de apreensão como ato de compor o múltiplo e as representações do espaço e do tempo sob uma unidade objetiva.

A forma da intuição como camada originária

Uma interpretação que segue o critério (3) é a de Fichant (1997, p.215). Conforme destacado mais acima, ela se aproxima da interpretação de Allison na medida em que assume as unidades do espaço e do tempo como originariamente dada na sensibilidade, porém, as considera como camadas originárias que possibilitam as representações serem dadas na sensibilidade e sob as quais se desenvolvem as intuições formais do espaço e do tempo segundo uma evolução epigenética. Contudo, Fichant (1997) não assume, tal como defendido por Longuenesse, que a forma da intuição é substituída pela intuição formal.

Sua interpretação está apresentada, entre outros textos, no artigo *L'espace est représenté comme une grandeur infinie donné: La radicalité de l'esthétique*. Com o objetivo de defender a concepção kantiana de matemática diante das críticas desenvolvidas com base nas geometrias não euclidianas, Fichant (1997, p.215) reconhece o papel da síntese apenas no âmbito discursivo da Estética Transcendental. Segundo ele, os únicos instrumentos disponíveis à investigação da sensibilidade são do registro lógico: a reflexão e a abstração. O espaço e o tempo, como formas da intuição, devem ser considerados isoladamente como camadas originárias das representações sensíveis.

Segundo Fichant (1997, p.215), o passo desenvolvido no §26 consiste em desassociar a noção de forma da intuição da noção de intuição pura, tal como apresentada no §1 da Estética Transcendental. O comentador, assim como Longuenesse (1993), defende que a forma da intuição se remete a uma simples *potencialidade da forma* segundo uma concepção evolutiva epigenética, mas não compreende que a distinção entre forma da intuição e intuição formal seja assinalada simplesmente por se tratarem de dois estágios no desenvolvimento epigenético da representação. Ele entende que a forma precisa ser atualizada segundo uma dupla afecção: de um lado, a sensação e, de outro, a determinação do entendimento (FICHANT, 1997, p.216). Assim, ele interpreta que a forma da intuição é a camada originária do fenômeno, na qual ainda não há determinação do conceito e é nessa camada originária que consiste toda originalidade da Estética Transcendental.

Nesse sentido, a nota de B160-1 não revisa a Estética Transcendental, como afirma Longuenesse (1993, pp.236-ss.), mas tão somente apresenta um complemento ao seu texto na medida em que circunscreve ainda mais a forma da intuição e explicita o seu desenvolvimento como intuição formal, sendo, então, determinada pelo entendimento segundo uma síntese (FICHANT, 1997, p.216).

Como resultado dessa interpretação, assume-se que a Estética Transcendental é interpretada como uma ciência do espaço e do tempo enquanto camadas originárias dos fenômenos, em que se tem o elemento central de seu argumento na exposição metafísica. Para cumprir o seu fim, ela precisa esvaziar o espaço e o tempo de suas propriedades não intuitivas, a fim de que seja possível isolar o que corresponde propriamente a essas repre-

sentações enquanto formas da intuição.

A interpretação de Fichant (1997) pode parecer com a de Longuenesse (1993) na medida em que compreende que a intuição formal, dentro do desenvolvimento epigenético da representação, é a atualização da forma. Entretanto, ele assume um expediente fenomenológico da redução eidética da noção de espaço, que toma como ponto de partida a *Resposta a Kästner*. Na *Resposta a Kästner*, Kant diferencia o espaço como camada originária, assinalado pela forma da intuição, como o espaço estético ou metafísico, do espaço objetificado, assinalado pela intuição formal, como o espaço geométrico. O espaço metafísico é o espaço dado, originário, único, dado subjetivamente, infinito em ato, fundamento da construção e ideal. O espaço geométrico, em contrapartida, é produzido (discreto), derivado, dado objetivamente e infinito potencial (cf. FICHANT, 1997, p.217; cf. FICHANT, 2004, p.537).

Fichant (1997), em relação à interpretação de Longuenesse (1993), diferencia-se dela ao assumir o espaço metafísico como uma camada originária própria e independente de qualquer unificação sintética. Consequentemente, com diferença de Longuenesse (1993), a sua interpretação não parece recair nas dificuldades de explicar como que, apesar da unidade sintética do espaço e do tempo, as características não conceituais dessas representações são possíveis. Em contrapartida, a interpretação de Fichant (1997) parece estar sujeita aos mesmos problemas encontrados na interpretação de Allison (2015). A oposição fundamental do §26 consiste na síntese de apreensão que ocorre em concomitância com a determinação do espaço e do tempo como intuições. Segundo essa oposição, o espaço e o tempo como intuição são as representações da camada originária dos fenômenos, que, quando representada a par da síntese de apreensão possibilita que a unidade do ato de compor o múltiplo adquira uma unidade objetiva. Logo, embora Fichant (1997) busque sustentar uma oposição fundamental que garanta a originalidade da estética em assinalar um fundamento da sensibilidade que seja anterior ao entendimento, ele recai na mesma dificuldade encontrada em Allison (2015), que consiste em explicar como o múltiplo pode ser dado na sensibilidade, uma vez que a própria camada originária só pode ser representada mediante a determinação da sensibilidade pelo entendimento.

A unidade da intuição como totalidade e como singularidade

O último critério interpretativo (4) é apresentado por Onof e Schulting (2014, pp.52-53) na defesa de uma interpretação não conceitualista. Eles defendem que a possibilidade da forma da intuição como uma camada originária se dá a partir de uma análise filológica do termo “*Einigkeit*”, que, em português, se traduziria por “unicidade”. A singularidade é precisamente a característica intuitiva fundamental do espaço tal como apresentado no argumento 3 da exposição metafísica do espaço e no argumento 4 da exposição metafísica do tempo.

Segundo os comentadores, em relação ao espaço e ao tempo, é preciso diferenciar o que corresponde à singularidade (unicidade) e o que corresponde à unidade. Enquanto representações propriamente intuitivas, o espaço e o tempo são dados como singulares, isto é, como representações dadas sob uma unicidade. Portanto, segundo essa leitura, quando Kant trata de unidade nas exposições metafísicas do espaço e do tempo, ele se referiria à unicidade dessas representações. Em contrapartida, por meio da nota de B160-1, ao afirmar que há uma unidade sintética na Estética Transcendental, Kant buscaria esclarecer que a singularidade, isto é, a unicidade do espaço e do tempo tem de ser trazida sob uma unidade mediante uma síntese.

Uma interpretação semelhante a essa, mas que segue em defesa do conceitualismo é a de Dufour (2003). Segundo Dufour (2003, p.74), a nota de B160-1 serve para elucidar a relação entre a singularidade e a unidade enquanto totalidade, assim como defendido por Onof e Schulting (2014), porém, em sentido inverso, no que diz respeito àquilo que corresponde à relação entre a unicidade e a unidade do espaço e do tempo. Segundo sua interpretação, a nota de B160-1 estabelece que a unicidade do espaço e do tempo é possibilitada por intermédio da síntese, que unifica o espaço e o tempo como um todo anterior às suas partes.

Apesar de haver semelhança entre as interpretações de Onof e Schulting (2014) e a de Dufour (2003), essas interpretações seguem diretrizes interpretativas opostas, o que serve ao menos como indicativo do modo como o problema pode ser resolvido. Toda e qualquer

solução, na relação entre a unidade do espaço e do tempo e a síntese, tem de esclarecer dois pontos: (1) o que seja a unidade da representação sensível que perfaz a sua totalidade; e (2) o que seja a unidade sensível que perfaz a sua singularidade. Vê-se, desde já, que esses dois pontos giram em torno da unidade própria da representação sensível; contudo, essa questão só será aprofundada na sequência, pois demanda que se esclareça, antes, outra questão: mais precisamente, a relação necessária da unidade das representações do espaço e do tempo com a unidade originário-sintética da apercepção. Convém, ainda, fazer um balanço geral da controvérsia sobre o problema da unidade do espaço e do tempo na *Crítica da Razão Pura*.

Observação geral acerca do debate

O exame feito das diferentes interpretações é útil sobretudo para ver o pressuposto comum que compartilham. Com o intuito de investigar a questão da independência ou não da forma da intuição em relação à intuição formal, todas as interpretações examinadas aqui tomam o mesmo ponto de partida: a pergunta pela possibilidade de uma unidade dada pela forma que seja anterior à síntese necessária para a representação da intuição formal. Esse ponto é extremamente delicado, pois, ao se afirmar que haveria uma unidade não sintética própria à intuição sensível, coloca-se em risco a própria validade da prova contida na Dedução Transcendental B. Em contrapartida, ao se afirmar que a unidade do espaço e do tempo só é possível mediante uma síntese, impõe-se a necessidade de se esclarecer o que corresponde propriamente à sensibilidade, uma vez que se retira dela o que corresponderia à atividade do entendimento.

Acerca das unidades do espaço e do tempo, é importante destacar alguns pontos: (1) a Dedução Transcendental B tem como pressuposto fundamental que toda unidade seja sempre produto de um ato originário que liga as representações; (2) a única faculdade capaz de ligar representações é o entendimento; (3) o entendimento, entretanto, é uma faculdade meramente ativa, o que significa dizer que ele corresponde a uma faculdade cuja

única atividade possível consiste em ligar representações, não sendo possível ser capaz de *dar* ou produzir representações além da unidade originária do próprio ato de ligar; consequentemente, (4) para se conhecer objetos, embora o entendimento forneça a unidade das representações, é necessário que a sensibilidade dê o múltiplo a ser ligado. O problema acerca das unidades do espaço e do tempo, então, diz respeito à compreensão de como essas representações que, por um lado, se encontram originariamente na sensibilidade e que, por outro, têm suas unidades tornadas possíveis por intermédio do entendimento.

Hanna (2005, pp.248-250) destaca que, inicialmente, o debate entre conceitualistas e não conceitualistas girava em torno da possibilidade de representações representacionalmente significativas que fossem anteriores aos conceitos. Nos estudos kantianos, esse debate tomou forma em torno da questão da possibilidade de uma unidade do espaço e do tempo que fosse ou não anterior à unificação do entendimento. É importante destacar a origem do debate entre conceitualistas e não conceitualistas, porque, ainda que o problema inicial pareça assemelhar-se ao da questão da unidade do espaço e do tempo, ao menos em relação aos estudos da *Crítica da Razão Pura*, eles não são o mesmo problema.

Na *Crítica da Razão Pura*, o espaço e o tempo, como representações daquilo que possibilita que o múltiplo sensível dado possa ser ordenado sob determinadas condições, não possuem o mesmo estatuto dos fenômenos. Na Dedução Transcendental B, é elemento fundamental da prova da validade objetiva das categorias a pressuposição de que o espaço e o tempo sejam representados exclusivamente por uma unidade objetiva. Entretanto, Kant esclarece que o múltiplo pode ser dado na sensibilidade independentemente de qualquer unificação do entendimento. Portanto, é preciso se questionar como é possível que o dado sensível que é dado no espaço e no tempo possa ser dado independentemente da unidade que o entendimento produz na sensibilidade. Esse é o problema que, mais acima, foi nomeado de problema da unidade das representações dadas no espaço e no tempo, o qual se passa a apresentar na sequência.

O problema da unidade das representações dadas no espaço e no tempo

Mais acima, foi feita a menção acerca da origem da nomenclatura de conceitualistas e não conceitualistas. Inicialmente, essa distinção tinha o foco, em vez da questão da determinação dos próprios espaço e tempo, a questão da possibilidade de representações representacionalmente significativas que fossem anteriores aos conceitos. De certo modo, essa questão consiste em saber se as intuições se relacionam com os objetos de modo independente ou apenas sob a regência de um conceito. É importante destacar esse ponto, pois, quando se verifica essa mesma questão da intuição em relação aos estudos kantianos, é possível retomar esse problema a partir do debate proposto por Beck, em correspondência a Kant, de 11 de novembro de 1791:

A Crítica dá o nome de intuição a uma representação que se refere imediatamente a um objeto. Porém, uma representação torna-se de fato objetiva, antes de tudo, por meio da subsunção sob as categorias. E, visto que a intuição também adquire seu caráter objetivo do mesmo modo, ou seja, por meio da aplicação das categorias a elas, desejaria abandonar a definição de intuição, segundo que, ela se refere a um objeto. Acredito que a intuição não é mais do que um múltiplo acompanhado e, de fato, determinado¹⁷ pela consciência (ou pelo mesmo eu penso), no qual ainda não há nenhuma relação a um objeto. Também gostaria de não nomear o conceito de uma representação que se refere imediatamente a um objeto; antes, o diferencio da intuição na medida em que esta é completamente determinada e aquele não é completamente determinado. Pois intuição e conceito adquirem a objetividade primeiramente pela operação da faculdade de julgar que os subsume aos conceitos puros do entendimento¹⁸. (Kant, *Br*,

¹⁷Na tradução para o inglês, essa passagem é traduzida por Arnulf Zweig do seguinte modo: “[...] antes, eu diferencio conceitos de intuição pelo fato de que eles são completamente determinados enquanto as intuições não são completamente indeterminadas” (“*Rather, I distinguish concepts from intuitions by the fact that they are thoroughly determinate whereas intuitions are not thoroughly determinate*”) (cf. Kant, *Br*, p. 396 (AA 11:311)). Nessa passagem, Kant faz uso de dois pronomes relativos: “*diese*” e “*jener*”. Como as orações em que estão inseridos são formuladas com o verbo ser, ambos os pronomes estão no nominativo singular. “*Diese*”, portanto, refere-se ao feminino singular ou ao plural e “*jener*” refere-se ao masculino singular, de modo que “*diese*” só pode se relacionar à intuição e “*jener*” ao conceito. Além disso, a própria indicação do pronome reforça essa interpretação: intuição mais próxima a “*diese*” (esta/estas) e conceito está mais afastado, dando sentido “*jener*” (aquele).

¹⁸*Die Kritik nennt die Anschauung, eine Vorstellung die sich unmittelbar auf ein Object bezieht. Eigentlich aber wird doch eine Vorstellung, allererst durch Subsumtion unter die Kategorien objectiv. Und da auch die Anschauung, diesen, gleichsam objectiven Character, auch nur durch Anwendung der Ka-*

Segundo Beck, uma representação só adquire objetividade na medida em que é determinada pelo entendimento, segundo as categorias. Portanto, as intuições, como necessitam ter seu múltiplo unificado sob um conceito para adquirir objetividade, teriam de ser redefinidas não mais como representações imediatas dos objetos, mas com vistas à sua determinação completa.

Esse argumento pode ser reconstruído a partir, dentre outras passagens, da definição de objeto contida no §17 da Dedução Transcendental B. Nela, Kant não apenas define o que é objeto, mas também o que é cognição enquanto ato de conhecer objetos e entendimento:

Entendimento, para se falar universalmente, é a capacidade de *cognições*¹⁹. Essas consistem na relação determinada de representações dadas a um objeto. *Objeto*, porém, é o que, em cujo conceito o múltiplo de uma intuição dada está *unificado*. Ora, toda unificação das representações, porém, requer unidade da consciência em sua síntese. Consequentemente, a unidade da consciência é aquilo que unicamente constitui a relação das representações a um objeto, portanto, sua validade objetiva, consequentemente, que elas se tornem cognições, e em que, consequentemente, consiste a própria possibilidade do entendimento²⁰. (KrV, B137)

tegorien auf dieselbe erhält, so wollte ich gern jene Bestimmung der Anschauung, wonach sie eine auf Objecte sich beziehende Vorstellung ist, weglassen. Ich finde doch in der Anschauung nichts mehr, als ein vom Bewußtseyn (oder dem einerley Ich denke) begleitetes und zwar bestimmtes Mannigfaltige, wobey noch keine Beziehung auf ein Object statt findet. Auch den Begriff will ich nicht gern eine Vorstellung die sich mittelbar auf ein Object bezieht, nennen; sondern unterscheide ihn darin von der Anschauung, daß diese durchgängig bestimmt, und jener nicht durchgängig bestimmt ist. Denn Anschauung und Begriff erhalten ja, erst durch das Geschäfte der Urtheilskraft die sie dem reinen Verstandesbegrif subsumirt, das Objective.

¹⁹Nesse ponto, é importante destacar a dualidade do termo “*Erkenntnis*”. Na *Crítica da Razão Pura*, “*Erkenntnis*” é utilizado em dois sentidos: ele se refere tanto a conhecimento, isto é, àquilo que surge na conjunção de intuições e conceitos em referência a um objeto, quanto em relação às representações tomadas separadamente. Nesse caso, intuição e conceito, tomados isoladamente, são “*Erkenntnis*” também. Por essa razão, optou-se por traduzi o termo por *cognição* que, em português serve tanto para um caso como para o outro.

²⁰*Verstand ist, allgemein zu reden, das Vermögen der Erkenntnisse. Diese bestehen in der bestimmten Beziehung gegebener Vorstellungen auf ein Objekt. Objekt aber ist das, in dessen Begriff das Mannigfaltige einer gegebenen Anschauung vereinigt ist. Nun erfordert aber alle Vereinigung der Vorstellungen Einheit des Bewußtseins in der Synthesis derselben. Folglich ist die Einheit des Bewußtseins dasjenige, was allein die Beziehung der Vorstellungen auf einen Gegenstand, mithin ihre objektive Gültigkeit, folglich, daß sie Erkenntnisse werden, ausmacht, und worauf folglich selbst die Möglichkeit des Verstandes beruht.*

Segundo essa definição, o objeto não corresponde exatamente a uma representação dada, mas sim ao múltiplo de uma representação dada unificada sob um conceito. Portanto, segundo ela, o princípio da objetividade das representações, em relação ao entendimento, consiste no ato de unificação das representações em função da unidade originário-sintética da apercepção. Muito provavelmente, é com base nessa passagem, dentre outras, que Beck assume que a intuição dada só adquire objetividade na medida em que é unificada sob um conceito.

Como resposta a Beck, porém, é preciso considerar dois pontos. O primeiro deles diz respeito à própria economia argumentativa da Dedução Transcendental. No §13, que é comum às duas edições, Kant utiliza, como um dos motivos que fazem de uma Dedução Transcendental dos conceitos puros do entendimento algo inevitavelmente necessário, o fato de o múltiplo das representações poder ser dado independentemente das funções lógicas do julgar:

As categorias do entendimento, em contrapartida, não nos representam as condições sob as quais objetos são dados na intuição, pois, em verdade, poderiam nos aparecer objetos, sem que eles tivessem de se referir necessariamente às funções do entendimento; e que essas, portanto, contivessem *a priori* as suas condições. [...] ²¹ (KrV, A89/B122)

Segundo o §13, as categorias não representam o modo como os objetos são dados. Esse representar corresponde às intuições na medida em que a sensibilidade é afetada de determinado modo. Por essa razão, para se conhecer os objetos, não é suficiente apenas o ato de unificação das representações como contidas em um objeto, é preciso também que essa unificação se relacione com o que é dado. Eis o motivo pelo qual a Dedução Transcendental é necessária. Essa impossibilidade do entendimento em dar objetos decorre de sua natureza meramente ativa, que, como faculdade de ligar representações, precisa de um múltiplo dado para que possa ligar esse múltiplo sob um conceito.

²¹ *Die Kategorien des Verstandes dagegen stellen uns gar nicht die Bedingungen vor, unter denen Gegenstände in der Anschauung gegeben werden, mithin können uns allerdings Gegenstände erscheinen, ohne daß sie sich notwendig auf Funktionen des Verstandes beziehen müssen, und dieser also die Bedingungen derselben a priori enthielte. [...]*

Essa limitação natural do entendimento permite considerar que existem dois modos de relacionar representações a objetos. De um lado, as representações são unificadas no entendimento; de outro, essas representações afetam a sensibilidade de determinado modo.

A dificuldade, portanto, consiste em compreender como é possível à sensibilidade se relacionar imediatamente a objetos, visto que as formas sensíveis só podem ser representadas por intermédio da unificação do entendimento: posto que os modos *a priori* de a sensibilidade ser afetada por objetos, o espaço e o tempo, só podem ser representados mediante a unificação do entendimento, como é possível que intuições possam ser dadas independentemente das funções lógicas do julgar?

Mais uma vez, a conclusão do §26 esclarece essa possibilidade mediante a concomitância da apreensão sensível juntamente com as representações do espaço e do tempo. O entendimento não unifica primeiro o espaço e o tempo para, então, unificar o múltiplo sensível. Ele unifica o múltiplo sensível sob uma unidade objetiva ao mesmo tempo que, a par dessa unificação, unifica o espaço e o tempo sob a unidade originário-sintética da apercepção. Desse modo, as categorias ganham uma relação necessária com as representações dadas na sensibilidade.

Por meio da concomitância da unificação do múltiplo sensível por uma síntese de apreensão e unificação do espaço e do tempo, torna-se possível assumir, por um lado, uma interpretação conceitualista na medida em que se assume que as representações do espaço e do tempo só são possíveis mediante uma determinação da sensibilidade pelo entendimento, de modo que mesmo as formas da intuição só podem ser representadas por meio de uma unidade sintética. Ao lado desse conceitualismo, é possível assumir um não conceitualismo quando o problema diz respeito à unidade das representações dadas no espaço e no tempo. Essas representações podem ser dadas em relação imediata com os objetos na medida em que, como sensações, são resultados imediatos da afecção dos objetos na sensibilidade; porém, sem a unificação do entendimento sobre o espaço e o tempo, sua unidade permanece subjetiva, ou seja, com referência exclusiva aos sentidos externo e interno.

Tese e estrutura do trabalho

O presente trabalho, portanto, tem o objetivo de dar um passo no sentido de se compreender a relação entre entendimento e sensibilidade. Nessa direção, a presente tese tem o objetivo de esclarecer que *a unificação do espaço e do tempo pelo entendimento não é condição necessária para que o múltiplo seja dado na sensibilidade, mas tão somente para que o múltiplo seja determinado sob uma unidade objetiva*. Desse modo, acredita-se ser possível compreender como que, por um lado, como condição necessária da prova da validade objetiva das categorias, o espaço e o tempo tenham de ser representados apenas por meio da unificação da sensibilidade pelo entendimento, enquanto que, por outro lado, o estatuto do dado sensível, na medida em que é algo que aparece na sensibilidade, pode ser compreendido como anterior à atividade de unificação do entendimento.

Em relação à distinção entre forma da intuição e intuição formal, a presente tese assume uma posição conceitualista, pois busca demonstrar que, como exigência da prova da validade objetiva das categorias, as representações do espaço e do tempo só são possíveis na medida em que o entendimento unifica a sensibilidade. Nesse sentido, compreende-se que não há distinção efetiva entre forma da intuição. Logo, compreende-se também que não há uma unidade do espaço e do tempo que seja anterior àquela que o entendimento, por meio de uma síntese transcendental da imaginação, unifica na sensibilidade. Essa consideração, todavia, não implica na revisão da Estética Transcendental pela Dedução Transcendental B. O esclarecimento fornecido pela nota de B160-1 deve ser compreendido como uma informação complementar que, inclusive, serve de esclarecimento à própria prova da Estética Transcendental. De um lado, é pela determinação do entendimento que o espaço e o tempo podem ser representados anteriormente e independentemente a todo dado sensível. De outro lado, o espaço e o tempo são representados como singulares e essa característica se torna evidente na medida em que o entendimento unifica sob um todo, várias representações contidas em uma e não uma representação contida em várias, ou seja, na medida em que o entendimento unifica o espaço e o tempo como um todo anterior às suas partes.

Em relação, porém, ao problema da unidade das representações dadas no espaço e no tempo, a presente tese assume uma posição não conceitualista, pois compreende que o múltiplo pode ser dado na sensibilidade anteriormente e independentemente de qualquer unificação do entendimento – mesmo a unificação que possibilita as representações do espaço e do tempo. Essa possibilidade se dá, em primeiro lugar, porque o múltiplo, enquanto sensação, é dado na medida em que o objeto afeta a sensibilidade, o que possibilita as representações intuitivas empíricas em relação imediata com o objeto dado. Em segundo lugar, é possível representar o múltiplo sensível por uma unidade subjetiva, isto é, com base apenas nos sentidos externo e interno sem referência a um *eu penso*. Apesar de a unidade subjetiva não figurar um conhecimento, ela permite verificar um estatuto próprio ao dado sensível, pois ele é dado independentemente da unidade objetiva da consciência. Inclusive, esse é uma das razões que fazem da Dedução Transcendental uma passagem inevitavelmente necessária da *Crítica da Razão Pura*.

Como estratégia argumentativa a ser seguida, o presente trabalho se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo procura demonstrar a organização interna do argumento da Dedução Transcendental B em dois passos, não apenas em função das representações de intuição em geral e de intuição empírica, mas também em função das sínteses que caracterizam a mesma atividade do entendimento em função de cada um desses registros: a *síntese intelectual* em relação ao múltiplo de uma intuição em geral e a *síntese figurativa* em relação ao múltiplo de uma intuição empírica. Seguindo essa diretriz, procura-se demonstrar que, embora Kant diferencie essas duas sínteses, elas são duas expressões da mesma atividade do entendimento: a ligação em geral. A síntese intelectual é a ligação do entendimento sob a perspectiva exclusiva do entendimento. Em contrapartida, a síntese figurativa é a ligação do entendimento sob a perspectiva de sua aplicação à sensibilidade humana. Desse modo, acredita-se ser capaz de demonstrar que, embora a Dedução Transcendental B se estruture a partir de dois passos de uma mesma prova, ambos os passos alcançam resultados semelhantes: o primeiro passo, pela via do entendimento, e o segundo, pela via da aplicação do entendimento à sensibilidade. Como consequência, acredita-se demonstrar também que os dois passos da prova da Dedução Transcendental B se organizam por meio

de uma convergência das duas perspectivas de aplicação da atividade do entendimento.

O segundo capítulo, uma vez esclarecida a relação dos dois passos e a centralidade da Dedução Transcendental B em torno da questão da atividade do entendimento, procura demonstrar os fundamentos gerais dessa atividade. A atividade fundamental do entendimento é o ato de ligação em geral. Tomado de modo independente de tudo que possa ser dado, a ligação em geral é sustentada em dois pilares interdependentes. O primeiro deles é a unidade originário-sintética da apercepção, da qual decorre toda possibilidade de unidade objetiva das representações. O segundo são as funções lógicas do julgar, expressas pelas categorias na relação com o múltiplo dado. Mediante as funções lógicas do julgar, o múltiplo é representado sob a unidade originário-sintética da apercepção.

O terceiro capítulo procura demonstrar como a ligação em geral encontra expressão na sensibilidade. Nele, busca-se demonstrar como esses fundamentos, por meio da síntese transcendental da imaginação e por meio das representações do espaço e do tempo enquanto intuições formais, permitem que o múltiplo dado na sensibilidade humana possa ser submetido aos mesmos fundamentos que regem a ligação em geral como ato originário do entendimento.

O quarto e último capítulo, sob os resultados obtidos nos capítulos anteriores, procura demonstrar a tese defendida aqui. Tenta-se demonstrar, em primeiro lugar, que a natureza intuitiva do espaço e do tempo não apenas permanece, mas pode ser esclarecida mediante a determinação do entendimento sob a sensibilidade. As características fundamentais do espaço e do tempo como intuição pura são duas: a sua anterioridade e sua singularidade. Acerca da anterioridade, a concepção crítica do espaço e do tempo só é possível sob o pressuposto da determinação do entendimento sobre a sensibilidade. Acerca da singularidade, mediante a oposição entre unidade como totalidade e singularidade, é preciso notar que elas ocorrem concomitantemente na determinação do espaço e do tempo. A unidade como totalidade é o correlato do entendimento da singularidade expressa na sensibilidade. Esse ponto não se verifica apenas no texto da própria Estética Transcendental, mas encontra suporte a partir de passagens da própria Dedução Transcendental B. Por fim, com base na consideração do espaço e do tempo, busca-se demonstrar como as intuições dadas nos

sentidos externo e interno podem originar-se independentemente das funções lógicas do julgar, embora a determinação desses sentidos só seja possível mediante uma unidade sintética.

Capítulo 1

Os dois sentidos de síntese na Dedução Transcendental B

O objetivo geral desta tese é demonstrar que, embora as representações do espaço e do tempo dependam da unificação do entendimento, o estatuto do dado sensível na sensibilidade é anterior e independente dessa unificação. Para se compreender esse ponto, é preciso considerar a oposição fundamental entre as duas faculdades fundantes da cognição. De um lado, necessita-se da sensibilidade que, pela sua natureza meramente receptiva, fornece o múltiplo das representações. Em contrapartida, de outro lado, necessita-se do entendimento, cuja natureza é restrita à mera atividade.

O primeiro passo para compreender esse ponto é entender a própria estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B. A marca característica da divisão da Dedução Transcendental B em dois passos ocorre com base em dois tipos de intuição: o primeiro passo relaciona as categorias com a intuição em geral, enquanto o segundo passo relaciona as categorias com a intuição empírica. Essa divisão, porém, serve apenas para considerar duas perspectivas da mesma atividade: a ligação em geral. No primeiro passo, Kant trata da intuição em geral para assinalar que não se considerou o modo como a intuição é dada, embora a atividade do entendimento pressuponha que algo seja dado para que possa ser ligado. No segundo passo, Kant trata da intuição empírica para assinalar a aplicação da

ligação em geral à natureza específica da sensibilidade humana.

A compreensão da Dedução Transcendental B como a prova da validade objetiva dos conceitos puros do entendimento requer compreender duas explicações de síntese presentes na Analítica dos Conceitos. A primeira delas é feita no §10 e define a síntese como uma função da imaginação. A outra é a própria definição de ligação em geral contida no §15. Compreender a relação dessas duas definições de síntese é o primeiro passo no sentido do esclarecimento da relação do entendimento com as representações do espaço e do tempo. Essas duas definições orientam a divisão da Dedução Transcendental B em dois passos, o que permite elucidar os objetivos dos quais dependem o segundo passo, cuja diretriz consiste em explicar como a atividade do entendimento pode ser aplicada à natureza específica da sensibilidade humana, da qual os modos são dados pelas representações do espaço e do tempo.

1.1 As duas definições de síntese da Analítica dos Conceitos

Na Analítica dos Conceitos, encontram-se duas definições de síntese. A primeira delas está presente no §10 (Dedução Metafísica):

Eu entendo sob síntese, porém, no sentido mais universal, o ato de juntar diferentes representações umas às outras e de conceber [*begreifen*] a sua multiplicidade em uma cognição. Uma tal síntese é pura, quando o múltiplo não é empírico, mas dado *a priori* (como o que [é dado] no espaço e no tempo). Anteriormente a toda análise de nossas representações, essa tem de ser dada primeiramente; e não é possível originar-se nenhum conceito analiticamente *a partir do conteúdo*. A síntese de um múltiplo, porém, (seja ele empírico ou dado *a priori*), primeiramente, produz uma cognição que, inicialmente, ainda pode ser bruta e confusa, e que, portanto, carece da análise. A síntese, exclusivamente, é aquilo que de fato junta os elementos em cognições e os unifica em um conteúdo conhecido. Quando desejamos julgar acerca da origem primeira de nossas cognições, ela é a primeira a que temos de dar atenção¹. (KrV, A77-78/B103)

¹*Ich verstehe aber unter Synthesis in der allgemeinsten Bedeutung die Handlung, verschiedene Vors-*

A síntese, em sua acepção mais geral, é o ato de juntar diferentes representações umas às outras e concebê-las em uma cognição: “[...] o ato de juntar diferentes representações umas às outras e de conceber a sua multiplicidade em uma cognição [...]”. Também é ela que unifica os elementos dados em um conteúdo conhecido: “[...]A síntese, exclusivamente, é aquilo que de fato junta os elementos em cognições e os unifica em um conteúdo conhecido [...]”. Nos parágrafos seguintes, Kant ainda fornece mais duas informações a seu respeito: a primeira é de que a síntese em geral é um mero efeito da imaginação que, por sua vez, corresponde a uma função cega, porém, indispensável da mente (KrV, A78/B103); a segunda informação é a de que a síntese pura, representada universalmente, dá o conceito puro do entendimento (KrV, A78/B104).

Em contrapartida a essa, encontra-se a definição de ligação fornecida pelo §15:

O múltiplo das representações pode ser dado em uma intuição que é meramente sensível, isto é, que não é nada além da receptividade; e a forma dessa intuição pode residir *a priori* em nossa capacidade de representação, sem que seja outro modo além de como o sujeito é afetado. Isolada, a ligação (*conjunctio*) de um múltiplo em geral nunca pode vir a nós por meio dos sentidos e, portanto, ao mesmo tempo também não pode estar contida na forma da intuição sensível; pois ela é um ato da espontaneidade do poder de representação e, visto que se tem de nomeá-la de entendimento, à diferença da sensibilidade, então toda ligação, possamos ser-nos conscientes dela ou não, possa ser uma ligação do múltiplo da intuição ou de vários conceitos e, no caso da primeira, da intuição sensível ou da não sensível, é uma ação do entendimento, que estabeleceríamos com a denominação geral de síntese, para, por meio disso, assinalar, ao mesmo tempo, que não podemos nos representar como no objeto, sem que antes tenhamos ligado; e, sob todas representações, a ligação é a única que não é dada por meio de objetos, mas só pode ser verificada no próprio sujeito, porque ela é um ato de sua autoatividade [...] ² (KrV, B129-130)

tellungen zueinander hinzuzutun, und ihre Mannigfaltigkeit in einer Erkenntnis zu begreifen. Eine solche Synthesis ist rein, wenn das Mannigfaltige nicht empirisch, sondern a priori gegeben ist (wie das im Raum und der Zeit). Vor aller Analysis unserer Vorstellungen müssen diese zuvor gegeben sein, und es können keine Begriffe dem Inhalte nach analytisch entspringen. Die Synthesis eines Mannigfaltigen aber (es sei empirisch oder a priori gegeben), bringt zuerst eine Erkenntnis hervor, die zwar anfänglich noch roh und verworren sein kann, und also der Analysis bedarf; allein die Synthesis ist doch dasjenige, was eigentlich die Elemente zu Erkenntnissen sammelt, und zu einem gewissen Inhalte vereinigt; sie ist also das erste, worauf wir acht zu geben haben, wenn wir über den ersten Ursprung unserer Erkenntnis urteilen wollen.

²*Das Mannigfaltige der Vorstellungen kann in einer Anschauung gegeben werden, die bloß sinnlich d. i. nichts als Empfänglichkeit ist, und die Form dieser Anschauung kann a priori in unserem Vorstellungsvermögen liegen, ohne doch etwas anderes, als die Art zu sein, wie das Subjekt affiziert wird. Allein die Verbindung (conjunctio) eines Mannigfaltigen überhaupt, kann niemals durch Sinne in uns kommen, und*

Segundo o §15, a ligação é um ato do entendimento que recebe a denominação geral de síntese. Essa denominação estabelece minimamente uma relação da ligação com a síntese do §10, pois, assim como ela, a ligação consiste no ato de unificar o múltiplo dado. Todavia, a noção de ligação apresenta-se por meio de uma esfera mais ampla e que contém a própria síntese. Kant afirma que ela traz consigo as noções de múltiplo dado, de síntese do múltiplo e de unidade do múltiplo: “Porém, todo conceito de ligação carrega consigo, além dos conceitos de múltiplo e de sua síntese, ainda o de sua unidade. [...]” (KrV, B130). Isso ocorre porque, sob a noção de ligação, como ato do entendimento, toma parte também uma unidade que não pode ser obtida na imaginação.

Essa diferença permite compreender a estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B em dois passos. Nos §21 e §26, como deve ser visto nas passagens em que a estrutura argumentativa da divisão do argumento é apresentada, o primeiro passo é estabelecido com base na relação das categorias com uma intuição em geral e o segundo passo é estabelecido com base na relação das categorias com aquilo que é dado por meio do espaço e do tempo, isto é, uma intuição empírica. Neste capítulo, busca-se destacar que divisão pressupõe em cada passo um tipo de síntese específico. No primeiro passo, demonstra-se como as categorias, por meio da síntese intelectual, isto é, da ligação do entendimento, prescrevem unidade ao múltiplo de uma intuição em geral. No segundo passo, demonstra-se como elas prescrevem essa mesma unidade ao múltiplo dado por meio de uma intuição empírica, porém, sob uma síntese figurativa. Cada uma dessas sínteses corresponde a uma definição de síntese apresentada mais acima: a síntese intelectual corresponde à ligação definida no §15; enquanto a síntese figurativa corresponde à síntese definida no §10.

Para que se compreenda essa relação, é preciso entender a divisão do argumento da

kann also auch nicht in der reinen Form der sinnlichen Anschauung zugleich mit enthalten sein; denn sie ist ein Aktus der Spontaneität der Vorstellungskraft, und, da man diese, zum Unterschiede von der Sinnlichkeit, Verstand nennen muß, so ist alle Verbindung, wir mögen uns ihrer bewußt werden oder nicht, es mag eine Verbindung des Mannigfaltigen der Anschauung, oder mancherlei Begriffe, und an der ersteren der sinnlichen, oder nicht sinnlichen Anschauung sein, eine Verstandeshandlung, die wir mit der allgemeinen Benennung Synthesis belegen würden, um dadurch zugleich bemerklich zu machen, daß wir uns nichts, als im Objekt verbunden, vorstellen können, ohne es vorher selbst verbunden zu haben, und unter allen Vorstellungen die Verbindung die einzige ist, die nicht durch Objekte gegeben, sondern nur vom Subjekte selbst verrichtet werden kann, weil sie ein Aktus seiner Selbsttätigkeit ist. [...]

Dedução Transcendental B em dois passos.

1.2 A Dedução Transcendental B como uma prova em dois passos

A questão da estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B ganha destaque principalmente com a interpretação de Henrich (1969, p.642). Embora, a partir de sua interpretação, tenha sido convencionado interpretar a Dedução Transcendental B a partir de uma prova em dois passos, ainda há pouco consenso entre os comentadores no que diz respeito à compreensão do modo como os dois passos são estabelecidos e como se articulam internamente a fim de fornecer a prova da validade objetiva das categorias.

No que se segue, deve-se demonstrar as três linhas interpretativas principais a esse respeito. A primeira linha interpretativa consiste em considerar os dois passos a partir da questão da unidade da intuição. Segundo ela, o primeiro passo tem como fundamento uma intuição provida de unidade, enquanto o segundo passo tem a finalidade de demonstrar como a unidade é produzida na intuição. A segunda linha interpretativa considera os dois passos com base em duas funções cognitivas distintas: pensar e perceber. Segundo essa linha, o primeiro passo tem a finalidade de demonstrar as categorias como condição do pensar objetos, enquanto o segundo passo tem a finalidade de demonstrar as categorias como condição do perceber ou conhecer objetos. A terceira linha interpretativa, por fim, considera os dois passos com base na relação entre registro formal e conteúdo. Segundo essa última linha, o primeiro passo tem a finalidade de apresentar o fundamento formal do ato de ligação, enquanto o segundo passo tem a finalidade de demonstrar a aplicação desse fundamento ao conteúdo sensível.

Na sequência, também deve ser demonstrado que cada uma das linhas interpretativas fornece um aspecto importante acerca da estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B, de modo que é possível propor uma interpretação que leve em conta contribuições

de cada uma das linhas interpretativas. Desse modo, torna-se possível esclarecer como os dois sentidos de síntese contidos na Analítica dos Conceitos permitem esclarecer a articulação interna da Dedução Transcendental B.

Desde a interpretação de Henrich (1969, p.642), convencionou-se interpretar a prova da validade objetiva das categorias em dois passos. A interpretação anterior era a de que a Dedução Transcendental B consistia na realização de duas provas que alcançam o mesmo resultado. Seguindo essa diretriz, interpreta-se o argumento da Dedução Transcendental B por meio do exemplo fornecido pela Dedução Transcendental A. Interpretações como, por exemplo, a de Adickes (1889, p.140n.) (em nota de comentário ao §15) e a de Paton (1936, pp.510-ss.) compreendem a divisão da Dedução Transcendental B em deduções objetiva e subjetiva. Esses comentadores fundamentam suas interpretações na afirmação contida no Prefácio A de que a dedução dos conceitos puros do entendimento possui dois lados: um que se relaciona com os objetos do entendimento puro, demonstrando a validade objetiva de seus conceitos *a priori*; e outro que se relaciona com o próprio entendimento, considerando a sua possibilidade e seu poder cognitivo (KrV, Axvi).

Outro tipo de interpretação que também compreende haver duas provas na Dedução Transcendental B pode ser exemplificado nas interpretações de Vleeschauwer (1937, t.III, p.24; t.III, pp.154-ss.) e de Erdmann (1878, pp.230-ss.). Segundo elas, a Dedução Transcendental B pode ser dividida, assim como a Dedução Transcendental A, em uma prova “de baixo para cima” [*von unten auf*] e uma prova “de cima para baixo” [*von oben an*]. Esse tipo de interpretação sustenta-se na terceira seção da Dedução Transcendental A, em que Kant afirma que já foi começada uma demonstração da convergência necessária do entendimento com os fenômenos a partir do empírico, “de baixo para cima” (KrV, A119).

Para Henrich (1969, pp.642-ss.), essas interpretações são equivocadas, pois, por meio da apresentação da estrutura da exposição da Dedução Transcendental B, contida no §21,

Kant torna explícita a necessidade de um segundo passo para que a prova da validade objetiva das categorias seja completamente realizada; e isso só ocorre no §26 (KrV, B145).

[...] a categoria indica que a consciência empírica de um múltiplo dado em uma intuição está sob uma autoconsciência pura *a priori* do mesmo modo que a intuição empírica está sob uma [intuição] sensível pura, que também ocupa lugar *a priori*. – Na proposição acima, foi feito o começo de uma *dedução* dos conceitos puros do entendimento, em que, visto as categorias se originarem simplesmente no entendimento e *independentemente da sensibilidade*, tive de abstrair da maneira como o múltiplo é dado a uma intuição empírica, para observar que a unidade advém na intuição por meio das categorias, através do entendimento. No que se segue (§26), será demonstrado, a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade, que sua unidade não é outra senão aquela que a categoria, a partir do que já foi dito anteriormente (§20), prescreve a uma intuição em geral dada; e, por meio da qual, também, que se explica a possibilidade *a priori* das categorias em vista de todos os objetos de nossos sentidos. [Só assim] o propósito da dedução pode ser alcançado em primeiro lugar³. (KrV, B144-145)

Tal como apresentada no §21, a proposição de que a categoria indica que a consciência empírica está sob uma autoconsciência pura consiste apenas no “começo de uma dedução dos conceitos puros do entendimento”. Essa proposição ainda esclarece que tal conclusão não fornece a prova completa da validade objetiva das categorias, porque ela abstrai do modo como o múltiplo é dado na sensibilidade. No segundo passo, portanto, deve-se demonstrar como se dá a relação das categorias com os objetos dos nossos sentidos, isto é, da sensibilidade humana. Essa relação só será completamente esclarecida no §26, que, por sua vez, se inicia retomando a estrutura argumentativa apresentada no §21:

Na *dedução metafísica* foi mostrada a origem *a priori* em geral das categorias por meio de sua completa concordância com as funções lógicas universais do

³[...] *Diese (Kategorie) zeigt also an: daß das empirische Bewußtsein eines gegebenen Mannigfaltigen Einer Anschauung ebensowohl unter einem reinen Selbstbewußtsein a priori, wie empirische Anschauung unter einer reinen sinnlichen, die gleichfalls a priori statt hat, stehe. – Im obigen Satze ist also der Anfang einer Deduktion der reinen Verstandesbegriffe gemacht, in welcher ich, da die Kategorien unabhängig von Sinnlichkeit bloß im Verstande entspringen, noch von der Art, wie das Mannigfaltige zu einer empirischen Anschauung gegeben werde, abstrahieren muß, um nur auf die Einheit, die in die Anschauung vermittelt der Kategorie durch den Verstand hinzukommt, zu sehen. In der Folge (§ 26) wird aus der Art, wie in der Sinnlichkeit die empirische Anschauung gegeben wird, gezeigt werden, daß die Einheit derselben keine, andere sei, als welche die Kategorie nach dem vorigen § 20 dem Mannigfaltigen einer gegebenen Anschauung überhaupt vorschreibt, und dadurch also, daß ihre Gültigkeit a priori in Ansehung aller Gegenstände unserer Sinne erklärt wird, die Absicht der Deduktion allererst völlig erreicht werden*

pensar, na [dedução] *transcendental*, porém, foi apresentada a possibilidade delas como cognições *a priori* dos objetos de uma intuição em geral (§§20, 21). Agora, deve ser esclarecida a possibilidade de, por meio das categorias, se conhecer os objetos que só podem apresentar sempre por meio dos nossos sentidos; e precisamente não segundo a forma de sua intuição, mas segundo as leis de sua ligação, portanto, de prescrever a lei à natureza e até mesmo torná-la possível. Pois, sem isso, não seria elucidado o seu propósito, como tudo que só pode se apresentar aos nossos sentidos tem de estar sob as leis que *a priori* se originam exclusivamente a partir do entendimento⁴. (KrV, B159)

Assim como o §21, o §26 esclarece que um passo foi concluído nos §§20-21. Esse primeiro passo serviu para apresentar a possibilidade das categorias como cognições *a priori* dos objetos de uma intuição em geral. No segundo passo, por sua vez, deve-se demonstrar como as categorias são possíveis enquanto cognições dos objetos dos nossos sentidos. Elas não são, entretanto, condições do múltiplo enquanto mero dado na sensibilidade, mas de sua ligação *a priori*. Portanto, elas são condições *a priori* da cognição do objeto dado como caso de uma lei necessária.

Em ambas as passagens, verifica-se que uma parte da prova foi concluída no §20, enquanto outra deverá ser concluída no §26. Também se verifica que o primeiro passo estabelece a relação das categorias com os objetos de uma intuição em geral, enquanto o segundo as relaciona aos objetos de uma intuição empírica. Dessa convergência entre as duas passagens, surge a seguinte dificuldade: uma vez que o primeiro passo relaciona as categorias a uma intuição em geral, torna-se necessário questionar a utilidade de um segundo passo, pois, pela acepção de “geral” que é atribuída à intuição, entende-se se tratar de um registro mais amplo a, e que contém, o registro das intuições empíricas. Ou seja, se se falasse de passagem da intuição em geral para a intuição empírica, o segundo passo seria trivial.

Para Henrich (1969, pp.645-6), o segundo passo não resulta trivialmente do primeiro,

⁴*In der metaphysischen Deduktion wurde der Ursprung der Kategorien a priori überhaupt durch ihre völlige Zusammentreffung mit den allgemeinen logischen Funktionen des Denkens dargetan, in der transzendentalen aber die Möglichkeit derselben als Erkenntnisse a priori von Gegenständen einer Anschauung überhaupt (§§ 20, 21) dargestellt. Jetzt soll die Möglichkeit, durch Kategorien die Gegenstände, die nur immer unseren Sinnen vorkommen mögen, und zwar nicht der Form ihrer Anschauung, sondern den Gesetzen ihrer Verbindung nach, a priori zu erkennen, also der Natur gleichsam das Gesetz vorzuschreiben und sie sogar möglich zu machen, erklärt werden. Denn ohne diese ihre Tauglichkeit würde nicht erhellen, wie alles, was unseren Sinnen nur vorkommen mag, unter den Gesetzen stehen müsse, die a priori aus dem Verstande allein entspringen*

pois, enquanto o primeiro passo, ao tratar de intuição em geral considera uma intuição já provida de unidade, o segundo passo, ao se referir à intuição empírica, deve considerar como essa unidade é produzida na intuição. Como consequência, de acordo com sua interpretação, o segundo passo consiste não em um resultado trivial, mas em uma ampliação do primeiro. Para isso, o comentador toma como ponto de apoio uma indicação gráfica contida no §20: “[...] Portanto, todo múltiplo, na medida em que ele é dado em *Uma* intuição empírica, é *determinado* em vista de uma função lógica de julgar [...]” (KrV, B143). Segundo Henrich (1969), a letra maiúscula atribuída ao artigo “Uma” [*Einer*] serve para destacar não uma intuição em oposição às demais, mas a intuição sob uma unidade. Desse modo, o primeiro passo é realizado sob uma restrição no emprego das categorias, pois a sua validade objetiva é provada sem se levar em consideração o modo como a unidade das intuições é produzida (KrV, p.645).

Apesar de compreender a estrutura da Dedução Transcendental B em duas provas, Paton (1936) parece fornecer uma interpretação das duas intuições da Dedução Transcendental B em sentido muito próximo ao de Henrich (1969). Paton (1936, v.I, p.525) explica a intuição em geral e a intuição empírica por meio de dois sentidos distintos de intuição: intuição em sentido estrito e intuição em sentido relativo. O primeiro sentido corresponde à intuição sem qualquer operação do entendimento, ou seja, corresponde à intuição enquanto múltiplo dado e ainda não unificado pelas categorias. Esse sentido da intuição seria o que corresponde ao segundo passo da prova (intuição empírica). O sentido relativo, que seria o correspondente ao primeiro passo (intuição em geral), refere-se à intuição já unificada dada às categorias. Embora essa intuição pressuponha uma atividade sintética que lhe dê a unidade, o primeiro passo ainda não a leva em consideração.

Tanto a interpretação de Henrich (1969) como a de Paton (1936) permitem considerar uma ampliação no registro de validade objetiva das categorias. No primeiro passo, na medida em que se considera a intuição em geral como uma intuição sob uma unidade ou uma intuição em sentido relativo, a validade objetiva das categorias é dada no registro exclusivo do entendimento. No segundo passo, porém, uma vez que é necessário esclarecer como ela se aplica às intuições em sentido estrito, isto é, a partir do modo como ela produz a unidade

nessas intuições, o seu registro seria ampliado à sensibilidade por meio da imaginação.

Esse tipo de interpretação, porém, parece desconsiderar que o próprio §21 esclarece que as categorias prescrevem unidade à intuição em geral: “[...] No que se segue (§26), será demonstrado, a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade, que sua unidade não é outra senão aquela que a categoria, a partir do que já foi dito anteriormente (§20), prescreve a uma intuição em geral dada. [...]” (KrV, B144-145). O §26 também reforça esse ponto destacando que a categoria prescreve a unidade ao *múltiplo* da intuição em geral (KrV, B161). Esse ponto do §26 será melhor tratado mais adiante. Por ora, cabe apenas destacar que, por meio do modo como o §21 apresenta a relação das categorias com a intuição empírica, bem como também o esclarecimento do §26 de que as categorias prescrevem uma unidade ao múltiplo da intuição em geral, levam a considerar que o primeiro passo, embora não considere o modo da sensibilidade humana, também serve para explicar como uma unidade é produzida em uma intuição.

Allison (2004, p.161), por sua vez, destaca que pensar em uma ampliação do argumento no segundo passo, quando comparado ao primeiro, é algo “contra-intuitivo”, uma vez que o primeiro passo relaciona categoria à intuição em geral e o segundo passo relaciona categoria à intuição empírica. Entretanto, ele não considera que a passagem do primeiro para o segundo passo possa ser assumida de modo trivial, como se a intuição em geral fosse considerada como uma noção de extensão maior (gênero) e que contém sob si a intuição empírica (espécie). Ao invés disso, Allison (2004, p.162) compreende os dois passos a partir de duas funções epistêmicas distintas das categorias. O primeiro passo, na medida em que relaciona as categorias com a intuição em geral, abstrai do modo como os objetos são dados na sensibilidade. Conseqüentemente, ele se atém à validade objetiva em função do pensar objetos de uma intuição sensível em geral. O segundo passo, por seu turno, demonstra, por meio da imaginação, como as categorias se aplicam a intuições sensíveis, levando em consideração o que não foi pautado no primeiro passo. Por essa razão, ele demonstra a validade objetiva das categorias em relação à percepção dos objetos sensíveis: “[...] Em resumo, ela (a segunda parte da Dedução Transcendental B) tenta relacionar as categorias

(embora indiretamente) à *percepção* em vez do mero *pensamento* de objetos⁵ (ALLISON, 2004, p.162).

Esse tipo de interpretação, que divide os dois passos em função do ato de se pensar objetos e do ato de se conhecer/perceber objetos, como será visto mais adiante, sustenta-se melhor no argumento da Dedução Transcendental B do que a interpretação de que a intuição em geral já é considerada em sua unidade. Contudo, em um texto mais recente, Allison (2015) assume uma interpretação nova, aproximando-se da interpretação de Paton (1936). A divisão da noção de intuição em dois sentidos proposta por Paton (1936, p.525) apoia-se numa dupla acepção do termo “dado”. Na intuição em sentido estrito, o dado é desprovido de qualquer unidade. Ele ainda tem de ser unificado pelo entendimento. Na intuição em sentido relativo, o dado já é dado sob uma unidade. Allison (2015, p.375) assume essa dualidade do termo “dado” e acrescenta outro ponto: a reciprocidade entre unidade da consciência e consciência da unidade: “[...] Kant, aqui, utiliza o termo ‘dado’ (*gegeben*) em dois sentidos radicalmente distintos. No primeiro, ele significa um objeto para a consciência e o ponto é que dado nesse sentido já é o produto da síntese, mediante o que o múltiplo é unificado. No segundo, o dado é precisamente o múltiplo sensível como tal, que não é dado como unidade. [...]”⁶.

Segundo seu comentário, essa reciprocidade é importante para se compreender o primeiro passo da Dedução Transcendental B, pois, sob estas condições, a unidade da apercepção é assumida como condição necessária e suficiente para representação do objeto. A unidade da apercepção é a condição necessária e suficiente porque ainda não se questiona o modo como o conteúdo do objeto é dado na sensibilidade. Como consequência, o primeiro passo se atém à consciência da unidade, pois não considera representações que possam estar além do registro da unidade da apercepção. No segundo passo, encontra-se um resultado similar ao primeiro, porém, ele se faz necessário para demonstrar que toda representação

⁵[...] *In short, it attempts to link the categories (albeit indirectly) to the perception rather than merely thought of objects*

⁶[...] *Kant here uses the term “given” (gegeben) in two radically distinct senses. In the first it signifies an object for consciousness and the point is that the given in this sense is already the product of a synthesis through which the manifold is unified. In the second the given is just the sensible manifold as such, which is not given as unity. [...]*

dada tem de poder ser pensada. Ele é dado com base na unidade que a consciência produz no múltiplo por meio da síntese. Assim, o segundo passo explica a possibilidade da unidade da consciência no múltiplo intuitivo.

É possível considerar que essa interpretação não é distinta da de 2004, na qual se considera os dois passos da Dedução Transcendental B a partir de duas funções cognitivas distintas. Essa distinção é possível, porque se pode considerar que ela assume a apercepção transcendental como condição necessária e suficiente do primeiro passo na medida em que a investigação se atém apenas ao pensar objetos. No segundo passo, então, a apercepção transcendental deixa de ser uma condição suficiente, porque tem de se levar em consideração o modo como o dado sensível ocorre na sensibilidade. Acerca dessa possibilidade interpretativa, é importante destacar que tratar o primeiro passo como o passo do pensar objetos não implica em se considerar a apercepção transcendental como condição necessária e suficiente da validade objetiva das categorias. Ela é sim necessária, contudo, não se pode deixar de considerar que a definição de objeto contida no §17 pressupõe um múltiplo sensível (KrV, B137). Consequentemente, é possível assumir que o primeiro passo se refere ao pensar objetos, mas apenas na medida em que demonstra validade objetiva das categorias a partir de sua origem judicativa, tal como apresentada no §19 (KrV, B141-142). Portanto, a não consideração do modo como os objetos são dados na sensibilidade não implica na consideração de um tipo distinto de objeto, o pensado, mas implica sim na consideração dos fundamentos do ato de se pensar esse objeto.

Em 1983, Allison (1983, p.135) ainda havia apresentado uma terceira interpretação com base na divisão dos passos em função da prova da validade objetiva e da prova da realidade objetiva. Essa interpretação tinha por base a distinção terminológica entre *Gegenstand* e *Objekt*, que, por sua vez, se fundamenta na distinção entre objeto atual e objeto lógico. Ele abandona essa interpretação, mas Bunch (2010) busca retomá-la, evitando os problemas encontrados no livro de 1983. Bunch (2010, p.79) defende que é possível manter a divisão da Dedução Transcendental B em validade objetiva e realidade objetiva sem que, para isso, se leve em conta a distinção terminológica entre *Gegenstand* e *Objekt*. Segundo seu comentário, é possível pensar a relação dos dois passos com base na oposição entre forma

e conteúdo da cognição de objetos. O primeiro passo consiste em demonstrar a validade objetiva das categorias de modo universal, ou seja, com relação à forma do objeto em geral. O segundo passo, por sua vez, tem de demonstrar que o conteúdo da cognição do objeto possui uma unidade que não é outra senão a unidade prescrita pela forma (BUNCH, 2010, pp.83-84). Segundo essa interpretação, Kant referiria o primeiro passo à intuição em geral para demonstrar o critério universal da validade objetiva por meio da forma. O segundo passo deveria “emprestar” esse mesmo critério para demonstrar a aplicabilidade das categorias ao dado sensível humano; e essa aplicabilidade seria mediada pela intuição formal, decorrente da sua determinação da sensibilidade por meio de uma síntese transcendental da imaginação⁷ (BUNCH, 2010, p.84).

A interpretação de Bunch (2010), como uma terceira via interpretativa, fornece um parecer interessante acerca da estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B. De fato, é assaz possível considerar o primeiro passo como a demonstração do fundamento formal da cognição dos objetos e o segundo passo como a adequação desse fundamento ao conteúdo sensível. Contudo, é imprescindível esclarecer o papel da intuição formal, que consiste nas representações intuitivas do espaço e do tempo na mediação da aplicação das categorias aos objetos sensíveis. Esse esclarecimento é importante, porque, a partir do modo como é apresentado por Bunch (2010), se tende a submeter a possibilidade de ocorrência do dado sensível na sensibilidade às funções lógicas do juízo; e a independência do dado sensível em relação às funções lógicas do juízo é o que torna inevitavelmente necessária uma dedução dos conceitos puros do entendimento, pois o dado ocorre na sensibilidade de modo independente (KrV, B122).

O papel da intuição formal será esclarecido no terceiro capítulo desta tese. Por ora, é importante destacar que cada uma das interpretações elencadas acima, embora pareçam desconsiderar um ou outro aspecto da prova, fornecem uma contribuição para a compreensão da Dedução Transcendental B. Elas podem ser divididas em três grupos de interpretação: (1)

⁷Rosales (2009, p.313) parece fornecer uma interpretação similar à de Bunch (2010) na medida em que compreende os dois passos a partir da referência do entendimento à sensibilidade. Segundo ele, existe uma dupla perspectiva da Dedução Transcendental B: o primeiro passo considera o mero entendimento; o segundo passo considera o entendimento na sua aplicação à sensibilidade.

divisão dos dois passos com base na existência ou não de unidade da intuição; (2) divisão dos dois passos com base em funções cognitivas distintas: pensar e perceber/conhecer; e (3) divisão dos dois passos com base na estrutura formal e da aplicação dessa estrutura a um conteúdo dado na sensibilidade.

Aplicando-se uma correção no grupo (1), de maneira que o primeiro passo também esclareceria o modo como uma unidade é produzida em uma intuição, é possível condensar esses três tipos interpretativos em um só. Como será visto na sequência, a divisão dos passos pode ser feita com base tanto com relação à unidade da intuição, como com base na função cognitiva e também com base na relação entre forma e conteúdo do conhecimento. Esse ponto pode ser esclarecido a partir de uma análise do §21, que apresenta a estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B.

1.3 Os dois passos da prova a partir do §21

Apesar de receber o nome de “Observação” [*Anmerkung*], o §21 é de extrema importância para a Dedução Transcendental B, pois é o parágrafo que articula os dois passos da prova. Por essa razão, ainda que se situe no meio do desenvolvimento da prova, ele é um bom ponto de partida para a compreensão da Dedução Transcendental B como um todo. O §21 inicia-se do seguinte modo:

Um múltiplo contido em uma intuição que denomino minha é representado como pertencente à unidade *necessária* da autoconsciência por meio da síntese do entendimento; e isso acontece por meio da categoria⁸. (KrV, B144)

A abertura do §21 afirma que *um múltiplo dito meu só pode ser pensado por meio das categorias*. Na Estética Transcendental, Kant demonstra a validade objetiva do espaço e

⁸*Ein Mannigfaltiges, das in einer Anschauung, die ich die meinige nenne, enthalten ist, wird durch die Synthesis des Verstandes als zur notwendigen Einheit des Selbstbewußtseins gehörig vorgestellt, und dieses geschieht durch die Kategorie*

do tempo demonstrando que nada pode ser dado sem que o seja por meio das formas da intuição (KrV, A 42/B 59-60). O primeiro passo da prova segue um protocolo similar: nada pode ser pensado sem que o seja por meio das categorias. É desse modo que o §21 retoma a conclusão do §20.

Allison (2015, pp.374-375) chama atenção para uma diferença entre a conclusão do §20 e o início do §21: Kant opta por “todo múltiplo da intuição dada que chamo minha é representado sob a autoconsciência por meio das categorias” (§21) no lugar de “o múltiplo de uma intuição dada deve estar necessariamente sob as categorias” (§20) . Para Allison (2015), essa diferença é meramente expositiva e cumpre a função de articular os dois parágrafos.

De fato, o §21 não acrescenta nada de novo ao §20. Entretanto, ele fornece um esclarecimento importante acerca do resultado obtido no primeiro passo. A conclusão do §20 é a seguinte: “Portanto, o múltiplo em uma intuição dada também está necessariamente sob as categorias” (KrV, B 143). Vale notar que, a partir da maneira como está apresentada no §20, a conclusão assume a aplicação irrestrita das categorias para todas as intuições dadas. No §21, Kant acrescenta uma restrição à essa intuição dada: “Um múltiplo contido em uma intuição *que denomino minha*⁹ é representado [...]” (KrV, B 144). Esse detalhe sutil, mas importante, esclarece que os resultados obtidos até o momento estão garantidos apenas para as representações ditas minhas. Na medida em que o §21 refere as categorias às “minhas” representações, ele retoma um dos pontos fundamentais do primeiro passo da prova, em que Kant afirma que todas as representações ditas minhas têm relação com a representação *eu penso*:

O *eu penso* tem de poder acompanhar todas as minhas representações; pois, do contrário, algo seria representado em mim, que de modo algum poderia ser pensado, que o mesmo é dizer que a representação ou não seria possível ou ao menos não seria nada para mim. Aquela representação que pode ser dada antes de todo pensar, chama-se *intuição*¹⁰. (KrV, B131-132)

⁹grifo nosso

¹⁰*Das: Ich denke, muß alle meine Vorstellungen begleiten können; denn sonst würde etwas in mir vorgestellt werden, was gar nicht gedacht werden könnte, welches eben so viel heißt, als die Vorstellung*

O §16 relaciona a representação *eu penso* às representações. As implicações dessa representação serão tratadas no capítulo seguinte, porém, por ora, é importante observar que ela representa o ato da ligação de si consigo mesmo. Esse ato funda-se não precisamente na expressão “eu sou”, o que implicaria na antecedência da unidade em relação ao ato, mas no próprio ato de pensar as representações.

O §21 retoma essa afirmação e a relaciona à categoria. Assim, o §21 complementa o §16 esclarecendo uma relação necessária entre as categorias e o ato de pensar as representações, estabelecida pela relação destas com a representação *eu penso*. Como consequência, na medida em que o §21 retoma a conclusão do §20 sob a restrição da validade objetiva das categorias às minhas representações, ele também informa que o argumento, até o momento, dedicou-se a mostrar as categorias como condição necessária do ato de se pensar objetos. No segundo passo, tal como esclarecem os §§22-23, esses mesmos fundamentos tem de ser demonstrados como condições do ato de conhecer objetos. É nesse sentido que a nota de B144 deve ser lida:

O fundamento da prova consiste na *unidade* representada *da intuição*, por meio do que um objeto é dado; que sempre encerra em si uma síntese do dado múltiplo a uma intuição; e que já contém a relação desse último a unidade da percepção¹¹. (KrV, B144n.)

Conforme foi tratado mais acima, as interpretações de Paton (1936), de Henrich (1969) e de Allison (2015) compreendem a estrutura argumentativa a partir da presença ou não de uma unidade na intuição. No primeiro passo, defendem eles, a unidade já é dada juntamente com a intuição, enquanto que, no segundo, se deve considerar a produção dessa intuição no múltiplo sensível. Especialmente para as interpretações de Paton (1936, v.I, p.525) e de Allison (2015, p.375), a nota de B144 é de fundamental importância.

würde entweder unmöglich, oder wenigstens für mich nichts sein. Diejenige Vorstellung, die vor allem Denken gegeben sein kann, heißt Anschauung.

¹¹*Der Beweisgrund beruht auf der vorgestellten Einheit der Anschauung, dadurch ein Gegenstand gegeben wird, welche jederzeit eine Synthesis des mannigfaltigen zu einer Anschauung Gegebenen in sich schließt, und schon die Beziehung dieses letzteren auf Einheit der Apperzeption enthält*

Nessas duas interpretações, assume-se que a afirmação inicial de B144n., ao relacionar o fundamento de prova [*Beweisgrund*] da dedução com a unidade representada da intuição, indica que o primeiro passo teve por princípio assumir uma intuição que é dada já sob uma unidade. Com base nisso, para Allison (2015, p.375), o primeiro passo apoia-se na consciência da unidade, assumindo a unidade originário-sintética da apercepção como condição suficiente e necessária do objeto. O segundo passo encontra um resultado similar, porém, ele se faz necessário para demonstrar que toda representação dada tem de poder ser pensada. Ele é dado com base na unidade que a consciência produz no múltiplo por meio da síntese.

Mais acima, também se esclareceu que não é possível assumir a unidade originário-sintética da apercepção como condição suficiente e necessária do objeto no primeiro passo. No §17, Kant afirma o seguinte:

O mais alto princípio da possibilidade de toda intuição em relação à sensibilidade foi, segundo a Estética Transcendental: que todo múltiplo dela está sob as condições formais do espaço e do tempo. O mais alto princípio delas em relação ao entendimento é: que todo múltiplo da intuição está sob condições da unidade originário-sintética da apercepção. Todas representações múltiplas da intuição estão sob o primeiro na medida em que elas nos são dadas, sob o segundo na medida em que têm de poder ser *ligadas* em uma consciência; pois, sem isso, nada poderia ser pensado ou conhecido por seu intermédio, porque representações dadas não possuem em conjunto o ato da apercepção, *eu penso*, e, por isso, não estariam reunidas em uma autoconsciência¹². (KrV, B136-137)

Essa passagem esclarece que a relação condicional da intuição, isto é, do múltiplo sensível em relação ao entendimento, é tão somente em razão da possibilidade de ser ligado (“[...] sob o segundo na medida em que têm de poder ser *ligadas* em uma consciência

¹²*Der oberste Grundsatz der Möglichkeit aller Anschauung in Beziehung auf die Sinnlichkeit war laut der transz. Ästhetik: daß alles Mannigfaltige derselben unter den formalen Bedingungen des Raumes und der Zeit stehen. Der oberste Grundsatz eben derselben in Beziehung auf den Verstand ist: daß alles Mannigfaltige der Anschauung unter Bedingungen der ursprünglich-synthetischen Einheit der Apperzeption stehe. Unter dem ersteren stehen alle mannigfaltigen Vorstellungen der Anschauung, sofern sie uns gegeben werden, unter dem zweiten sofern sie in einem Bewußtsein müssen verbunden werden können; denn ohne das kann nichts dadurch gedacht oder erkannt werden, weil die gegebenen Vorstellungen den Aktus der Apperzeption, Ich denke, nicht gemein haben, und dadurch nicht in einem Selbstbewußtsein zusammengefaßt sein würden.*

[...]”). Esse ponto serve para assinalar, portanto, que o primeiro passo da prova restringe toda possibilidade de unidade à atividade do entendimento. Por conseguinte, a nota de B144 não deve ser interpretada nestes termos: como se a intuição fosse dada já sob uma unidade; ao contrário, deve ser interpretada nos seguintes termos: que a prova da validade objetiva das categorias tem como fundamento investigar o modo como a unidade é produzida no múltiplo sensível, seja esse múltiplo de uma intuição em geral, seja de uma intuição empírica. Mesmo nessa interpretação, não é possível considerar a unidade originário-sintética da apercepção como condição suficiente da unidade de uma intuição, pois, conforme visto mais acima, a ligação, a qual consiste na atividade do entendimento em relação a um múltiplo, só é possível mediante a pressuposição de três elementos fundamentais: o múltiplo, a síntese do múltiplo e a unidade do múltiplo. O entendimento, por via exclusivamente sua, só é capaz de fornecer os princípios da síntese e da unidade, que residem conjuntamente na unidade originário-sintética da apercepção. Portanto, a apercepção transcendental, como ato do entendimento em função da unidade originário-sintética da apercepção, só é condição necessária e suficiente da representação *eu penso*, que tem de poder acompanhar todas as demais.

De todo modo, a nota B144 assinala a questão da unidade em relação à Dedução Transcendental B. Ela não pode, porém, ser interpretada com base na diferença de uma intuição dada sob uma unidade e uma unidade a ser produzida na intuição, pois ambos os passos têm como objetivo esclarecer a produção de unidade na intuição. Como esclarece a apresentação da Dedução Transcendental B em dois passos: “[n]o que se segue (§26), será demonstrado, a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade, que sua unidade não é outra senão aquela que a categoria, a partir do que já foi dito anteriormente (§20), prescreve a uma intuição em geral dada [...]”. O que é possível considerar a esse respeito é: o primeiro passo, visto que ainda não considera o modo como múltiplo é dado no espaço e no tempo, atém-se tão somente ao fundamento judicativo da unidade objetiva das representações, demonstrando que, independentemente da natureza específica da sensibilidade, a unidade do múltiplo dado consiste em ser trazido à unidade originário-sintética da apercepção por meio das categorias.

Na sequência, após a referência à nota B144, o §21 ainda abre margem para o grupo interpretativo (3) elencado mais acima: o que considera os dois passos em função da relação entre forma (primeiro passo) e conteúdo (segundo passo). Na segunda alínea do §21, lê-se a seguinte afirmação:

Não consegui abstrair de apenas uma parte da prova anterior, a saber, de que o múltiplo deve ser dado à intuição anteriormente à síntese do entendimento e independentemente dela; mesmo que, nesse caso, ele permaneça indeterminado. Pois, se pretendesse pensar para mim um entendimento que intuisse a si mesmo (como um [entendimento] divino, que não se representasse objetos dados, mas desse os próprios objetos ou os produzisse ao mesmo tempo que os representasse), as categorias não teriam sentido em relação às intuições produzidas por esse entendimento¹³. (KrV, B145)

A passagem em questão é responsável por anunciar o segundo passo. Tal como destacado por ela, o primeiro passo tinha levado em consideração o modo como o múltiplo ocorre na sensibilidade. Além disso, o primeiro passo havia afirmado que o entendimento humano não é capaz de produzir intuições. Logo, é possível considerar que o primeiro passo da prova, na medida em que considerou apenas os fundamentos cognitivos do próprio entendimento, se ateve à esfera formal da ligação. Se é assim, então, o segundo passo dá outra contribuição à prova da validade objetiva das categorias: deverá demonstrar como o pensar, não mais do ponto de vista da mera forma, deve se referir não apenas a um múltiplo dado alhures, mas deve se aplicar a um múltiplo dado por nossa sensibilidade.

É possível notar, portanto, que cada um dos grupos interpretativos elencados mais acima parece dar conta de um aspecto específico da articulação interna da Dedução Transcendental B em dois passos. No primeiro passo, por tratar da relação das categorias à uma intuição em geral, a Dedução Transcendental B visa demonstrar a condição *a priori* da unidade da intuição em geral (1), que, por sua vez, se assenta na esfera do pensamento da

¹³ *Allein von einem Stücke konnte ich im obigen Beweise doch nicht abstrahieren, nämlich davon, daß das Mannigfaltige für die Anschauung noch vor der Synthesis des Verstand, und unabhängig von ihr, gegeben sein müsse; wie aber, bleibt hier unbestimmt. Denn, wollte ich mir einen Verstand denken, der selbst anschauete (wie etwa einen göttlichen, der nicht gegebene Gegenstände sich vorstellte, sondern durch dessen Vorstellung die Gegenstände selbst zugleich geben, oder hervorgebracht würden), so würden die Kategorien in Ansehung eines solchen Erkenntnisse gar keine Bedeutung haben.*

unidade do objeto em geral (2); ou seja, o primeiro passo se atém ao fundamento formal (3). Em contrapartida, o segundo passo, na medida em que relaciona as categorias à intuição empírica, tem a finalidade de demonstrar como o fundamento da unidade se aplica à intuição sensível humana (2), o que significa explicar como o ato de conhecer objetos é possível (2). O mesmo significa considerar a aplicação do fundamento formal do entendimento à sensibilidade (3).

Esses três grupos, todavia, podem ser reorganizados em função da própria atividade do entendimento. No primeiro passo, Kant considera quais são os fundamentos do ato de ligação em geral, enquanto o segundo passo demonstra como esse mesmo ato, por intermédio da imaginação, se aplica à sensibilidade humana e, assim, aos objetos empiricamente dados. Essa interpretação fica mais evidente a partir da consideração dos dois passos em relação às duas considerações da ligação em geral: a síntese intelectual em relação ao múltiplo da intuição em geral e a síntese figurativa em relação ao múltiplo da intuição empírica.

1.4 A síntese intelectual e a síntese figurativa

Tanto o §21 quanto o §26 relacionam cada um dos passos da prova a uma noção de intuição. O primeiro passo é definido por meio da relação das categorias com a intuição em geral: “[...] a partir do que já foi dito anteriormente (§20), [a categoria] prescreve a uma intuição em geral dada [...]” (§21); “[...] apresenta-se a possibilidade delas [categorias] como cognições *a priori* dos objetos de uma intuição em geral [...]” (§26). O segundo passo, por sua vez, é definido por meio da relação das categorias com a intuição empírica: “[...] [n]o que se segue (§26), será demonstrado, a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade [...]” (§21); “deverá ser esclarecida, por meio das categorias, a possibilidade dos objetos que só podem sempre aparecer em nossos sentidos [ou seja, aparecer por meio de uma intuição empírica]” (§26). Cada uma dessas noções de intuição, tal como apresentada no §24, está associada a um modo específico de considerar a síntese:

Essa *síntese* do múltiplo da intuição sensível, que é necessária e possível *a priori*, pode ser nomeada de *figurativa* (*synthesis speciosa*), em diferença daquela que foi pensada em vista do múltiplo de uma intuição em geral e se chama ligação do entendimento (); ambas são *transcendentais*, não apenas porque elas próprias antecedem *a priori*, mas também porque fundam a possibilidade de outras cognições¹⁴. (KrV, B151)

O §24 estabelece uma nomenclatura nova à noção de síntese. A síntese que confere unidade ao múltiplo da intuição sensível chama-se síntese figurativa. Essa denominação é feita para diferenciá-la da ligação do entendimento ou, como Kant também nomeia com base no termo latino, de síntese intelectual (*synthesis intellectualis*). A síntese intelectual unifica o múltiplo de uma intuição em geral.

A estrutura da prova do §21 estabelece o primeiro passo em referência à intuição em geral e o segundo em referência à intuição empírica (intuição sensível humana). Por meio do §24, então, é possível que se recoloque a divisão dos dois passos em função dos dois tipos de sínteses apresentados¹⁵. Desse modo, o primeiro passo deve ser considerado por meio da atividade de uma síntese intelectual sobre o múltiplo da intuição em geral, enquanto o segundo passo deve ser considerado por meio da atividade da síntese figurativa sobre o múltiplo da intuição empírica.

Com base nessa passagem, é possível retomar a questão proposta no início do presente capítulo, a saber, a relação entre a ligação apresentada no §15 e a síntese apresentada no

¹⁴*Diese Synthesis des Mannigfaltigen der sinnlichen Anschauung, die a priori möglich und notwendig ist, kann figurlich (synthesis speciosa) genannt werden, zum Unterschiede von derjenigen, welche in Ansehung des Mannigfaltigen einer Anschauung überhaupt in der bloßen Kategorie gedacht wurde, und Verstandesverbindung (synthesis intellectualis) heißt; beide sind transzendental, nicht bloß weil sie selbst a priori vorgehen, sondern auch die Möglichkeit anderer Erkenntnis a priori gründen.*

¹⁵É preciso destacar que a reorientação da compreensão dos dois passos em função dos dois tipos de síntese presentes na Dedução Transcendental B, em larga medida, é influenciado pela interpretação de Longuenesse (1993, pp.233-236). A comentadora compreende o segundo passo como uma radicalização do argumento proposto no primeiro, de modo que, ao cabo, torna-se necessário uma revisão da Estética Transcendental pela Dedução Transcendental B. Na presente tese, porém, embora ela alcance um resultado aproximado ao de Longuenesse (1993), o intuito em se reconsiderar a estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B por intermédio de duas sínteses consiste mais precisamente em reconsiderar a prova da validade objetiva das categorias não mais em função de representações distintas – intuição em geral e intuição empírica – mas em função de esferas de aplicação da mesma atividade do entendimento, o que se observa a partir dos dois tipos de síntese assinalados pelo §24 – síntese intelectual e síntese figurativa.

§10. Uma das dificuldades era o fato do §10 definir a síntese como uma função da imaginação, enquanto a ligação é definida como um ato do entendimento. A esse respeito, o §24 também esclarece que a imaginação é uma efeito do entendimento na sensibilidade:

Apenas a síntese figurativa, quando se refere à unidade originário-sintética da apercepção, isto é, à unidade transcendental que é pensada nas categorias, tem de chamar-se de *síntese transcendental da imaginação*, para diferenciar-se da mera ligação intelectual. *Imaginação* é a faculdade de se representar objetos na intuição também *sem* a sua presença. Ora, visto que toda intuição nossa é sensível, então a imaginação pertence à *sensibilidade*, devido à condição subjetiva sob a qual ela exclusivamente pode dar aos conceitos do entendimento uma intuição correspondente; na medida em que, porém, a sua síntese é um exercício da espontaneidade – que é determinante, e não como o sentido, que é meramente determinável –, por meio do que pode determinar *a priori* o sentido de sua forma em conformidade à unidade da apercepção, então a imaginação é a faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade; e sua síntese das intuições, *em conformidade às categorias*, tem de ser a síntese transcendental da imaginação, que é um efeito do entendimento na sensibilidade e que é a primeira aplicação sua (ao mesmo tempo o fundamento de todas as demais) a objetos da intuição possível para nós. [...] ¹⁶. (KrV, B151-152)

A imaginação é definida por Kant como a faculdade de representar objetos também sem sua presença na intuição. Por essa razão, a imaginação é, por um lado, sensível, mas, por outro, também se refere ao entendimento, uma vez que sua síntese é um efeito da espontaneidade. Desse modo, a síntese do §10 atribuída à imaginação, no §24, é elucidada como resultante do ato do entendimento na sensibilidade.

Como consequência, no primeiro passo da prova, é possível considerar a ligação do entendimento como o ato em geral de unificar o múltiplo de uma intuição. Com base nesse

¹⁶ *Allein die figürliche Synthesis, wenn sie bloß auf die ursprünglich synthetische Einheit der Apperzeption, d. i. diese transzendente Einheit geht, welche in den Kategorien gedacht wird, muß, zum Unterschiede von der bloß intellektuellen Verbindung, die transzendente Synthesis der Einbildungskraft heißen. Einbildungskraft ist das Vermögen, einen Gegenstand auch ohne dessen Gegenwart in der Anschauung vorzustellen. Da nun alle unsere Anschauung sinnlich ist, so gehört die Einbildungskraft, der subjektiven Bedingung wegen, unter der sie allein den Verstandesbegriffen eine korrespondierende Anschauung geben kann, zur Sinnlichkeit; sofern aber doch ihre Synthesis eine Ausübung der Spontaneität ist, welche bestimmend, und nicht, wie der Sinn, bloß bestimmbar ist, mithin a priori den Sinn seiner Form nach der Einheit der Apperzeption gemäß bestimmen kann, so ist die Einbildungskraft sofern ein Vermögen, die Sinnlichkeit a priori zu bestimmen, und ihre Synthesis der Anschauungen, den Kategorien gemäß, muß die transzendente Synthesis der Einbildungskraft sein, welches eine Wirkung des Verstandes auf die Sinnlichkeit und die erste Anwendung desselben (zugleich der Grund aller übrigen) auf Gegenstände der uns möglichen Anschauung ist.[...]*

propósito, ainda não é necessário considerar a natureza específica da sensibilidade humana. No segundo passo, portanto, tem de se demonstrar como esse ato, que foi pensado na esfera meramente intelectual, é aplicado à especificidade da sensibilidade humana. O emprego desse ato, em razão da sensibilidade humana, traduz-se em síntese figurativa, cujo correspondente transcendental é a síntese transcendental da imaginação.

A compreensão dos dois passos da Dedução Transcendental B com base nesses modos de considerar a síntese permite compreender que o segundo passo alcança o mesmo resultado obtido no primeiro, porém, pela via sensível. Essa relação pode ser considerada por meio de uma convergência entre os dois passos.

1.5 A convergência dos dois passos da prova

Independentemente da via interpretativa, a partir da qual se compreende a divisão dos dois passos da Dedução Transcendental B, é importante ter em mente que o segundo passo, embora represente um acréscimo à exposição, alcança um resultado muito semelhante ao do primeiro. A diferença fundamental reside em compreender o ato de ligação em geral sob a restrição da especificidade da sensibilidade humana, em que os objetos empíricos são dados. Por conseguinte, é possível verificar que existe uma convergência entre os dois passos, pois o segundo passo demonstra como a conclusão do primeiro passo vale também para as condições específicas do modo como os objetos empíricos são dados na sensibilidade humana.

Essa convergência dentre os dois passos pode ser verificada a partir da conclusão do §26 em comparação com a conclusão do §20. A conclusão do §26 é a seguinte:

Possuímos *formas a priori* tanto da intuição sensível externa como da interna nas representações de espaço e de tempo; e a essas sempre tem de ser conforme a síntese de apreensão do múltiplo do fenômeno, pois ele só pode acontecer por meio dessas formas. Porém, espaço e tempo não são representados *a priori* meramente como *formas*, mas como intuições mesmas (que contêm um múltiplo); e, assim, com a determinação da *unidade* desse múltiplo nelas (*cf.* Estética Transcendental). Portanto, a *unidade da síntese* do múltiplo, fora de nós ou em nós,

por meio do que também uma *ligação* de tudo que deve ser representado como determinado no espaço e no tempo, já é dada *a priori* como condição da síntese de toda *apreensão* em concomitância [*zugleich*] com (não em) essas intuições. Essa unidade sintética, porém, não pode ser outra senão a da ligação do múltiplo de uma *intuição em geral* dada em uma consciência originária, conforme às categorias, apenas aplicada a nossa *intuição sensível*. Consequentemente, toda síntese, por meio da qual a própria percepção se torna possível, está sob as categorias e, visto que a experiência é cognição por meio de percepções concatenadas, então as categorias são condições de possibilidade da experiência e, desse modo, também valem *a priori* a todos objetos da experiência. (KrV, B160-161)

A conclusão do §26 estabelece, por meio do espaço e do tempo, a relação necessária entre a apreensão do múltiplo sensível e a apercepção transcendental ou, ainda em outros termos, ela relaciona a consciência do dado sensível com a autoconsciência originária. A despeito, porém, das representações do espaço e do tempo, esse resultado é semelhante ao obtido na conclusão do §20, em que Kant afirma:

O dado múltiplo em uma intuição sensível está necessariamente sob a unidade originário-sintética da apercepção, pois somente por meio dela a *unidade* da intuição é possível (§17). Aquela operação do entendimento, porém, por meio da qual o múltiplo de representações dadas (sejam elas intuições ou conceitos) é trazido sob uma apercepção em geral, é a função lógica do julgar [*Funktion der Urteile*] (§19). Portanto, todo múltiplo, na medida em que ele é dado em *Uma* intuição empírica, é *determinado* em vista de uma função lógica de julgar [*Funktionen zu urteilen*], por meio do que, ele é trazido a uma consciência em geral. Ora, as *categorias*, porém, não são outra coisa senão precisamente funções da julgar, na medida em que o múltiplo de uma intuição dada é determinada em vista a elas (§13). Portanto, também, o múltiplo em uma intuição dada está necessariamente sob categorias¹⁷. (KrV, B143)

O §20 tem início com a afirmação explícita de que o dado sensível (dado múltiplo em uma intuição sensível) cai necessariamente sob a unidade originário-sintética da apercepção.

¹⁷*Das mannigfaltige in einer sinnlichen Anschauung Gegebene gehört notwendig unter die ursprüngliche synthetische Einheit der Apperzeption, weil durch diese Einheit der Anschauung allein möglich ist. (§17.) Diejenige Handlung des Verstandes aber, durch die das Mannigfaltige gegebener Vorstellungen (sie mögen Anschauungen oder Begriffe sein) unter eine Apperzeption überhaupt gebracht wird, ist die logische Funktion der Urteile. (§19.) Also ist alles Mannigfaltige, so fern es in Einer empirischen Anschauung gegeben ist, in Ansehung einer der logischen Funktionen zu urteilen bestimmt, durch die es nämlich zu einem Bewußtsein überhaupt gebracht wird. Nun sind aber die Kategorien nichts andres, als eben Funktionen zu urteilen, so fern das Mannigfaltige einer gegebenen Anschauung in Ansehung ihrer bestimmt ist. (§13.) Also steht auch das Mannigfaltige in einer gegebenen Anschauung notwendig unter Kategorien.*

Esse resultado é idêntico ao resultado geral. A partir dessa semelhança, torna-se possível compreender a razão que leva algumas interpretações a considerar a Dedução Transcendental B como constituída de duas provas que alcançam o mesmo resultado. Contudo, dentre as duas conclusões contidas na Dedução Transcendental B, reside uma diferença importante, que é precisamente o papel do espaço e do tempo na relação da apercepção transcendental com o objeto dado por meio de um múltiplo na sensibilidade humana.

É admissível que se verifique essa diferença a partir da segunda alínea do §21, em que Kant afirma que, no primeiro passo, ainda não foi considerado o modo como os objetos podem ser dados na sensibilidade humana (KrV, B145). De fato, essa passagem é fundamental para a compreensão do segundo passo, pois esclarece que a validade objetiva das categorias ainda tem de levar em consideração o espaço e o tempo. Porém, a semelhança das conclusões do §20 e do §26 assinala uma característica importante acerca do espaço e do tempo e que, somente a seu respeito, é que a conclusão do §26 será possível. Essa característica é a identidade representacional entre o dado e o pensado, quando os objetos em questão são os próprios espaço e tempo.

Uma vez que o §26 alcança, pela via sensível, um resultado semelhante ao obtido no §20, isto é, a de que a consciência do dado sensível, ou, ainda, a apercepção empírica, está necessariamente sob a unidade originário-sintética da apercepção, por que razão, então, um segundo passo se faz necessário? Embora o §21 esclareça que ainda não foi levado em consideração o modo como as intuições são dadas na sensibilidade humana, é preciso ter em mente que, em certa medida, primeiro passo já estabeleceu os limites do uso cognitivo do entendimento e já deixou explícito que toda intuição sensível está necessariamente sob as categorias. Desse modo, o §21 não anuncia um passo além dos resultados obtidos, mas sim um passo que deve convergir com o primeiro pela via sensível. Por esse motivo, o §21 esclarece que ainda não se considerou o espaço e o tempo. Então, é preciso compreender que esse esclarecimento não implica na necessidade de um passo suplementar ao que já foi dado no primeiro, mas ele precisa demonstrar que a determinação do espaço e do tempo, mediante a síntese transcendental da imaginação, desempenha, na esfera sensível, a mesma função, e em dependência, das funções lógicas do julgar. Em outros termos, a

segunda alínea do §21 não estabelece um segundo passo que vai além, mas sim um que converge ao resultado obtido no primeiro, porém, pela via sensível. O segundo passo pressupõe o primeiro na medida em que tem por fundamento as regras judicativas estabelecidas no §19, mas realiza essa convergência demonstrando que essas regras são expressas no sensível por meio das representações do espaço e do tempo, que resultam da síntese transcendental da imaginação.

É importante notar que a imaginação como efeito do entendimento na sensibilidade também consiste em uma faculdade de ligar representações. A sua esfera produtiva, portanto, consiste em representar os objetos não como se dão à sensibilidade, mas que podem ser nela representados por um ato da imaginação. Esses objetos são o espaço e o tempo. Por conseguinte, a síntese transcendental da imaginação não tem outra função senão unificar as representações do próprio espaço e do próprio tempo.

A partir dessa característica da síntese transcendental da imaginação, o segundo passo não converge apenas argumentativamente com o primeiro, mas, também, na medida em que relaciona, mediante a síntese transcendental da imaginação, as representações do espaço e do tempo com a unidade originário-sintética da apercepção. De modo mais explícito, as unidades sintéticas do espaço e do tempo são expressas como o resultado de um ato de síntese, em conformidade com unidade originário-sintética da apercepção, nos sentidos externo e interno, respectivamente.

Com base nisso, é preciso compreender o fundamento que rege a ligação em geral (capítulo 2) e como esse fundamento se aplica à apreensão do objeto dado nas representações do espaço e do tempo por intermédio da síntese transcendental da imaginação (capítulo 3).

Capítulo 2

A unificação do múltiplo da intuição em geral pela síntese intelectual

O capítulo anterior discutiu diversas interpretações da estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B para poder, por fim, propor uma interpretação própria. Basicamente, o capítulo procurou demonstrar que os dois passos da prova da Dedução Transcendental B devem ser articulados em função de dois tipos de síntese. O primeiro passo deve ser considerado por meio da síntese intelectual que unifica o múltiplo de uma intuição em geral. O segundo passo deve ser considerado por meio da síntese figurativa que unifica o múltiplo de uma intuição empírica. Esses dois tipos de síntese, porém, não representam duas atividades distintas do entendimento, mas sim duas perspectivas distintas do mesmo ato. A síntese intelectual do primeiro passo corresponde ao ato de unificação do múltiplo considerado a partir de seu fundamento intelectual, ou seja, a partir do entendimento como mera faculdade de ligar representações. Em complemento, a síntese figurativa do segundo passo corresponde ao mesmo ato de unificação, porém, considerado na sua aplicação à sensibilidade e, assim, ao objeto empiricamente dado.

No que se segue, deve-se compreender em que precisamente consiste o ato de unificação do múltiplo das representações. O presente capítulo procura investigar mais detalhadamente a esfera do ato de unificação do múltiplo contido no primeiro passo. Procura, assim,

esclarecer os fundamentos da ligação em geral e como eles se aplicam ao múltiplo de uma intuição em geral.

No §20, que encerra o primeiro passo da prova, encontra-se a seguinte conclusão:

O dado múltiplo em uma intuição sensível está necessariamente sob a unidade originário-sintética da apercepção, pois somente por meio dela a *unidade* da intuição é possível (§17). Aquela operação do entendimento, porém, por meio da qual o múltiplo de representações dadas (sejam elas intuições ou conceitos) é trazido sob uma apercepção em geral, é a função lógica do julgar [*Funktion der Urteile*] (§19). Portanto, todo múltiplo, na medida em que ele é dado em *Uma* intuição empírica, é *determinado* em vista de uma função lógica de julgar [*Funktionen zu urteilen*], por meio do que, ele é trazido a uma consciência em geral. Ora, as *categorias*, porém, não são outra coisa senão precisamente funções da julgar, na medida em que o múltiplo de uma intuição dada é determinada em vista a elas (§13). Portanto, também, o múltiplo em uma intuição dada está necessariamente sob categorias. (KrV, B143)

O §20 afirma, como conclusão do primeiro passo, que o múltiplo de uma intuição dada está necessariamente sob as categorias. O mesmo é afirmar que o múltiplo dado sob uma unidade na intuição está necessariamente sujeito à unidade originário-sintética da apercepção mediante a determinação das categorias.

O §20 consiste em cinco afirmações estruturadas em um polissilogismo¹. As afirmações são as seguintes: (1) o dado múltiplo em uma intuição tem relação necessária com a unidade originário-sintética da apercepção, pois a sua unidade só é possível em função dela; (2) todo múltiplo é trazido sob uma apercepção, isto é, todo múltiplo é unificado em uma consciência por meio das funções lógicas do julgar e em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção; (3) se o múltiplo é dado em uma intuição, então, ele é determinado com base nas funções lógicas do julgar; (4) As categorias são as funções lógicas do julgar na sua relação com o múltiplo de uma intuição dada; (5) o múltiplo em uma intuição dada está necessariamente sob categorias.

A estrutura polissilogística do §20 consiste em um arranjo de dois silogismos. O prosilogismo, S_1 , tem por premissas as afirmações (1) e (2) e por conclusão a afirmação (3).

¹Cabe observar que Allison (2015, p.369) é um comentador que chama atenção para a estrutura polissilogística do §20.

O epissilogismo, S_2 , tem por premissas as afirmações (3) e (4) e por conclusão a afirmação (5). De modo mais ilustrativo, os silogismos presentes no §20 são os seguintes:

S_1	(1) A unidade do múltiplo em uma intuição só é possível com relação à unidade originário-sintética da apercepção (Autoconsciência) (2) Uma representação é trazida à unidade da consciência por meio das funções lógicas do julgar.
	(3) Se o múltiplo é dado em intuição unificada, então ele é determinado com base nas funções lógicas do julgar \therefore .
,	
S_2	(3) Se o múltiplo é dado em uma intuição, então ele é determinado com base nas funções lógicas do julgar (4) As categorias são as funções lógicas do julgar na sua relação com o múltiplo de uma intuição dada.
	(5) o múltiplo em uma intuição dada está necessariamente sob categorias \therefore .

Esse polissilogismo não apenas expõe a estrutura argumentativa do §20, mas apresenta também a estrutura argumentativa de todo o primeiro passo da Dedução Transcendental B. Em S_1 , encontram-se duas referências: a premissa (1) alude ao §17, enquanto a premissa (2) alude ao §19. Com base nessas alusões, é possível notar que o primeiro passo está quase todo contido em S_1 . Em contrapartida, a contribuição efetiva do §20 ao argumento da prova está contido apenas em S_2 .

Essa divisão permite compreender que o primeiro passo da prova da Dedução Transcendental B, cujo objetivo é demonstrar o ato de unificação do múltiplo dado por meio de uma síntese intelectual, consiste na consecução de três etapas. A primeira etapa consiste em demonstrar que a unidade da intuição tem uma relação necessária com a unidade originário-sintética da apercepção. A segunda etapa consiste em demonstrar que as funções lógicas do julgar dão o modo como essa relação necessária ocorre. Por fim, a terceira etapa consiste em demonstrar que, uma vez que as categorias são o modo de aplicação das funções lógicas do julgar ao múltiplo sensível, então é por meio delas que o múltiplo da intuição é trazido à unidade originário-sintética da apercepção, ou seja, é representado sob a unidade na intuição.

Para se compreender essas etapas, é necessário considerar os fundamentos primeiros de

cada uma delas. O primeiro fundamento diz respeito ao entendimento como faculdade de ligação. O segundo diz respeito à unidade originário-sintética da apercepção, de que deriva toda unidade possível das demais representações.

2.1 O entendimento como a faculdade de ligação

Ao longo da *Crítica da Razão Pura*, é possível encontrar mais de uma definição de entendimento. Exemplo de algumas definições podem ser encontrados no capítulo “Do uso lógico em geral do entendimento”, onde ele é definido como a faculdade de julgar (KrV, A69/B94), e no §17, onde ele é definido como a faculdade de cognições (KrV, B137). Essas definições de entendimento levantam a questão acerca de sua relação e da primazia dentre elas². A partir dessa pergunta, surge uma questão muito mais fundamental: a questão sobre a relação entre a lógica formal e a lógica transcendental. Aqui, porém, como o objetivo consiste em demonstrar o papel do entendimento como na unificação do múltiplo sensível (objetivo do capítulo) e em demonstrar como ele opera sobre as representações do espaço e do tempo (objetivo geral da tese), procura-se centrar a presente investigação no papel do entendimento como faculdade meramente capaz de unificar o múltiplo dado das representações. Para isso, é possível investigar a função cognitiva do entendimento como a faculdade responsável pelo ato de ligação.

Todavia, é importante destacar que, ao longo mesmo do primeiro passo Dedução Transcendental B, é possível notar que essas três definições assentam-se na mesma característica do entendimento. A cognição, enquanto ato de conhecer, consiste na ligação de um múltiplo sob um conceito e o modo como essa ligação ocorre se dá em relação às funções lógicas do julgar. Por conseguinte, essas três definições assinalam o entendimento como uma faculdade meramente ativa.

Com base nessa consideração, a Dedução Transcendental B tem início no §15, quando

²Longuenesse (1993, pp. xvi-ss.), por exemplo, trata dessa questão logo no início de sua obra e atribui primazia à definição do entendimento como faculdade (poder/capacidade) de julgar.

Kant introduz a noção de ligação em geral:

O múltiplo das representações pode ser dado em uma intuição que é meramente sensível, isto é, que não é nada além da receptividade; e a forma dessa intuição pode residir *a priori* em nossa capacidade de representação, sem que seja outro modo além de como o sujeito é afetado. Isolada, a ligação (*conjunctio*) de um múltiplo em geral nunca pode vir a nós por meio dos sentidos e, portanto, ao mesmo tempo também não pode estar contida na forma da intuição sensível; pois ela é um ato da espontaneidade do poder de representação e, visto que se tem de nomeá-la de entendimento, à diferença da sensibilidade, então toda ligação, possamos ser-nos conscientes dela ou não, possa ser uma ligação do múltiplo da intuição ou de vários conceitos e, no caso da primeira, da intuição sensível ou da não sensível, é uma ação do entendimento, que estabeleceríamos com a denominação geral de síntese, para, por meio disso, assinalar, ao mesmo tempo, que não podemos nos representar como no objeto, sem que antes tenhamos ligado; e, sob todas representações, a ligação é a única que não é dada por meio de objetos, mas só pode ser verificada no próprio sujeito, porque ela é um ato de sua autoatividade. Aqui, torna-se fácil de notar que esse ato tem de ser originariamente uno e tem de valer igualmente para toda ligação; e que a análise (*Analysis*), que parece ser seu oposto, sempre a pressupõe; pois, onde o entendimento nada ligou anteriormente, ele nada pode analisar, porque apenas por meio dele algo pôde ser dado como ligado ao poder de representação³ (KrV, B129-130)

Dentre as afirmações contidas na alínea de abertura do §15, a que merece maior destaque é a de que a ligação é um ato da autoatividade do sujeito. Todas as afirmações anteriores, como, por exemplo, a de que ela é um ato do entendimento ou de que ela unifica o múltiplo de representações, servem ao propósito de conferir um registro à ligação

³Das Mannigfaltige der Vorstellungen kann in einer Anschauung gegeben werden, die bloß sinnlich d. i. nichts als Empfänglichkeit ist, und die Form dieser Anschauung kann a priori in unserem Vorstellungsvermögen liegen, ohne doch etwas anderes, als die Art zu sein, wie das Subjekt affiziert wird. Allein die Verbindung (*conjunctio*) eines Mannigfaltigen überhaupt, kann niemals durch Sinne in uns kommen, und kann also auch nicht in der reinen Form der sinnlichen Anschauung zugleich mit enthalten sein; denn sie ist ein Aktus der Spontaneität der Vorstellungskraft, und, da man diese, zum Unterschiede von der Sinnlichkeit, Verstand nennen muß, so ist alle Verbindung, wir mögen uns ihrer bewußt werden oder nicht, es mag eine Verbindung des Mannigfaltigen der Anschauung, oder mancherlei Begriffe, und an der ersteren der sinnlichen, oder nicht sinnlichen Anschauung sein, eine Verstandeshandlung, die wir mit der allgemeinen Benennung Synthesis belegen würden, um dadurch zugleich bemerklich zu machen, daß wir uns nichts, als im Objekt verbunden, vorstellen können, ohne es vorher selbst verbunden zu haben, und unter allen Vorstellungen die Verbindung die einzige ist, die nicht durch Objekte gegeben, sondern nur vom Subjekte selbst verrichtet werden kann, weil sie ein Aktus seiner Selbsttätigkeit ist. Man wird hier leicht gewahr, daß diese Handlung ursprünglich einig, und für alle Verbindung gleichgeltend sein müsse, und daß die Auflösung (*Analysis*), die ihr Gegenteil zu sein scheint, sie doch jederzeit voraussetze; denn wo der Verstand vorher nichts verbunden hat, da kann er auch nichts auflösen, weil es nur durch ihn als verbunden der Vorstellungskraft hat gegeben werden können.

enquanto ato independente e anterior à presença dos objetos na sensibilidade. Segundo essa mesma diretriz, as passagens subsequentes esclarecem características fundamentais da ligação enquanto ato da autoatividade. Como consequência, é possível dividir o estudo da passagem em duas partes: com base no que é afirmado antes da definição da ligação como ato da autoatividade; e com base no que vem depois.

Em relação à primeira parte, Kant inicia o §15 com uma oposição que será feita reiteradas vezes ao longo da Dedução Transcendental B. A oposição consiste nas diferenças fundamentais entre as duas faculdades do conhecimento. De um lado, encontra-se a sensibilidade que, como faculdade meramente passiva, fornece o objeto enquanto dado sensível. O entendimento, em contrapartida, é a faculdade meramente ativa. É importante assinalar a atividade do entendimento como *meramente* ativa, pois ele corresponde a uma faculdade que apenas liga o múltiplo sensível, não sendo capaz de servir de meio pelo qual as representações possam ser dadas ou produzidas. Essa característica do entendimento torna-se mais clara a partir da afirmação de que a ligação unifica o múltiplo de representações conceituais ou intuitivas e, no caso das intuitivas, sensíveis ou não sensíveis. Essa afirmação induz a uma dificuldade interpretativa cujo o seu desenvolvimento permite esclarecer a natureza *meramente* ativa do entendimento.

No §24, Kant associa a ligação do entendimento (síntese intelectual) à intuição em geral (KrV, B151). Quando é feita a contraposição do §24 com a afirmação contida no §15 de que a ligação também liga o múltiplo de intuições não sensíveis, tende-se a considerar que a noção de intuição em geral, a qual Kant se refere no §24, contém também, sob sua extensão, intuições não sensíveis. Em contrapartida a essa consideração encontram-se não apenas uma, mas pelo menos quatro outras afirmações que caracterizam a intuição em geral como uma intuição sensível em geral (KrV, B140 (§18); B145 (§21); B148 (§23); B150 (§24); B161 (§26)). Por exemplo, no §23, Kant afirma que os conceitos puros do entendimento não estão sujeitos às delimitações do espaço e do tempo, mas tem seu uso possível estendido até os objetos de uma intuição em geral, “seja ela semelhante à nossa ou não, desde que apenas sensível e não intelectual”⁴ (KrV, B148). Na sequência, na alínea

⁴[...] *Die reinen Verstandesbegriffe sind von diese Einschränkung frei, und erstrecken sich auf Ge-*

de abertura do §24, Kant afirma que os conceitos puros do entendimento se referem por meio do mero entendimento aos objetos de um intuição em geral, “ficando indeterminado se ela é a nossa ou a de algum outro, desde que seja sensível”⁵ (KrV, B150). Em ambas as afirmações, a natureza da intuição em geral é restrita ao registro sensível. Ainda que seja possível considerar um registro além da sensibilidade humana, ou seja, um registro cujas formas não são o espaço e o tempo ou em que conste uma terceira forma além dessas duas, mesmo assim, a intuição em geral é sempre sensível. Isso significa que ela deve ser dada por alguma faculdade receptiva.

Como consequência dessas afirmações, houve sugestões de correção ao texto da *Crítica da Razão Pura*. Por exemplo, Mellin sugere que a passagem do §15 seja reescrita, afirmando que o ato do entendimento liga o múltiplo de representações conceituais ou intuitivas e, no caso das intuições, “empíricas ou não empíricas”⁶. Contudo, é importante destacar que a correção de Mellin, embora sirva para adequar a afirmação do §15 ao restante da exposição da Dedução Transcendental B, acaba por limitar a amplitude do argumento contido no §15.

Nos §23 e §24, Kant afirma que o registro de aplicação da atividade do entendimento é tão amplo quanto o de uma intuição em geral. Essa afirmação consiste simplesmente em assinalar que o entendimento, enquanto faculdade que é *meramente* ativa, isto é, que simplesmente liga, não é capaz de dar o múltiplo das representações. Como consequência, embora tenha por fundamento suficiente de sua atividade a unidade expressa por meio de sua autoatividade, o entendimento sempre depende de algo que seja dado para que o possa ligar. Isso significa que o entendimento depende não necessariamente da sensibilidade humana, mas de alguma sensibilidade que dê um múltiplo a ser ligado. Por meio da correção que impõe o limite de “empíricas ou não empíricas” às intuições, Mellin também restringe

genstände der Anschauung überhaupt, sie mag der unsrigen ähnlich oder nicht, wenn sie nur sinnlich und nicht intellektuell ist. [...].

⁵Die reinen Verstandesbegriffe beziehen sich durch den bloßen Verstand auf Gegenstände der Anschauung, unbestimmt ob sie die unsrige oder irgend eine andere, doch sinnliche sei [...].

⁶Cabe destacar que Longuenesse (1993, p.59n) e Allison (2015, p.330) assumem essas correções. Longuenesse (1993) tece algum comentário a esse respeito em nota, enquanto Allison (2015) incorpora essa correção à sua tradução sem tecer comentários a esse respeito

a atividade do entendimento às condições sensíveis humanas – o espaço e o tempo.

É possível, ainda, que se faça uma objeção em favor da correção de Mellin, afirmando que outros tipos de sensibilidade além da humana também possuem um registro empírico, quando algo é dado nelas, e não empírico, quando se representa apenas as formas de sua receptividade. Contra essa objeção, é importante notar que o §15 se refere precisamente a uma intuição em geral. O termo “intuição em geral”, no argumento da Dedução Transcendental B, tem sua primeira ocorrência somente no §18, quando ela é referida ao tempo como forma da intuição (KrV, B139-140). Com base nesse fato, e com base também na oposição iniciada pelo §15 entre sensibilidade e entendimento, é razoável considerar que a assunção de uma intuição não sensível serve ao propósito de assinalar a independência do entendimento em relação à natureza do múltiplo que é ligado, pois ele é uma faculdade *meramente* ativa.

Como consequência, encontra-se que o fundamento transcendental do entendimento tem de residir no próprio ato, de modo que não pode ser outro senão o ato de ligar-se a si mesmo enquanto atividade; ou seja, o fundamento reside em definir-se como autoatividade. Dessa determinação, surgem três outras características. A primeira delas é a unidade do ato do entendimento: se o entendimento não fosse capaz de ligar a si mesmo enquanto atividade, a ligação do múltiplo dado não seria possível. Como consequência da primeira característica, é possível encontrar a segunda: a unidade da autoatividade serve de fundamento para todas as demais unidades. Como terceira característica, verifica-se que devido à natureza *meramente* ativa do entendimento, o fundamento da unidade não pode nunca advir dos objetos, mas tem de se encontrar primeiro na faculdade de ligar representações. Do contrário, a unidade analítica seria primeira e, como consequência, todo conhecimento só seria possível por meio da análise das representações e segundo uma universalidade relativa.

Com base já na alínea de abertura do §15, torna-se possível notar que, em relação à atividade do entendimento, se apresenta uma dualidade fundamental entre ato e unidade. Essa questão fica mais evidente a partir da alínea que se segue à definição da ligação como ato da autoatividade:

Porém, todo conceito de ligação carrega consigo, além dos conceitos de múltiplo e de sua síntese, ainda o de sua unidade. Ligação é representação da unidade *sintética* do múltiplo. A representação dessa unidade não pode, portanto, originar-se a partir da ligação, mas sim o contrário: é ela que, juntando-se à representação do múltiplo, torna o conceito de ligação possível. Essa unidade, que antecede *a priori* todo conceito de ligação, não é algo como aquela categoria de unidade (§10), pois todas as categorias se fundamentam nas funções lógicas nos juízos e nesses já está pensada a ligação, por conseguinte, a unidade de um conceito dado. A categoria já pressupõe, portanto, a ligação. Temos, então, de procurar essa unidade (como qualitativa §12) ainda mais alto, a saber, naquilo que contém o fundamento da unidade de diferentes conceitos nos juízos, portanto, da possibilidade do entendimento, mesmo em seu uso lógico⁷. (KrV, B130-131)

A passagem acima assinala o segundo momento do §15. Segundo ela, a noção de ligação carrega consigo três noções: a noção de múltiplo, a noção de síntese do múltiplo e a noção de unidade do múltiplo. A unidade, por sua vez, é distinta e anterior ao ato de ligação, de modo que sua operação, enquanto atividade, torna-se o ato de representar a unidade sintética do múltiplo. Allison (2015, p.333) compreende que essa redefinição consiste mais precisamente em uma nova definição que, por sua vez, é conflitante com a primeira. Na primeira alínea, a ligação é definida como ato do entendimento. Agora, na segunda alínea, ela é definida como uma representação, ou seja, como produto de um ato. Então, haveria dois modos de se compreender a ligação. O primeiro modo consiste compreendê-la como o representar para si a unidade sintética do múltiplo. O segundo modo consiste em compreendê-la como a representação do múltiplo como constituindo uma unidade sintética. Allison (2015), apesar de sair em defesa do segundo modo, também esclarece que eles não são excludentes entre si.

Uma solução possível para essa dificuldade consiste na compreensão da diferença entre

⁷*Aber der Begriff der Verbindung führt außer dem Begriffe des Mannigfaltigen, und der Synthesis desselben, noch den der Einheit desselben bei sich. Verbindung ist Vorstellung der synthetischen Einheit des Mannigfaltigen. Die Vorstellung dieser Einheit kann also nicht aus der Verbindung entstehen, sie macht vielmehr dadurch, daß sie zur Vorstellung des Mannigfaltigen hinzukommt, den Begriff der Verbindung allererst möglich. Diese Einheit, die a priori vor allen Begriffen der Verbindung vorhergeht, ist nicht etwa jene Kategorie der Einheit (§10); denn alle Kategorien gründen sich auf logische Funktionen in Urteilen, in diesen aber ist schon Verbindung, mithin Einheit gegebener Begriffe gedacht. Die Kategorie setzt also schon Verbindung voraus. Also müssen wir diese Einheit (als qualitative §12) noch höher suchen, nämlich in demjenigen, was selbst den Grund der Einheit verschiedener Begriffe in Urteilen, mithin der Möglichkeit des Verstandes, sogar in seinem logischen Gebrauche, enthält.*

o ato de ligação em relação a um múltiplo e esse mesmo ato tomado isoladamente, sem nada que lhe seja dado. No primeiro caso, é razoável compreender que a representação do múltiplo constitua uma unidade sintética. Para isso, porém, são necessários, em primeiro lugar, um múltiplo que seja dado por alguma sensibilidade e, por outro, uma unidade anterior, que dá a condição do ato sobre o múltiplo. Em contrapartida, se a ligação é considerada isoladamente, isto é, sem o múltiplo que provém da sensibilidade, resta-lhe apenas duas das três noções carregadas no ato de ligação: a síntese e a unidade. Nesse registro exclusivo do entendimento, a ligação não pode ser outra senão o ato de representar para si uma unidade. Essa diferenciação é importante, porque, segundo as duas interpretações propostas por Allison (2015), é possível verificar que a primeira tem primazia sobre a segunda; e é em meio a essa dualidade estabelecida entre ato e unidade da ligação que se torna possível compreender o fundamento primeiro do entendimento: a unidade originário-sintética da apercepção.

2.2 A unidade originário-sintética da apercepção

Uma vez que o entendimento é faculdade meramente ativa, isto é, tem o papel exclusivo de ligar representações, quando se desconsidera o múltiplo dado em uma sensibilidade, restam dois elementos fundamentais da ligação: o ato e a unidade. No §15, também, Kant esclarece que todo ato necessita de uma unidade que lhe seja anterior e por meio da qual seja possível unificar representações dadas. Essa dualidade intrínseca à atividade própria do entendimento é analisada no §16, como resposta ao problema levantado nas últimas linhas do §15, em que se questiona a natureza da unidade que rege o ato de ligação (KrV, B131).

No §16, a unidade necessária como fundamento transcendental da ligação é definida como a unidade originário-sintética da apercepção. Antes de se passar à análise propriamente dita do §16, é importante observar um ponto importante, que contribui para toda a exposição subsequente. A unidade fundamental do ato de ligação é, ao mesmo tempo,

originária e sintética. É originária na medida em que dá o fundamento do ato de ligação. Contudo, uma unidade sintética pressupõe um ato que confira essa unidade. O §16 tem a finalidade de explicitar essa possibilidade.

O desenvolvimento do §16 compreende duas etapas fundamentais. A primeira etapa consiste na apresentação da economia terminológica que organiza a representação originária do ato de ligação – o *eu penso*–, o ato originário de ligação – nomeado de apercepção transcendental–, e a unidade originário-sintética da apercepção, que serve de fundamento para todo o uso transcendental do entendimento. A segunda etapa, por sua vez, tem o propósito de esclarecer a relação entre apercepção transcendental e unidade originário-sintética da apercepção e, a partir dessa relação, responder o que significa a dualidade do ato originário de ligar-se a si mesmo.

A primeira etapa tem início com uma das passagens mais citadas de toda *Crítica da Razão Pura*:

O *eu penso* tem de poder acompanhar todas as minhas representações; pois, do contrário, algo seria representado em mim, que de modo algum poderia ser pensado, que o mesmo é dizer que a representação ou não seria possível ou ao menos não seria nada para mim. Aquela representação que pode ser dada antes de todo pensar, chama-se *intuição*. Portanto, todo múltiplo da intuição tem uma relação necessária com o *eu penso* no mesmo sujeito em que esse múltiplo se encontra. Essa representação, porém, é um ato da espontaneidade, isto é, ela não pode ser verificada como pertencente à sensibilidade. Eu a nomeio de *apercepção pura*, para diferenciá-la da *empírica*, ou também de *apercepção originária*, porque ela é aquela autoconsciência que, na medida em que produz a representação *eu penso*, que tem de poder acompanhar todas as outras, que é uma e a mesma, e não pode ser acompanhada por nenhuma outra. [...] ⁸ (KrV, B131-132)

⁸Das: Ich denke, muß alle meine Vorstellungen begleiten können; denn sonst würde etwas in mir vorgestellt werden, was gar nicht gedacht werden könnte, welches eben so viel heißt, als die Vorstellung würde entweder unmöglich, oder wenigstens für mich nichts sein. Diejenige Vorstellung, die vor allem Denken gegeben sein kann, heißt Anschauung. Also hat alles Mannigfaltige der Anschauung eine notwendige Beziehung auf das: Ich denke, in demselben Subjekt, darin dieses Mannigfaltige angetroffen wird. Diese Vorstellung aber ist ein Aktus der Spontaneität, d. i. sie kann nicht als zur Sinnlichkeit gehörig angesehen werden. Ich nenne sie die *reine Apperzeption*, um sie von der *empirischen* zu unterscheiden, oder auch die *ursprüngliche Apperzeption*, weil sie dasjenige Selbstbewußtsein ist, was, indem es die Vorstellung Ich denke hervorbringt, die alle anderen muß begleiten können, und in allem Bewußtsein ein und dasselbe ist, von keiner weiter begleitet werden kann. [...]

Na passagem em questão, é apresentado o princípio supremo de toda apercepção⁹. Ele consiste na exposição da necessidade da possibilidade (“tem de poder”) da representação *eu penso* e sua relação com a apercepção transcendental. Acerca da necessidade da possibilidade do *eu penso*, há de se esclarecer algo.

É importante notar que Kant não afirma que o *eu penso* tem de acompanhar as representações ou que o *eu penso* pode acompanhar. Ele afirma que o *eu penso* tem de poder acompanhar todas as minhas representações. Acerca dessa necessidade da possibilidade, são possíveis duas interpretações. A primeira baseia-se na compreensão da necessidade da possibilidade em um registro enunciativo. Segundo essa interpretação, o *eu penso* reside em todas as representações ditas minhas, porém, só se torna evidente na medida em que é enunciado. A segunda interpretação é de registro representacional, pois se considera que o *eu penso* não acompanha em ato todas as minhas representações, mas pode por princípio acompanhá-las.

Esse ponto é importante para se apreender o modo como o *eu penso*, enquanto representação da unidade originário-sintética da apercepção, se relaciona com as demais representações. Essa questão torna-se mais clara a partir da comparação da alínea de abertura do §16 com a nota de A117, em que, na Dedução Transcendental A, é enunciada a relação da apercepção empírica com a apercepção transcendental.

Dê-se bastante atenção a essa proposição que é da maior importância. Todas as representações possuem uma relação necessária com uma consciência empírica *possível*, pois se elas não tivessem isso, seria completamente impossível de ser consciente delas para si; o mesmo seria dizer que elas não existiriam de modo algum. Toda consciência empírica, porém, tem uma relação necessária com a consciência transcendental (precedente ante toda experiência singular), a saber, a consciência de mim mesmo como apercepção originária. É, portanto, pura e simplesmente necessário que, em minha cognição, toda consciência pertença a uma consciência (de mim mesmo). [...] ¹⁰. (KrV, A117)

⁹Convém destacar que há comentadores que sustentam haver uma complexidade inerente ao argumento do §16, de modo que existem boas razões para se considerar mais de um princípio da apercepção (DYCK, 2017, pp.36-38). Aqui, porém, não se intenciona debater esse ponto, pois, o que está em jogo é a relação do espaço e do tempo com a apercepção transcendental.

¹⁰*Man gebe auf diesen Satz wohl acht, der von großer Wichtigkeit ist. Alle Vorstellungen haben eine notwendige Beziehung auf ein mögliches empirisches Bewußtsein: denn hätten sie dieses nicht, und wäre es gänzlich unmöglich, sich ihrer bewußt zu werden; so würde das soviel sagen, sie existierten gar nicht.*

Allison (2015, p.335n.) e Dyck (2017, p.45) interpretam o §16 a partir dessa nota, pois entendem que nela está contido o embrião do argumento do §16. Segundo a nota de A117, todo dado tem de ser acompanhado de uma apercepção empírica e toda apercepção empírica tem uma relação necessária com a apercepção transcendental. Disso se conclui que o dado sensível não tem de poder ser acompanhado pela apercepção transcendental, mas sim que ele é necessariamente acompanhado por ela. O termo utilizado no §16 é outro: *eu penso*. O *eu penso* é a representação da apercepção transcendental. Se, tal como afirmado por Kant, não há diferenças entre as duas edições da *Crítica da Razão Pura* em relação ao conteúdo (KrV, Bxxxviii), então, é preciso considerar esse aparente conflito, pois, tal como apresentado em A117n., a apercepção transcendental tem de acompanhar todas as minhas representações, enquanto, no §16, a representação da apercepção transcendental, o *eu penso*, tem de poder acompanhar todas as minhas representações. A saída para essa questão está em distinguir três elementos vigentes não apenas no §16, mas em toda a Dedução Transcendental B: é preciso deixar clara a diferença entre o que é representação, o que é ato e o que é unidade. É preciso também demonstrar a relação dessas noções.

A apercepção é definida como um ato da espontaneidade. Ato da espontaneidade é o modo como Kant também define a ligação no §15. No §15, logo após definir a ligação, Kant afirma que ela leva consigo três outros conceitos: o conceito de múltiplo, o conceito de síntese do múltiplo e o conceito de unidade do múltiplo. O §15 também esclarece que a representação dessa unidade não se origina a partir do ato de ligação (KrV, B130-131). Por essa razão, o §16 se faz necessário, pois ele deve esclarecer a unidade a que o §15 se refere.

O §16, por sua vez, tem por título: “Acerca da unidade originário-sintética da apercepção”. Vale observar, em primeiro lugar que, gramaticalmente, “apercepção” é mera expansão nominal (genitivo) de “unidade”. “Unidade” é o que responde àquilo que ficou em aberto no §15. Então, por que Kant não introduziria o §16 como “Acerca da unidade

Alles empirische Bewußtsein hat aber eine notwendige Beziehung auf ein transzendentales (vor aller besondern Erfahrung vorhergehendes) Bewußtsein, nämlich das Bewußtsein meiner selbst, als die ursprüngliche Apperzeption. Es ist also schlechthin notwendig, daß in meinem Erkenntnisse alles Bewußtsein zu einem Bewußtsein (meiner selbst) gehöre. [...]

originária sintética da ligação”? Muito provavelmente, ao renomear a ligação como apercepção, Kant procure assinalar a anterioridade do ato da espontaneidade em relação ao ato de perceber.

A apercepção é um ato. Qual sua relação com o *eu penso*? Kant afirma que existem dois tipos de apercepção: a empírica e a transcendental. Com base na identidade entre apercepção e ligação, pode-se caracterizar a apercepção empírica como um ato da espontaneidade que leva consigo as noções de múltiplo empírico, síntese do múltiplo empírico e unidade do múltiplo empírico. Caracterizada desse modo, é possível compreender a relação necessária do dado sensível com a apercepção empírica, pois algo dado sem apercepção empírica é um dado sem síntese e sem unidade. É preciso, porém, investigar o que significa a relação necessária da apercepção empírica com a apercepção transcendental.

A apercepção transcendental é a autoconsciência e, por essa razão, é pura, originária e transcendental. Ela é pura, porque a ligação de si consigo próprio não decorre da experiência. Ela é originária, porque a unidade que ela leva consigo é a unidade do sujeito cognoscente, sob a qual reside a possibilidade de todas as demais unidades possíveis. Por exemplo, se, para um sujeito, um objeto aparece laranja, enquanto que, para outro, aparece doce, nunca seria possível unificar a cor laranja e a doçura no mesmo objeto. A apercepção é transcendental pela mesma razão que é pura e originária: ela é anterior à experiência, pois leva consigo a unidade da qual deriva a unidade da própria experiência.

A dificuldade, porém, reside em outra característica que é atribuída à unidade da apercepção transcendental: a sua unidade é sintética. No §15, Kant afirma que a unidade é anterior ao ato de ligação, todavia, a síntese é um ato. Logo, no caso da apercepção transcendental, sua unidade depende e é anterior ao ato de síntese. Essa dificuldade é verificada a partir da seguinte afirmação:

[...] essa completa identidade da apercepção de um múltiplo dado na intuição contém uma síntese das representações e é possível apenas por meio da consciência dessa síntese. Pois a consciência empírica, que acompanha diferentes representações, é em si dispersa e sem relação com a identidade do sujeito. Essa relação acontece, portanto, por meio ainda não de eu acompanhar cada representação, mas de eu adicionar umas às outras e ser-me consciente de sua síntese.

Portanto, apenas por meio de eu poder ligar um múltiplo de representações dadas em uma consciência, que se torna possível que eu represente propriamente para mim a identidade da consciência nessas representações, isto é, a unidade analítica da apercepção só é possível sob a pressuposição de alguma sintética. (KrV, B133)

Na passagem em questão, Kant afirma a anterioridade da síntese em relação à análise; e, por essa razão, se esclarece que a unidade originária da apercepção é sintética. Heidemann (2017, pp.19-ss.), por exemplo, interpreta essa passagem como se houvesse a pressuposição de um teorema: o teorema da sinteticidade, em que nada pode ser analisado sem que o tenha sido ligado antes. Se, de fato, existe um teorema da sinteticidade dos objetos, ele não é pressuposto nessa passagem, mas é sim essa própria passagem que o enuncia.

Contudo, ainda resta a dificuldade de se compreender a relação da apercepção enquanto ato de ligação e a sua unidade originária. A única saída possível para se interpretar a anterioridade da unidade em relação ao ato de ligação, nos termos da apercepção transcendental, é considerar que a unidade decorre da unificação de si consigo mesmo. Desse modo, a apercepção transcendental, como autoconsciência originária, produz a unidade da representação *eu penso* na mesma medida em que reconhece sua unidade em uma autoconsciência.

Esse ato *sui generis* da consciência, que dá a própria unidade de que carece, é o princípio fundamental de toda cognição humana, pois, uma vez que produz a representação *eu penso*, que deve poder acompanhar todas as demais, estabelece também a unidade originária, da qual todas as demais unidades dependem. Em outros termos, na representação *eu penso*, expressa, ao mesmo tempo, a apercepção transcendental, que é o ato originário de ligar a si próprio, e a unidade originária da autoconsciência.

Portanto, a alínea de abertura deixa claro que toda ligação do múltiplo sensível, isto é, toda apercepção das representações dadas, tem de poder ser acompanhada pela apercepção transcendental. O mesmo é afirmar que o múltiplo tem de poder ser acompanhado da autoconsciência do sujeito cognoscente. A necessidade da possibilidade é o que garante propriamente a relação necessária entre a apercepção empírica e a apercepção transcendental. Embora o *eu penso* não esteja atualizado como representação, ele pode acompanhar as representações dadas, porque a apercepção empírica tem como fundamento de sua unidade

a unidade originário-sintética da apercepção, o que se verifica na possibilidade do ato de ligar a si consigo próprio a par das demais representações, ou seja, de atualizar a apercepção transcendental.

Portanto, acerca das possibilidades interpretativas sobre a relação do *eu penso* com as demais representações – se o *eu penso* subjaz ocultamente a elas ou se é uma representação que pode ser produzida em companhia delas –, observa-se que ambas são possíveis. A unidade da autoconsciência subjaz a todas as demais unidades, porém, ela só é verificada na medida em que, por meio da apercepção transcendental, se representa a si mesmo por meio do *eu penso*.

Esse ponto também esclarece a dificuldade que ficou em aberto na seção anterior. A ligação é o ato e a representação, quando se refere à apercepção transcendental, ou seja, na medida em que ela é tomada exclusivamente como ato do entendimento e independente de qualquer conteúdo que possa ser dado.

Por meio da relação entre a representação, o ato e a unidade, também é possível clarificar a razão pela qual o entendimento, enquanto faculdade de apercepção, limita-se a uma esfera sensível possível (não necessariamente humana, mas sensível). Independentemente da natureza do múltiplo (seja intuição ou conceito; seja uma intuição sensível ou não sensível), sem que as representações sejam dadas em algum lugar, a única representação possível é a do *eu penso*. É nesse sentido, que a alínea seguinte demonstra que o entendimento, como capacidade de apercepção, não dá conteúdo aos seus objetos, mas só é capaz de ligar o seu múltiplo (KrV, B135), razão pela qual também é possível notar que a apercepção transcendental é condição sempre necessária à representação da unidade nas representações. Todavia, por si só, ela nunca é suficiente, pois, sem o dado, a cognição resultante é o *eu penso* desacompanhado de representações. Como consequência, a apercepção transcendental é o ato fundamental sob o qual tem de cair tudo que possa ser dado, pois é por meio dela que a unidade da representação é possível. Todavia, ela não dá os objetos, mas apenas os liga. Essa característica da unidade originário-sintética da apercepção permite que se comece a compreender as etapas contidas no primeiro passo da prova da Dedução Transcendental B.

2.3 A primeira etapa: unidade objetiva da consciência

A seção anterior procurou entender como a ligação pode, por meio de sua unidade originária – a unidade originário-sintética da apercepção –, ser ato e representação. Essa condição é necessária na constituição da representação *eu penso* que pode acompanhar todas as demais representações e permite unificá-las em uma consciência. No que se segue, é preciso demonstrar, no interior do próprio primeiro passo da Dedução Transcendental B, a relação necessária das intuições com essa condição originária, de modo que seja possível elucidar a primeira premissa de S_1 , em que Kant afirma que “a unidade da intuição só é possível por meio da unidade originário-sintética da apercepção”.

No desenvolvimento do primeiro passo do argumento da Dedução Transcendental B, essa tarefa cabe ao §17, que, como o próprio nome destaca, tem a função de demonstrar que a unidade originário-sintética da apercepção é o princípio de todo uso do entendimento. Sob esse princípio reside a possibilidade de uma unidade objetiva das representações. Por essa razão, o §17 é usualmente interpretado em função da definição de objeto contida na sua segunda alínea (KrV, B137). A definição de objeto é extremamente importante para o desenvolvimento do primeiro passo. Contudo, como o presente capítulo está investigando a relação dos parágrafos do primeiro passo com as premissas do §20, acredita-se que investigar o §17 a partir de outra passagem pode servir melhor ao propósito deste trabalho.

A passagem em questão consta na alínea seguinte à definição de objeto. Nela, Kant demonstra que a unidade originário-sintética da apercepção é o princípio mediante o qual a unificação do múltiplo pode ser compreendida em um objeto:

A primeira cognição pura do entendimento, portanto, no que se fundamenta todo seu uso restante, que também é independente de todas as condições da intuição sensível, é o princípio da unidade originário-*sintética* da apercepção. Assim, a mera forma da intuição sensível externa, o espaço, não é ainda cognição (conhecimento); ele dá apenas o múltiplo da intuição *a priori* para uma cognição possível. Porém, para conhecer um determinado algo no espaço, como, por

exemplo, uma linha, eu tenho de *traçá-la*; e, por conseguinte, produzir sinteticamente uma ligação determinada do múltiplo dado; então, a unidade desse ato é ao mesmo tempo a unidade da consciência (no conceito de uma linha) e, por seu intermédio, um objeto (de um espaço determinado) é conhecido. A unidade sintética da consciência é, portanto, uma condição objetiva de toda cognição, da qual não necessito apenas para conhecer um objeto, mas sob a qual toda intuição tem de estar *para que se torne objeto para mim*, porque, de outro modo, e sem essa síntese, o múltiplo não seria unificado em uma consciência¹¹. (KrV, B137-138)

A passagem-chave do excerto acima é: “assim, a unidade desse ato [de realizar sinteticamente uma ligação determinada do múltiplo dado] é concomitante à unidade da consciência (no conceito de uma linha) e por meio disso um objeto (de um espaço determinado) é conhecido”. Se fosse o caso de se buscar uma passagem que resumisse a virada crítica do conhecimento, essa seria uma grande candidata. A razão para tal decorre do fato de ela ser a passagem que confere a primazia do conhecimento dos objetos ao ato de ligar o múltiplo das representações em concomitância com a unidade originário-sintética da apercepção. Quando Kant afirma que não é possível extrair nada que o conhecimento não já tenha colocado anteriormente (KrV, Bxiv-xv), ele não está afirmando que o ato de conhecer fornece conteúdo à cognição, mas que ele reúne o múltiplo em um conteúdo sob determinadas relações. Em outros termos, a virada crítica tem por base fundamentar o conhecimento dos objetos não mais nos próprios objetos que são dados à razão, mas no próprio ato da razão que os unifica em um objeto e os concebe sob relações determinadas.

A compreensão dessa passagem pressupõe duas características fundamentais para a compreensão da unidade objetiva da consciência: a primeira é a natureza meramente ativa do entendimento, o que é reiterado mais uma vez no início do §17; a segunda é a definição

¹¹*Das erste reine Verstandeserkenntnis also, worauf sein ganzer übriger Gebrauch sich gründet, welches auch zugleich von allen Bedingungen der sinnlichen Anschauung ganz unabhängig ist, ist nun der Grundsatz der ursprünglichen synthetischen Einheit der Apperzeption. So ist die bloße Form der äußeren sinnlichen Anschauung, der Raum, noch gar keine Erkenntnis; er gibt nur das Mannigfaltige der Anschauung a priori zu einem möglichen Erkenntnis. Um aber irgend etwas im Raume zu erkennen, z. B. eine Linie, muß ich sie ziehen, und also eine bestimmte Verbindung des gegebenen Mannigfaltigen synthetisch zustande bringen, so, daß die Einheit dieser Handlung zugleich die Einheit des Bewußtseins (im Begriffe einer Linie) ist, und dadurch allererst ein Objekt (ein bestimmter Raum) erkannt wird. Die synthetische Einheit des Bewußtseins ist also eine objektive Bedingung aller Erkenntnis, nicht deren ich bloß selbst bedarf, um ein Objekt zu erkennen, sondern unter der jede Anschauung stehen muß, um für mich Objekt zu werden, weil auf andere Art, und ohne diese Synthesis, das Mannigfaltige sich nicht in einem Bewußtsein vereinigen würde.*

de objeto assentada precisamente na natureza ativa do entendimento.

A primeira característica, conforme destaca, se encontra na alínea de abertura do §17.

O mais alto princípio da possibilidade de toda intuição em relação à sensibilidade foi, segundo a *Estética Transcendental*: que todo múltiplo dela está sob as condições formais do espaço e do tempo. O mais alto princípio delas em relação ao entendimento é: que todo múltiplo da intuição está sob condições da unidade originário-sintética da apercepção. Todas representações múltiplas da intuição estão sob o primeiro na medida em que elas nos são dadas, sob o segundo na medida em que têm de poder ser *ligadas* em uma consciência; pois, sem isso, nada poderia ser pensado ou conhecido por seu intermédio, porque representações dadas não possuem em conjunto o ato da apercepção, *eu penso*, e, por isso, não estariam reunidas em uma autoconsciência. (KrV, B136-137)

No §15, Kant já havia estabelecido a oposição entre a sensibilidade como faculdade receptiva, pela qual os objetos são dados, e o entendimento como faculdade ativa, pela qual eles são ligados. No §17, essa oposição é retomada em relação ao fundamento primeiro de cada uma dessas faculdades. Em relação à sensibilidade, o fundamento primeiro é dado mediante o espaço e o tempo como formas da receptividade. Em relação ao entendimento, o fundamento primeiro é a unidade originário-sintética da apercepção.

O entendimento tem seu fundamento na unidade originário-sintética da apercepção por se tratar da faculdade ativa, ou seja, da faculdade que liga as representações dadas na sensibilidade. No §16, Kant apresenta o ato originário da consciência na ligação de si consigo próprio, o que permite que, na medida em que produz a representação *eu penso* também se assinale, por meio da apercepção transcendental, a unidade originário-sintética da apercepção.

Com base no §16, também é possível notar que o entendimento, visto que, por si mesmo, só é capaz de produzir a representação *eu penso*, não é uma faculdade que dá os objetos na medida em que os representa. Como consequência, a alínea de abertura do §17 esclarece que todo conhecimento do objeto provém tanto da sensibilidade como do entendimento. A sensibilidade dá o objeto como múltiplo, o que implica na necessidade de que esse múltiplo seja relacionado pelo entendimento; e toda atividade do entendimento tem por fundamento a unidade originário-sintética da apercepção.

Portanto, a cognição, como ato de conhecer, vê seu fundamento, ao menos com base no modo de relacionar a multiplicidade do dado sensível, ser transferido para a atividade que liga o objeto. Essa transferência assinala a segunda característica da unidade objetiva das representações: não mais a unificação que acompanha o dado, mas o dado é unificado em um objeto:

Entendimento, para se falar universalmente, é a capacidade de *cognições*¹². Essas consistem na relação determinada de representações dadas a um objeto. *Objeto*, porém, é o que, em cujo conceito o múltiplo de uma intuição dada está *unificado*. Ora, toda unificação das representações, porém, requer unidade da consciência em sua síntese. Consequentemente, a unidade da consciência é aquilo que unicamente constitui a relação das representações a um objeto, portanto, sua validade objetiva, consequentemente, que elas se tornem cognições, e em que, consequentemente, consiste a própria possibilidade do entendimento. (KrV, B137)

Por meio dessa definição, Kant introduz uma nova exigência para a representação suficiente de um objeto. Não basta apenas que o objeto seja ligado, é preciso que ele seja unificado sob um conceito. O entendimento, portanto, é a faculdade responsável por esse ato. Desse modo, o conhecimento objetivo ocorre mediante a sensibilidade, que dá o múltiplo e o entendimento, que liga o múltiplo em um conceito.

A partir, também, dessa definição, é possível compreender a premissa (1) de S_1 . Ela afirma que o múltiplo dado em uma intuição tem relação necessária com a unidade originário-sintética da apercepção. O capítulo anterior, ao tratar das interpretações acerca da estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B, destacou que Henrich (1969, pp.645-6) dá atenção a uma marcação no termo “Uma” que, em alemão, vem grafado com letra maiúscula, algo que não é comum aos artigos indefinidos. Segundo a sua interpretação, essa marcação gráfica destaca ao leitor que a intuição tratada no primeiro passo

¹²Nesse ponto, é importante destacar a dualidade do termo “*Erkenntnis*”. Na *Crítica da Razão Pura*, “*Erkenntnis*” é utilizado em dois sentidos: ele se refere tanto a conhecimento, isto é, àquilo que surge na conjunção de intuições e conceitos em referência a um objeto, quanto em relação às representações tomadas separadamente. Nesse caso, intuição e conceito, tomados isoladamente, são “*Erkenntnis*” também. Por essa razão, optou-se por traduzi o termo por *cognição* que, em português serve tanto para um caso como para o outro.

é considerada como dada sob uma unidade.

De acordo com esta seção, é possível compreender a razão que leva Kant a grafar “Uma” com letra maiúscula: esse marcação serve para estabelecer uma relação condicional entre a unidade da intuição e a unidade originário-sintética da apercepção. Dito de outro modo, Henrich (1969) tem razão em dar atenção para essa marcação gráfica, mas erra ao destacar o motivo. A marcação não significa considerar a intuição já sob uma unidade, mas sim que toda unidade de representações dadas só são possíveis mediante a unidade originário-sintética da apercepção, que é fundamento primeiro do entendimento, cuja especificidade consiste em ligar representações. É preciso, portanto, esclarecer como esse ato de ligar do entendimento, em vista da unidade originário-sintética da apercepção, ocorre.

2.4 A segunda etapa: o papel das funções lógicas do julgar

No §16, Kant destacou que o *eu penso* tem de poder acompanhar todas as minhas representações. A necessidade da possibilidade acerca do *eu penso* é assinalada na medida em que a unidade originário-sintética da apercepção subjaz a todas as demais unidades possíveis, porém, essa unidade só é representada mediante a atualização da apercepção transcendental. Essa dualidade inerente ao fundamento cognitivo do entendimento enquanto mera atividade designa uma oposição entre a unidade subjetiva e a unidade objetiva das representações. Essa oposição é tema do §18:

A unidade transcendental da apercepção é aquela por meio da qual o múltiplo dado em uma intuição é unificado no conceito de objeto. Ela se chama, por essa razão, de objetiva e deve ser diferenciada da unidade subjetiva da consciência, que é a determinação do sentido interno por meio da qual aquele múltiplo da intuição é dado empiricamente a uma tal ligação. Que eu possa ser-me consciente do múltiplo como simultâneo ou sucessivo, isso é algo que depende das circunstâncias ou das condições empíricas. Por isso, a unidade empírica da consciência, por meio da associação das representações, diz ela própria a um

fenômeno e é completamente contingente. Em contrapartida, a forma da intuição no tempo, meramente como intuição em geral que contém um múltiplo, submete-se à unidade originária da consciência pura e simplesmente mediante a relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso*; portanto, mediante a síntese pura do entendimento, que reside *a priori* como fundamento da empírica. Somente aquela unidade é válida objetivamente. A unidade empírica da apercepção, que não levamos em consideração aqui, e que também só é derivada da primeira sob condições dadas *in concreto*, tem validade apenas subjetiva. Um liga a representação de uma certa palavra com uma coisa, outro, com uma outra coisa; e a unidade da consciência no que é empírico não é necessária e válida universalmente com relação ao que é dado. (KrV, B139-140)

O §18, apesar de conter poucas linhas, é relevante não apenas para a articulação interna do primeiro passo da prova, mas para a articulação de todo argumento da Dedução Transcendental B. Motta (2017, pp.48-ss.), por exemplo, destaca a importância do §18 para toda Dedução Transcendental B. Em relação à articulação do primeiro passo, ele esclarece a dupla possibilidade inerente ao *eu penso*.

Mais acima, observou-se que, por meio da dualidade fundamental entre ato e unidade, o *eu penso* pode necessariamente ser produzido a par das demais representações, porque, embora a apercepção transcendental não esteja necessariamente atualizada sob a representação, a unidade originário-sintética da apercepção é o que possibilita toda e qualquer unidade possível.

Segundo o §18, aventa-se a possibilidade de uma apercepção empírica ser derivada de uma apercepção transcendental: “[...] Aquela unidade é exclusivamente válida objetivamente. A unidade empírica da apercepção, que aqui não consideramos e que também é apenas derivada da primeira, sob condições dadas *in concreto*, tem apenas uma validade subjetiva [...]”. Como fica claro pela citação, Kant anuncia duas unidades possíveis: a unidade subjetiva da consciência e a unidade objetiva da consciência. A unidade subjetiva é obtida a partir do sentido interno ainda sem atualização da apercepção transcendental. A unidade subjetiva é resultado da mera associação da imaginação, ou seja, quando carrego um corpo e sinto a impressão do peso, estabeleço a associação, mediante uma unidade subjetiva, que tem por base uma recorrência no sentido interno entre a representação do corpo em concomitância com a representação do peso. Em contrapartida, quando é feita a

unificação dessas duas representações sob um conceito, entendendo haver a unidade delas no objeto definido por esse conceito, esse ato estabelece uma unidade objetiva das representações.

A unidade subjetiva, como apercepção empírica, tem relação necessária com a unidade objetiva na medida em que toda unidade possível, embora seja ela dispersa e sem referência ao sujeito, tem por fundamento a unidade originário-sintética da apercepção. Todavia, a universalidade da unidade subjetiva é meramente relativa porque ainda não se considerou a unidade das representações a partir da apercepção transcendental, que relaciona o ato de unificar à unidade originário-sintética da apercepção. Segundo a afirmação do §16, a unidade objetiva ocorre na medida em que se verifica que a unidade subjetiva tem de poder ser acompanhada pela representação *eu penso*.

Loguenesse (1995, pp.280-ss.) relaciona essa distinção à diferença entre juízos de experiência e juízos de percepção contida nos *Prolegômenos a toda metafísica futura*:

*Os juízos empíricos, na medida em que têm validade objetiva, são um juízos de experiência; os que, porém, são apenas válidos subjetivamente, eu nomeio de meros juízos de percepção. Os últimos não requerem nenhum conceito puro do entendimento, mas apenas a concatenação lógica da percepção em um sujeito pensante. Os primeiros demandam sempre a representação da intuição sensível e ainda conceitos específicos produzidos originariamente no entendimento, que fazem com que o juízo de experiência seja objetivamente válido¹³. (Kant, *Prolegômenos*, AA04:298)*

Segundo os *Prolegômenos*, os juízos podem ser divididos em dois tipos. Os primeiros são os juízos subjetivamente válidos, cuja exigência é uma concatenação lógica possível no sujeito pensante: juízos de percepção. Os segundos são os juízos objetivamente válidos, cuja exigência recai na intuição sensível e nos conceitos puros do entendimento. A identificação feita por Loguenesse (1995), entre unidade subjetiva da consciência e juízo de percepção e entre a unidade objetiva da consciência e juízo de experiência, tem por base a

¹³Empirische Urteile, sofern sie objektive Gültigkeit haben, sind Erfahrungsurteile; die aber, so nur subjektiv gültig sind, nenne ich bloße Wahrnehmungsurteile. Die letztern bedürfen keines reinen Verstandesbegriffs, sondern nur der logischen Verknüpfung der Wahrnehmungen in einem denkenden Subjekt. Die ersteren aber erfordern jederzeit, über die Vorstellungen der sinnlichen Anschauung, noch besondere im Verstande ursprünglich erzeugte Begriffe, welche es eben machen, daß das Erfahrungsurteil objektiv gültig ist.

alínea seguinte à definição apresentada dos *Prolegômenos*. Nela, Kant afirma que os juízos de percepção tem validade apenas para nós, enquanto os juízos de experiência tem validade universal (Kant, *Prolog*, AA04:298).

Essa identificação é razoável, porém, é preciso destacar dois detalhes que surgem na comparação do §18 com o também §18 dos *Prolegômenos*. O primeiro deles é de que a unidade subjetiva é assinalada na Dedução Transcendental B por meio da referência ao sentido interno, enquanto a a definição do juízo de percepção mediante uma concatenação lógica possível. O segundo detalhe é que a definição dos *Prolegômenos* deixa claro o que não estava tão evidente na Dedução Transcendental B acerca da unidade objetiva. Segundo os *Prolegômenos*, os juízos de experiência não demandam apenas os conceitos puros do entendimento, mas também uma intuição sensível. Na Dedução Transcendental A, Kant trata de modo sutil da dependência da forma da intuição no tempo para que a unidade objetiva seja possível: “[...] encontra-se no tempo a forma da intuição meramente como intuição em geral, que contém um múltiplo sob a unidade originária da consciência, pura e simplesmente mediante uma relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso* [...]”.

Essas características, encontradas nas passagens citadas, tornam claro que a passagem de uma unidade subjetiva para uma unidade objetiva ocorre em dois níveis. O primeiro nível diz respeito ao próprio registro discursivo, em que se passa da mera concatenação lógica possível para as categorias, que, como será visto na sequência, são as funções lógicas do julgar em relação ao múltiplo sensível. O segundo nível é da própria sensibilidade, na medida em que a passagem da unidade subjetiva para a objetiva é realizada na passagem do sentido interno para a representação da forma da intuição.

Desse modo, é possível notar que unidade originário-sintética da apercepção, uma vez que estabelece a unidade objetiva das representações conceituais, também dá essa unidade na sensibilidade mediante as forma da intuição. Esse ponto específico será tratado no próximo capítulo. Por ora, convém destacar que, mesmo no primeiro passo, subjaz a relação do entendimento com a unificação de um múltiplo dado.

É preciso, portanto, compreender o modo como se passa da unidade subjetiva para a

unidade objetiva. Tal como destaca Loguensee (1995, pp.291-ss), essa passagem é possível mediante a definição de juízo contida no §19:

Quando, porém, eu examino mais precisamente a relação de cognições dadas em um juízo e as diferencio, como pertencentes ao entendimento, da relação segundo leis da imaginação reprodutiva (que tem validade apenas subjetiva), encontro que o juízo não é outra coisa senão o modo de trazer cognições dadas à unidade objetiva da apercepção. Para isso aponta a palavrinha relacional “é” neles, para diferenciar a unidade objetiva de representações da subjetiva. Pois isso assinala a relação delas com a apercepção originária e a sua *unidade necessária*, ainda que o próprio juízo seja empírico [e], portanto, contingente, como, por exemplo, em “os corpos são pesados”. Com isso, não pretendo dizer que as representações pertencem *necessariamente umas às outras* na intuição empírica, mas que elas, *em virtude da unidade necessária* da apercepção, pertencem umas às outras na síntese das intuições, isto é, segundo princípios da determinação objetiva de todas as representações, na medida em que a partir disso a cognição possa vir a ser, princípios esses deduzidos a partir do princípio da unidade transcendental da apercepção. Exclusivamente mediante isso, essa relação torna-se um *juízo*, isto é, uma relação que é *objetivamente válida* e se diferencia suficientemente das relações das mesmas representações que fossem apenas subjetivamente válidas, como, por exemplo, segundo leis da associação. Segundo essas últimas, poderia apenas dizer: “quando carrego um corpo, sinto uma pressão do peso”; porém, *não* [poderia dizer]: “ele, o corpo, é pesado”, o que é mesmo de dizer que essas duas representações estão ligadas no objeto, isto é, sem diferença [em relação] ao estado do sujeito, e não meramente juntas na percepção (possa ela também ser frequentemente repetida)¹⁴. (KrV, B141-142)

A definição contida no §19 afirma que juízo não é outra coisa senão o modo de reunir representações sob a unidade objetiva da consciência. Julgar, portanto, é o modo como

¹⁴ *Wenn ich aber die Beziehung gegebener Erkenntnisse, in jedem Urteile, genauer untersuche, und sie, als dem Verstande angehörige, von dem Verhältnisse nach Gesetzen der reproduktiven Einbildungskraft (welches nur subjektive Gültigkeit hat) unterscheide, so finde ich, daß ein Urteil nichts anderes sei, als die Art, gegebene Erkenntnisse zur objektiven Einheit der Apperzeption zu bringen. Darauf zielt das Verhältniswörtchen ist in denselben, um die objektive Einheit gegebener Vorstellungen von der subjektiven zu unterscheiden. Denn dieses bezeichnet die Beziehung derselben auf die ursprüngliche Apperzeption und die notwendige Einheit derselben, wenngleich das Urteil selbst empirisch, mithin zufällig ist, z. B. die Körper sind schwer. Damit ich zwar nicht sagen will, diese Vorstellungen gehören in der empirischen Anschauung notwendig zueinander, sondern sie gehören vermöge der notwendigen Einheit der Apperzeption in der Synthesis der Anschauungen zueinander, d. i. nach Prinzipien der objektiven Bestimmung aller Vorstellungen, sofern daraus Erkenntnis werden kann, welche Prinzipien alle aus dem Grundsatz der transzendentalen Einheit der Apperzeption abgeleitet sind. Dadurch allein wird aus diesem Verhältnisse ein Urteil, d. i. ein Verhältnis, das objektiv gültig ist, und sich von dem Verhältnisse, eben derselben Vorstellungen, worin bloß subjektive Gültigkeit wäre, z. B. nach Gesetzen der Assoziation, hinreichend unterscheidet. Nach den letzteren würde ich nur sagen können: Wenn ich einen Körper trage, so fühle ich einen Druck der Schwere; aber nicht: er, der Körper, ist schwer; welches soviel sagen will, als, diese beiden Vorstellungen sind im Objekt, d. i. ohne Unterschied des Zustandes des Subjekts, verbunden, und nicht bloß in der Wahrnehmung (so oft sie auch wiederholt sein mag) beisammen.*

o entendimento relaciona as representações à unidade originário-sintética da apercepção. Essa definição tem relação com pelo menos duas outras definições já citadas neste trabalho. A primeira delas é a definição de síntese do §10, em que Kant afirma que “[...] síntese [é] o ato de juntar diferentes representações umas às outras e de conceber a sua multiplicidade em uma cognição [...]” (KrV, A77/B103). A segunda é a definição de objeto: aquilo “em cujo conceito o múltiplo de uma intuição dada está *unificado*” (KrV, B137).

É importante notar que o verbo “conceber” [*begreifen*], contido na definição da síntese do §10, contém a mesma raiz de “conceito” [*Begriff*]. A raiz comum de ambos os termos permite estabelecer uma relação entre a definição de síntese com a definição de objeto contida no §17. A síntese é ato que reúne representações sob o conceito e o objeto é o que tem sob seu conceito as representações reunidas. A definição de juízo, contido no §19, então, vem esclarecer que a síntese, enquanto ato de reunir representações, é exercida de determinado modo, a fim de que se relacione o unificado da síntese com o conceito de objeto.

Segundo a definição do §19, também é destacada a relação do múltiplo com a unidade originário-sintética da apercepção, uma vez que ela é o fundamento da unidade objetiva das representações mediante a apercepção transcendental. Em certo sentido, o §16 afirma tão somente que o *eu penso*, como expressão da unidade originário-sintética da apercepção, tem de acompanhar todas as minhas representações. Todavia, a enunciação de uma unidade objetiva, isto é, de um juízo de experiência, não depende da atualização do *eu penso* toda vez que se queira assinalar uma unidade objetiva. A esse respeito, o §19 esclarece que essa é a função da palavrinha relacional “é”, no ato de unificação das representações, que atribui à unidade do múltiplo a unidade objetiva assentada na unidade originário-sintética da apercepção. Em outros termos, quando se afirma universalmente a relação de duas representações mediante o “é”, como em o “corpo é pesado”, torna-se possível, por meio do modo como a relação é determinada, expressar a unidade originário-sintética da apercepção sem que, para isso, se necessite atualizar a representação do *eu penso*; como se fosse necessário assinalar a objetividade de um juízo do seguinte modo: “o *eu penso* acompanha o corpo; o *eu penso* acompanha o penso; logo mediante o *eu penso*, reconheço unidade

entre corpo e pesado”. Basta apenas que se expresse essa relação de determinado modo.

Os modos determinados de se relacionar objetivamente são dados mediante as funções lógicas do julgar. No capítulo “Do uso lógico em geral do entendimento”, Kant define função como “a unidade do ato de ordenar diferentes representações sob uma mais geral” (KrV, A68/B93). As funções, portanto, são as unidades de subordinação das representações. Na Dedução Metafísica, Kant esclarece que essas funções são expressas mediante a tábua das formas lógicas do juízo (§9) (KrV, A70-ss/B95-ss).

Portanto, com base na definição de juízo do §19 e nas formas lógicas do §9 da Dedução Metafísica, é possível notar que as formas dão os modos como unidade originário-sintética da apercepção se expressa no ato de ligação, de maneira a possibilitar que a síntese do múltiplo ocorra em conformidade com a unidade objetiva da consciência. Essa é a segunda premissa de S_1 . Por conseguinte, após o §19, é possível alcançar a conclusão do prosilogismo, verificando-se que toda unidade objetiva na intuição, na medida em que tem relação com a unidade originário-sintética da apercepção, se relaciona com esta por meio das funções lógicas do julgar¹⁵. Agora, é preciso compreender S_2 , que explicita, com base no resultado de S_1 , o papel das categorias.

2.5 A terceira etapa: a relação entre as categorias e as funções lógicas do julgar

Conforme destacado anteriormente, a contribuição efetiva do §20, além de apresentar os resultados do primeiro passo, consiste na segunda premissa de S_2 . Nela, Kant afirma que as categorias são as funções lógicas do julgar em relação ao múltiplo sensível.

¹⁵É importante destacar que o objetivo pretendido nessa seção é demonstrar que as funções lógicas do julgar estabelecem a relação necessária entre a síntese e a unidade objetiva. Sob essa questão, reside a pergunta pela relação de fundamento entre a apercepção transcendental e as funções lógicas do julgar. Dentre os comentaristas de Kant que tratam desse problema, é possível destacar Reich (1992, pp.21-ss.). Esse problema não entra em questão no presente trabalho. Para os objetivos pretendidos aqui, basta que se demonstre que as funções lógicas do julgar dão o modo como as representações são trazidas à unidade originário-sintética da apercepção.

Na segunda premissa de S_2 , Kant também apresenta, por meio de parênteses, uma referência ao §13. Essa referência, assim como a relação da ligação com intuições não sensíveis do §15, são um ponto em que se sugere correções. Por exemplo, na edição de Valentines, é sugerido que a referência deveria ser ao §14. Em contrapartida, Vaihinger sugere que a referência correta é ao §10 (KrV, p.186)¹⁶. Seguindo a sugestão impressa na versão original de 1787, com base na referência ao §13, a passagem que talvez melhor esclareça as categorias como as funções lógicas do julgar em relação a um múltiplo seria a seguinte:

[...] inicia-se com os conceitos puros do entendimento a necessidade inevitável não somente de procurar uma dedução transcendental deles, mas também do espaço, pois, visto que eles tratam de objetos não mediante predicados da intuição e da sensibilidade, mas do puro pensar *a priori*, então eles se relacionam a objetos sem as condições da sensibilidade e que, visto não se fundamentarem a partir da experiência, também não podem produzir nenhum objeto na intuição *a priori*, em que fundassem sua síntese ante a experiência [...]¹⁷. (KrV, A87-88/B119-120)

A passagem em questão, apesar de tratar das categorias anteriormente à experiência, não esclarece de modo suficiente a sua relação com as funções lógicas do julgar. A passagem que melhor parece se adequar à explicação exigida pelo epissilogismo do §20 consiste no argumento do fio-condutor, tal como apresentado na Dedução Metafísica. Essa é a sugestão de Vaihinger.

Por meio do argumento do fio-condutor, é possível verificar a relação direta não apenas da categoria com as funções lógicas do entendimento, mas também com o próprio múltiplo dado, mediante a regência das funções lógicas na unificação de uma unidade sintética.

¹⁶ Assim como foi abordado na correção sugerida por Mellin, faz-se referência aqui à paginação da edição de Jens Timmermann.

¹⁷ [...] *fängt mit den reinen Verstandesbegriffen die unumgängliche Bedürfnis an, nicht allein von ihnen selbst, sondern auch vom Raum die transcendente Deduktion zu suchen, weil, da sie von Gegenständen nicht durch Prädikate der Anschauung und der Sinnlichkeit, sondern des reinen Denkens a priori redet, sie sich auf Gegenstände ohne alle Bedingungen der Sinnlichkeit allgemein beziehen, und die, da sie nicht auf Erfahrung gegründet sind, auch in der Anschauung a priori kein Objekt vorzeigen können, worauf sie vor aller Erfahrung ihre Synthesis gründeten[...].*

A mesma função que dá a unidade de diferentes representações *em um juízo* dá também a mera síntese de diferentes representações *em uma intuição*, que, exprimida universalmente, se chama conceito puro do entendimento. Portanto, o mesmo entendimento, e pela mesma operação segundo a qual, por meio da unidade analítica, produziu a forma lógica de um juízo nos conceitos, traz também, por meio da unidade sintética do múltiplo de uma intuição em geral, um conteúdo transcendental em suas representações; razão pela qual se chama conceito puro do entendimento que se refere *a priori* a objetos, o que não pode corresponder à lógica geral¹⁸. (KrV, A79/B104-105)

A passagem contida no §10 da Dedução Metafísica afirma que a mesma função que dá unidade analítica das representações em um juízo também dá a unidade sintética. A função, como ato de reunir diferentes representações sob uma mais geral (KrV, A68/B93), enquanto ato que unifica o múltiplo das intuições, recebe o nome de conceito puro do entendimento, isto é, de categorias.

Por meio dessa afirmação, é possível compreender S_2 como um rearranjo terminológico no corpo do primeiro passo da Dedução Transcendental B. Esse rearranjo tem a função de esclarecer que as categorias são a expressão das funções lógicas do julgar em relação ao um múltiplo dado, isto é, as categorias são as funções lógicas do julgar na medida em que elas dão a unidade sintética das representações intuitivas.

Com base nas seções anteriores, então, é possível notar que a consecução do primeiro passo consiste em demonstrar os fundamentos necessários ao entendimento para unificar um múltiplo em uma relação determinada. O primeiro deles, que é o fundamento geral do qual decorre o fundamento de todo uso objetivo do entendimento, é a unidade originário-sintética da apercepção. As intuições, todavia, não são dadas em dependência da unidade

¹⁸*Dieselbe Funktion, welche den verschiedenen Vorstellungen in einem Urteile Einheit gibt, die gibt auch der bloßen Synthesis verschiedene Vorstellungen in einer Anschauung Einheit, welche, allgemein ausgedrückt, der reine Verstandesbegriff heißt. Derselbe Verstand also, und zwar durch eben dieselben Handlungen, wodurch er in Begriffen, vermittelt der analytischen Einheit, die logische Form eines Urteils zustande brachte, bringt auch, vermittelt der synthetischen Einheit des Mannigfaltigen in der Anschauung überhaupt, in seine Vorstellungen einen transszendentalen Inhalt, weswegen sie reine Verstandesbegriffe heißen, die a priori auf Objekte gehen, welches die allgemeine Logik nicht leisten kann.*

originário-sintética da apercepção, mas devem ser unificadas em referência a ela, de modo que seja possível conferir-lhes uma unidade objetiva. O modo como as representações são referidas à unidade originário-sintética da apercepção é fornecido pela aplicação das funções lógicas do julgar à atividade sintética do entendimento. Sob essas condições, as funções lógicas do julgar são exprimidas mediante as categorias.

Portanto, o primeiro passo não parte do pressuposto de uma intuição já dada sob uma unidade, mas demonstra que toda unidade na intuição, seja qual for a sua natureza, sempre é unificada pelas categorias em relação à unidade originário-sintética da apercepção. É preciso, agora, compreender como esses fundamentos que desconsideram, no primeiro passo do argumento, a natureza específica da intuição, encontram expressão na sensibilidade humana.

Capítulo 3

A unificação do múltiplo da intuição empírica pela síntese figurativa

O capítulo anterior analisou a conclusão do primeiro passo da Dedução Transcendental B. Tal como apresentado no §20, todo múltiplo dado em uma intuição sensível, isto é, dado em uma representação intuitiva unificada, está necessariamente sob as categorias. Segundo o §21, porém, esse resultado ainda não é suficiente para demonstrar completamente a validade objetiva das categorias, pois o resultado obtido no §20 não considera ainda a especificidade da sensibilidade humana:

“Todavia, na prova acima, não pude abstrair de um elemento, a saber, de que o múltiplo deve ser dado à intuição anteriormente à síntese do entendimento e independentemente dela; como que, nesse caso, ele permaneça indeterminado. Pois, se pretendesse pensar para mim um entendimento que intuisse a si mesmo (como um [entendimento] divino, que não se representasse objetos dados, mas desse os próprios objetos ou os produzisse ao mesmo tempo que os representasse), as categorias não teriam sentido em relação às intuições produzidas por esse entendimento.”¹ (KrV, B145)

¹*[Allein von einem Stücke konnte ich im obigen Beweise doch nicht abstrahieren, nämlich davon, daß das Mannigfaltige für die Anschauung noch vor der Synthesis des Verstand, und unabhängig von ihr, gegeben sein müsse; wie aber, bleibt hier unbestimmt. Denn, wollte ich mir einen Verstand denken, der selbst anschauete (wie etwa einen göttlichen, der nicht gegebene Gegenstände sich vorstellte, sondern durch dessen Vorstellung die Gegenstände selbst zugleich gegeben, oder hervorgebracht würden), so würden die Kategorien in Ansehung eines solchen Erkenntnisse gar keine Bedeutung haben*

É importante notar que, conforme visto no capítulo 1, a organização do argumento da Dedução Transcendental B em dois passos não deve ser compreendida meramente em função do tipo de intuição a que as categorias se referem, mas ao ato que unifica cada uma desses intuições, ou seja, no primeiro passo, deve-se considerar uma síntese intelectual que unifica o múltiplo de uma intuição em geral, enquanto, no segundo ponto, deve-se considerar uma síntese figurativa que unifica o múltiplo de uma intuição empírica. Esse ponto merece destaque, pois permite elucidar o que significa exatamente ter de considerar a relação das categorias com a especificidade da sensibilidade humana.

O primeiro passo já havia demonstrado que toda unidade possível decorre de uma atividade do entendimento. Se não fosse desse modo, os objetos seriam dados sob uma unidade própria que implicaria na necessidade de uma análise como atividade primordial do conhecer. Sob estas condições, caberia ao entendimento a mera atividade de decompor representações por intermédio de uma abstração e não de ligar, de modo originário, sob um conceito de objeto. Esse resultado do primeiro passo, portanto, já parece fornecer um critério suficientemente amplo para considerar não apenas objetos dados na sensibilidade humana, mas também objetos que possam ser dados em alguma sensibilidade além das limitações impostas aos homens. Desse modo, caberia perguntar os motivos que fazem do segundo passo necessário, pois o primeiro passo já parece se apresentar de modo suficientemente amplo para dar conta dos objetos sensíveis humanos.

A necessidade de um segundo passo pode ser compreendida a partir da consideração de que o primeiro passo, na medida em que se deteve na explicação dos fundamentos da ligação exclusivamente sob a perspectiva do entendimento, ainda não foi levada em conta a aplicação desses fundamentos a uma sensibilidade; e a única sensibilidade que é possível de se relacionar com essa atividade, dada a finitude da mente humana, é a sensibilidade, cujas formas são o espaço e o tempo.

Desse modo, quando se consideram os dois passos exclusivamente em relação às intuições em geral e empírica, assinaladas pelo §21 e pelo §26, tende-se a desconsiderar a aplicação do fundamento da atividade do entendimento à especificidade de uma sensibilidade, algo que se torna evidente pela oposição entre síntese intelectual e síntese figurativa.

No que se segue, pretende-se mostrar que o segundo passo, na medida em que relaciona o entendimento com uma sensibilidade, trata da aplicação do entendimento a uma sensibilidade limitada pelas formas do espaço e do tempo. Segundo esse objetivo, o segundo passo deve convergir com o primeiro; porém, tendo em vista a aplicação do entendimento à especificidade de uma sensibilidade é que a prova da validade objetiva das categorias pode ser dita completa.

3.1 A conclusão geral da Dedução Transcendental B

No primeiro passo da prova, Kant demonstrou que toda unidade objetiva decorre da relação do múltiplo dado em uma intuição a unidade originário-sintética da apercepção. Esse resultado, no entanto, não é suficiente para provar completamente a validade objetiva das categorias, pois os objetos são dados sob condições específicas de uma sensibilidade. No caso da sensibilidade humana, que é aquela que se apresenta em nossa mente, as formas são o espaço e o tempo. Como consequência, para se demonstrar como as condições do pensar objetos do primeiro passo, no segundo, se aplicam à especificidade da sensibilidade humana.

A conclusão geral da Dedução Transcendental B, que demonstra a aplicação das condições da ligação como atividade primordial do entendimento à sensibilidade humana, é apresentada no §26:

Possuímos *formas a priori* tanto da intuição sensível externa como da interna nas representações de espaço e de tempo; e a essas sempre tem de ser conforme a síntese de apreensão do múltiplo do fenômeno, pois ele só pode acontecer por meio dessas formas. Porém, espaço e tempo não são representados *a priori* meramente como *formas*, mas como intuições mesmas (que contêm um múltiplo); e, assim, com a determinação da *unidade* desse múltiplo nelas (*cf.* Estética Transcendental). Portanto, a *unidade da síntese* do múltiplo, fora de nós ou em nós, por meio do que também uma *ligação* de tudo que deve ser representado como determinado no espaço e no tempo, já é dada *a priori* como condição da síntese de toda *apreensão* em concomitância [*zugleich*] com (não em) essas intuições. Essa unidade sintética, porém, não pode ser outra senão a da ligação do múltiplo de uma *intuição em geral* dada em uma consciência originária, conforme às categorias, apenas aplicada a nossa *intuição sensível*. Consequentemente, toda síntese,

por meio da qual a própria percepção se torna possível, está sob as categorias e, visto que a experiência é cognição por meio de percepções concatenadas, então as categorias são condições de possibilidade da experiência e, desse modo, também valem *a priori* a todos objetos da experiência. (KrV, B160-161)

O capítulo 1 demonstrou que a conclusão do §26 é semelhante à conclusão do §20, visto que demonstra, pela via sensível, que todo múltiplo dado em uma consciência empírica tem relação com uma autoconsciência originária. A diferença entre essas duas conclusões se dá apenas na medida em que, no §26, se estabelece a relação necessária do múltiplo com as categorias por intermédio do espaço e do tempo. O ato de apreender o múltiplo é a síntese de apreensão. Restrita pelas condições puras pelas quais o múltiplo sensível possa ser dado, a síntese de apreensão está sujeita ao espaço e ao tempo. Em contrapartida, a unidade do espaço e do tempo não pode ser outra senão a mesma que a categoria, por meio da síntese intelectual, prescreve ao múltiplo de uma intuição em geral.

Acerca da conclusão do §26 é preciso destacar dois pontos. O primeiro ponto consiste em considerar que a apreensão empírica não ocorre nas intuições do espaço e do tempo, mas a par delas: “[...] a *unidade da síntese* do múltiplo, fora de nós ou em nós, por meio do que também uma *ligação* de tudo que deve ser representado como determinado no espaço e no tempo, já é dada *a priori* como condição da síntese de toda *apreensão em concomitância com (não em)*² essas intuições [do espaço e do tempo]. [...]”. Como pode ser observado na citação, a ligação do múltiplo empírico acontece em concomitância com a unificação do múltiplo puro do espaço e do tempo pelo entendimento. Quando a unificação do espaço e do tempo acompanha a apreensão empírica, a ligação do múltiplo empírico é exercida em relação à uma unidade objetiva. Em contrapartida, quando ela não é acompanhada da unificação do espaço e do tempo, a ligação do múltiplo decorre da associação da imaginação em uma unidade subjetiva. Por conseguinte, a síntese de apreensão é possível sem a unificação do espaço e do tempo, porém, sob esta condição, ela não unifica o múltiplo como em um objeto. Para que ela seja representada como uma unidade objetiva, não basta apenas ser trazida à unidade originário-sintética da apercepção pelas

²Grifo nosso

categorias, mas os próprios sentidos externo e interno devem ser determinados em função da unidade originário-sintética da apercepção. O segundo ponto consiste em considerar que a determinação do espaço e do tempo só é possível sobre o pressuposto de uma unidade sintética em relação direta com a unidade objetiva da consciência.

As unidades do espaço e do tempo são sintéticas com base no princípio que Heidemann (2017, pp.19-ss.) chama de teorema da sinteticidade. Segundo esse princípio, nada pode ser separado sem que o tenha sido anteriormente ligado. As representações do espaço e do tempo também estão sujeitas a essas condições. Embora as unidades dessas representações sejam originárias, isto é, pertençam ao espaço e ao tempo, elas estão sujeitas necessariamente a uma atividade sintética; e essa unidade sintética não pode ser outra senão a unidade produzida no múltiplo do espaço e do tempo por uma síntese transcendental da imaginação.

Como será tratado na sequência, a síntese transcendental da imaginação resulta da relação direta da apercepção transcendental com a imaginação. Logo, as unidades do espaço e do tempo são representadas em relação direta com a própria unidade originário-sintética da apercepção.

Dessa característica das representações do espaço e do tempo, é possível notar que o segundo passo procura expor como a relação entre consciência empírica e autoconsciência originária, presente no primeiro passo, encontra lugar na esfera da sensibilidade humana. A síntese de apreensão do múltiplo empírico, que corresponde à consciência empírica do que é dado na sensibilidade, tem relação com o espaço e o tempo, que, por intermédio da síntese transcendental da imaginação, expressam a atividade da autoconsciência originária na sensibilidade. A esse respeito, o §21 antecipa “que a consciência empírica de um múltiplo dado em uma intuição está sob uma autoconsciência pura *a priori* precisamente tal como a intuição empírica está sob uma [intuição] sensível pura [...]” (Essa afirmação será trabalhada na Seção 3.5).

Portanto, o segundo passo desenvolve seu argumento procurando esclarecer que os fundamentos da ligação em geral, na medida em que se aplicam à sensibilidade, encontram correlatos representacionais, de modo que a unidade do espaço e do tempo expressam na

sensibilidade a unidade da autoconsciência originária.

Para se compreender o argumento do segundo passo, também é preciso dividi-lo em etapas. Na primeira etapa, contida nos §§22-23, Kant demonstra que o aparecimento do múltiplo empírico está sujeito às condições do espaço e do tempo. Portanto, o conhecimento dos objetos empíricos tem de se dar também em relação a essas representações. A segunda etapa, contida no §24, Kant apresenta o modo como o entendimento determina a sensibilidade. Para isso, é preciso elucidar o papel da imaginação como efeito do entendimento. A terceira etapa, por fim, consiste em demonstrar, com base principalmente na noção de síntese transcendental da imaginação, que o entendimento determina as representações do espaço e do tempo em relação direta à unidade originário-sintética da apercepção, de modo que, mediante a relação da síntese de apreensão com essas representações, torna-se possível explicitar como a apercepção empírica se relaciona com a apercepção transcendental na sensibilidade.

3.2 A questão dos parágrafos intermediários

Antes de se passar à análise das etapas elencadas acima, convém esclarecer alguns pontos fundamentais acerca dos parágrafos §§22-25, que, por alguns comentadores, como, por exemplo, Vleeschauwer (1937, pp.180-181), são considerados mero parêntese conceitual.

Tomando como exemplo as passagens que explicitam a estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B, é possível questionar a função dos parágrafos compreendidos entre o §21, que afirma haver um encerramento do primeiro passo, e o §26, que diz alcançar a prova completa da validade objetiva das categorias. É assim que no §21 se lê:

[...] No que se segue (§26), será demonstrado, a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade, que sua unidade não é outra senão aquela que a categoria, a partir do que já foi dito anteriormente (§20). [...] (KrV, B144-145)

No §26, por sua vez, lê-se:

[...] Agora, deve ser esclarecida a possibilidade de, por meio das categorias, se conhecer os objetos que só podem apresentar sempre por meio dos nossos sentidos; e precisamente não segundo a forma de sua intuição, mas segundo as leis de sua ligação, portanto, de prescrever a lei à natureza e até mesmo torná-la possível. [...] (KrV, B159)

A partir dessas passagens, é possível levantar a questão se o §26 contém apenas a conclusão ou se nele está integralmente desenvolvido o segundo passo. A interpretação de que o §26 corresponde não à conclusão, mas ao desenvolvimento do segundo passo, assume, como ponto de partida, um argumento frágil, pois considera em especial a informação contida entre parênteses: “(§26)”. É o caso, por exemplo, da leitura proposta por Vleeschauwer (1937, p.180).

Segundo Vleeschauwer (1937, p.181) essa indicação assinalaria que os §§22-25 seriam apenas uma explicitação conceitual, sem nada a acrescentar ao argumento, de modo que todos os pressupostos necessários para a conclusão do segundo passo estariam contidos no próprio §26³.

A esse respeito, cabe apenas destacar que a síntese transcendental da imaginação, definida no §24, é ingrediente indispensável do próprio argumento, sendo fundamental para compreender a unificação do espaço e do tempo pelo entendimento. Do mesmo modo, os §§22-23 tem a função de assinalar, na medida em que introduz a especificidade da sensibilidade humana, que o ato de conhecer tem de levar em conta uma unificação das formas que dão o modo como os objetos podem ser dados.

É importante assinalar esse ponto sobre a importância dos parágrafos intermediários para o inteiro argumento, pois assim se torna visível que o §26 só pode ser inteiramente compreendido se levar em conta as premissas introduzidas por esses parágrafos. Por isso, tentar-se-á, a seguir, interpretar o segundo passo incluindo nele as etapas elencadas mais acima.

³É importante destacar que Vleeschauwer (1937, p.233n.), em nota, levanta a possibilidade de uma interpretação que considere os §§22-25 como premissas necessárias ao §26, contudo, essa interpretação teria de desconsiderar a alínea de abertura do §26.

3.3 A primeira etapa: a restrição do entendimento aos objetos da sensibilidade humana

Tal como é destacado por Allison (2015, p.378), é possível reconhecer uma proximidade entre o §22 e o §23 pelo simples fato de compartilharem o mesmo título: “As categorias não possuem outro uso para a cognição das coisas, senão sua aplicação aos objetos da experiência” (KrV, B146). A participação desses dois parágrafos sob esse mesmo título sugere um propósito único: demonstrar que o uso do entendimento humano é restrito à sensibilidade humana. Essa restrição é o primeiro passo no esclarecimento da relação do entendimento com a sensibilidade.

O §22 apresenta-se do seguinte modo:

Pensar um objeto e *conhecer* um objeto não são, pois, o mesmo. Pertencem à cognição (conhecimento), a saber, duas partes: primeiramente, o conceito por meio do qual um objeto é pensado em geral (as categorias); e, em segundo lugar, a intuição por meio da qual ele é dado; pois, não pudesse ser dada uma intuição correspondente ao conceito, então ele seria um pensamento segundo a forma, mas sem qualquer objeto; e por seu intermédio nenhuma cognição (conhecimento) de alguma coisa seria possível, pois, tanto quanto eu saiba, *nada se daria*, nem *poderia* se dar, sobre o quê meu pensamento poderia ser aplicado. Ora, para nós, toda intuição possível é sensível (Estética), portanto, o pensamento de objetos em geral, por meio dos conceitos puros do entendimento, só podem tornar-se cognição (conhecimento) na medida em que este é relacionado à objetos do sentido. Intuição sensível é ou intuição pura (espaço e tempo) ou intuição empírica do que é representado no espaço e no tempo imediatamente como real. Por meio da determinação das primeiras, podemos receber cognições *a priori* e objetos (na matemática), porém somente segundo sua forma, como fenômenos; se isso poderia dar coisas, que tenham de ser intuídas nessa forma, é algo acerca do que permanece ainda inconclusivo. Por conseguinte, todos os conceitos matemáticos não são por si cognições (conhecimentos), a não ser na medida em que se pressupõe que que se dê coisas que se deixam apresentar para nós em conformidade com a forma daquelas intuições sensíveis puras. Coisas no espaço e no tempo só são dadas na medida em que são percepções (representações acompanhadas de sensação), portanto, por meio de representações empíricas. Por conseguinte, os conceitos puros do entendimento, mesmo quando aplicados às intuições puras (como na matemática), só proporcionam cognições (conhecimentos) na medida em que estas, e, portanto, também os conceitos do entendimento por seu intermédio, podem ser aplicadas a intuições empíricas. Como consequência, as categorias, por intermédio da intuição, não nos fornecem também nenhuma cognição de coisas, a não ser mediante a sua possível aplicação à *intuição empírica*, isto é, elas servem apenas à possibilidade da *cognição empírica* (conhecimento empírico). Essa chama-se *experiência*. Por

consequente, as categorias não tem outro uso para a cognição de coisas a não ser na medida em que estas são presumidas como objetos de uma experiência possível⁴. (KrV, B146-148)

Os §§22-23 são usualmente entendidos como um argumento acerca da restrição do uso das categorias⁵. Nessa interpretação, sustenta-se que os §§22-23, por meio da introdução da distinção entre pensar e conhecer, esclareceriam que o uso possível do entendimento para o conhecimento de objetos só se daria na medida em que as categorias se aplicam aos objetos da experiência.

A distinção entre pensar-se um objeto e conhecer esse objeto é textualmente estabelecida pela primeira vez no §22. Contudo, é possível notar que essa distinção já está presente no primeiro passo. Nos §15, §17 e §21, Kant reitera a oposição fundamental entre a sensibilidade e o entendimento (KrV, B129-130; B136; B145). A sensibilidade, como meramente passiva, é a faculdade responsável por fornecer o múltiplo do objeto. Em contrapartida, o entendimento, como meramente ativo, é responsável por ligar esse múltiplo em um con-

⁴*Sich einen Gegenstand denken, und einen Gegenstand erkennen, ist also nicht einerlei. Zum Erkenntnis gehören nämlich zwei Stücke: erstlich der Begriff, dadurch überhaupt ein Gegenstand gedacht wird (die Kategorie), und zweitens die Anschauung, dadurch er gegeben wird; denn, könnte dem Begriffe eine korrespondierende Anschauung gar nicht gegeben werden, so wäre er ein Gedanke der Form nach, aber ohne allen Gegenstand, und durch ihn gar keine Erkenntnis von irgendeinem Dinge möglich; weil es, soviel ich wüßte, nichts gäbe, noch geben-könnte, worauf mein Gedanke angewandt werden könne. Nun ist alle uns mögliche Anschauung sinnlich (Ästhetik), also kann das Denken eines Gegenstandes überhaupt durch einen reinen Verstandesbegriff bei uns nur Erkenntnis werden, sofern dieser auf Gegenstände der Sinne bezogen wird. Sinnliche Anschauung ist entweder reine Anschauung (Raum und Zeit) oder empirische Anschauung desjenigen, was im Raum und der Zeit unmittelbar als wirklich, durch Empfindung, vorgestellt wird. Durch Bestimmung der ersteren können wir Erkenntnisse a priori, von Gegenständen (in der Mathematik) bekommen, aber nur ihrer Form nach, als Erscheinungen; ob es Dinge geben könne, die in dieser Form angeschaut werden müssen, bleibt doch dabei noch unausgemacht. Folglich sind alle mathematischen Begriffe für sich nicht Erkenntnisse, außer, sofern man voraussetzt, daß es Dinge gibt, die sich nur der Form jener reinen sinnlichen Anschauung gemäß uns darstellen lassen. Dinge im Raum und der Zeit werden aber nur gegeben, sofern sie Wahrnehmungen (mit Empfindung begleitete Vorstellungen) sind, mithin durch empirische Vorstellung. Folglich verschaffen die reinen Verstandesbegriffe, selbst wenn sie auf Anschauungen a priori (wie in der Mathematik) angewandt werden, nur sofern Erkenntnis, als diese, mithin auch die Verstandesbegriffe vermittelt ihrer, auf empirische Anschauungen angewandt werden können. Folglich liefern uns die Kategorien vermittelt der Anschauung auch keine Erkenntnis von Dingen, als nur durch ihre mögliche Anwendung auf empirische Anschauung, d. i. sie dienen nur zur Möglichkeit empirischer Erkenntnis. Diese aber heißt Erfahrung. Folglich haben die Kategorien keinen anderen Gebrauch zum Erkenntnis der Dinge, als nur sofern diese als Gegenstände möglicher Erfahrung angenommen werden.*

⁵Essa é a interpretação de Vleeschauwer (1937, pp.161-ss.) e de Allison (2015, pp.376-ss.)

ceito de objeto. Ora, uma vez que essa oposição é estabelecida, a oposição entre pensar e conhecer objetos é prontamente deduzida da natureza meramente ativa do entendimento, pois, sem nada que lhe seja dado, sua atividade consiste no mero ato de ligação capaz de produzir a representação *eu penso* que tem de poder acompanhar todas as demais. Essa limitação natural à própria atividade do entendimento já identifica sua atividade como a faculdade de julgar que, não produzindo o próprio dado sensível, é capaz apenas de pensar objetos.

Dessa constatação, então, questiona-se por que razão o §22 se inicia retomando essa oposição. Uma interpretação plausível é de que a restrição não ocorre exatamente em relação ao entendimento, mas sim em relação à própria sensibilidade. No primeiro passo, a validade objetiva das categorias foi demonstrada em função de uma intuição em geral, isto é, de uma intuição da qual se desconsidera a especificidade de sua forma, mas também à qual se atribuiu a característica de sensível. Nota-se que, em caso contrário, se a receptividade fosse característica inerente ao próprio entendimento, isto é, se não houvesse formas sensíveis que possibilitassem que o múltiplo sensível fosse ordenado de determinado modo, o primeiro passo da Dedução Transcendental B, mesmo sob a consideração da natureza ativa do entendimento (nesse caso, não meramente), já seria suficiente para considerar a validade objetiva das categorias como completamente demonstrada. Isso seria possível pela seguinte razão: as categorias são as leis segundo as quais o múltiplo dado é reunido sob uma representação objetiva; uma vez, portanto, que não existe condição suplementar à alínea de abertura do §16, então bastaria que uma representação fosse acompanhada do *eu penso* para que pudesse ser conhecida. Nesse caso, sem a consideração suplementar das formas da sensibilidade, a apercepção transcendental seria a condição necessária e também suficiente do conhecimento de todo objeto.

A restrição que o §22 introduz e o §23 reitera é a de que a sensibilidade, por meio da qual os objetos podem ser dados, é limitada às condições específicas do espaço e do tempo. O mesmo é dizer que, dada a constituição cognitiva da mente humana, embora as representações objetivas do espaço e do tempo pressuponham uma síntese em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção, a realidade objetiva de suas representações,

isto é, o modo como os sentidos externo e interno se relacionam com os objetos, é de natureza distinta da unificação do múltiplo sensível sob uma unidade. Esses objetos que são dados nos sentidos, tal como afirma o §13, podem não ser nada para mim, mas podem ser dados em completa independência das funções lógicas do julgar (KrV, B122). Como consequência, a possibilidade da validade completa das categorias não consiste unicamente na unificação de um múltiplo dado em alguma sensibilidade, mas depende também da determinação das condições de aparecimento do múltiplo, que, em relação à sensibilidade humana, são representadas nas condições espaço-temporais.

Desse modo, o uso do entendimento, embora seja pura espontaneidade, quanto à realidade objetiva de suas representações, é circunscrito aos limites que a sensibilidade lhe impõe:

A proposição acima é da maior importância, pois ela determina os limites do uso dos conceitos puros do entendimento em vista dos objetos, tal como a Estética Transcendental determinou os limites da forma de nossa intuição sensível. Espaço e Tempo, como condições de possibilidade, como objetos podem nos ser dados, não valem além dos objetos dos sentidos, por conseguinte, da experiência para mim. Para além desses limites, eles não me representam nada, pois eles estão nos sentidos e, fora deles, não possuem realidade. Os conceitos puros do entendimento estão livres dessa limitação e estendem-se para objetos de uma intuição em geral, seja ela semelhante à nossa ou não, desde que seja sensível e não intelectual. Essa extensão ampliada dos conceitos sobre e além das nossa intuição sensível, entretanto, não nos ajuda em nada. Pois são como conceitos vazios de objeto, dos quais não podemos julgar se eles sequer uma vez possíveis ou não; são meras formas do pensamento, sem realidade objetiva, porque não temos nenhuma intuição à mão sobre a qual a unidade sintética da percepção, que somente aqueles contêm, possa se aplicar e pudesse, pois, determinar um objeto. Somente nossa intuição empírica pode lhes proporcionar sentido e significado⁶.

⁶*Der obige Satz ist von der größten Wichtigkeit; denn er bestimmt eben sowohl die Grenzen des Gebrauchs der reinen Verstandesbegriffe in Ansehung der Gegenstände, als die transzendente Ästhetik die Grenzen des Gebrauchs der reinen Form unserer sinnlichen Anschauung bestimmte. Raum und Zeit gelten, als Bedingungen der Möglichkeit, wie uns Gegenstände gegeben werden können, nicht weiter, als für Gegenstände der Sinne, mithin mir der Erfahrung. Über diese Grenzen hinaus stellen sie gar nichts vor, denn sie sind nur in den Sinnen und haben außer ihnen keine Wirklichkeit. Die reinen Verstandesbegriffe sind von dieser Einschränkung frei und erstrecken sich auf Gegenstände der Anschauung überhaupt, sie mag der unsrigen ähnlich sein oder nicht, wenn sie nur sinnlich und nicht intellektuell ist. Diese weitere Ausdehnung der Begriffe über unsere sinnliche Anschauung hinaus, hilft uns aber zu nichts. Denn es sind als dann leere Begriffe von Objekten, von denen, ob sie nur einmal möglich sind oder nicht, wir durch jene gar nicht urteilen können, bloße Gedankenformen ohne objektive Realität, weil wir keine Anschauung zur Hand haben, auf welche die synthetische Einheit der Apperzeption, die jene allein enthalten, angewandt*

(KrV, B148)

O §23 retoma a conclusão obtida no §22 e apenas esclarece que, uma vez que o uso das categorias está limitado às condições do espaço e do tempo, elas só adquirem realidade objetiva sob as mesmas condições *a priori* que restringem a sensibilidade em geral, ou seja, sob as formas puras do espaço e do tempo, pelas quais unicamente podem se aplicar a objetos dados na sensibilidade.

A esse respeito, porém, é importante destacar que o §23 esclarece a independência do entendimento em relação à sensibilidade. As categorias, como aplicação das funções lógicas do julgar ao múltiplo sensível, são independentes do modo como os objetos são dados, embora necessitem que eles sejam dados em alguma sensibilidade para adquirirem realidade objetiva. Portanto, mesmo que o entendimento seja distinto da sensibilidade, o seu uso objetivo está limitado a ela. Por conseguinte, é necessário esclarecer como os fundamentos da ligação em geral operam na sensibilidade, a fim de se demonstrar o papel da ligação na sensibilidade. Essa aplicação do entendimento à sensibilidade se dá por meio da imaginação como seu efeito. No argumento da Dedução Transcendental B, esse papel cabe ao §24.

3.4 A segunda etapa: a aplicação do entendimento à sensibilidade

O §24 desempenha um papel central no argumento da Dedução Transcendental B como um todo. Tal como indicado em seu título, ele tem a finalidade de demonstrar como as categorias se aplicam aos objetos dos sentidos em geral. Ao analisar o §24, Vleeschauwer (1937, pp.180-ss.) afirma que este parágrafo tem o objetivo de resgatar a tripla síntese da Dedução Transcendental A no argumento da Dedução Transcendental B..

werden, und sie so einen Gegenstand bestimmen könnten. Unsere sinnliche, und empirische Anschauung kann ihnen allein Sinn und Bedeutung verschaffen.

Essa proposta de leitura, que resgata a tripla síntese, parece justificar-se, porque o §24 efetivamente introduz a imaginação como faculdade de sínteses. Contudo, é importante observar que as três sínteses tratadas na Dedução Transcendental A estão presentes ao longo de toda Dedução Transcendental B, embora não de modo tão evidente quanto na primeira edição⁷. O §20, ao concluir que todo múltiplo em uma intuição dada tem de estar sob as categorias, contém em suas linhas uma síntese de reconhecimento no conceito, pois a unidade objetiva das representações só é possível pela unificação do múltiplo sob um conceito (§17) (KrV, B137). Em complemento a isso, a síntese de reprodução da imaginação não é tema exclusivo do §24, pois tanto o §18 quanto o §19 fazem alusão a ela (KrV, B140; B141). Também é possível destacar que o §26 trata da síntese de apreensão (KrV, B160).

Essa presença da tripla síntese ao longo de todo argumento da Dedução Transcendental B permite considerar dois pontos a seu respeito. O primeiro ponto é o de que as sínteses não consistem precisamente em três atividades distintas, mas sim em três registros distintos de uma mesma atividade: a ligação do entendimento. No §15, Kant afirmou que, sob a noção de ligação, encontram-se três outras: a noção de múltiplo, a noção de síntese do múltiplo e a noção de unidade do múltiplo. Cada uma dessas noções circunscreve um registro de aplicação da mesma atividade. A unidade originária, como unidade sintética, é resultado do ato de ligar em consideração ao próprio entendimento como faculdade meramente ativa; a noção de síntese diz respeito à esfera de atualização desse mesmo ato na sensibilidade mediante a imaginação; e a noção de múltiplo, embora ele possa ser dado independentemente das funções lógicas do julgar, implica um ato unificador mediante o qual o múltiplo possa ser representado como tal.

O segundo ponto tem relação com a interpretação de Vleeschauwer (1937). Se o comentarista atribui ao §24 a função de resgatar a tripla síntese, isso se deve em larga medida a ser o §24, que dá o primeiro passo para demonstrar o modo como os fundamentos da ligação em geral se aplicam à sensibilidade. No §24, por meio da relação de fundamento

⁷Nesse ponto, é importante destacar que Longuenesse (1993, p.59) compreende que a Dedução Transcendental B começa no ponto que se encerra a Dedução Transcendental A. Logo, a tripla síntese seria um pressuposto fundamental para o desenvolvimento do argumento da 2ª edição

entre o entendimento e a imaginação, demonstra-se que o ato de ligar algo na sensibilidade também tem por princípio os mesmos fundamentos da ligação em geral.

O §24 possui uma divisão estabelecida pelo próprio Kant. Na primeira parte, o §24 trata exatamente dessa relação entre o entendimento e a imaginação, cabendo à segunda metade sanar um possível paradoxo que possa surgir ao leitor – confundir a apercepção transcendental com o sentido interno (KrV, B152-ss.). Como o objetivo pretendido aqui consiste em analisar as unidades sintéticas do espaço e do tempo, a análise que se segue se concentra apenas na primeira parte.

A primeira parte do §24 é dividida em três alíneas. Na primeira alínea, Kant retoma os resultados obtidos nos §22-23, em que a oposição entre sensibilidade e entendimento é reconsiderada com base nas condições específicas da sensibilidade humana. Na segunda alínea, Kant retoma a oposição dos dois passos em relação à distinção entre síntese intelectual e síntese figurativa, esclarecendo que a síntese figurativa opera na sensibilidade humana sob os mesmo fundamento da síntese intelectual. Por fim, à terceira alínea cabe esclarecer os fundamentos dessa relação entre a ligação em geral e a síntese da imaginação.

O §24 tem início do seguinte modo:

Os conceitos puros do entendimento referem-se a objetos de uma intuição em geral pelo mero entendimento, ficando indeterminado se ela é nossa ou de algum outro, desde que seja sensível; são, porém, por essa razão, meras *formas do pensamento*, por meio das quais ainda nenhum objeto determinado é conhecido. A síntese ou ligação do múltiplo neles refere-se meramente à unidade da apercepção e foi, por essa razão, fundamento de possibilidade da cognição *a priori*, na medida em que consiste no entendimento, e, por meio disso, não somente transcendental, mas também puramente intelectual. Como, porém, encontram-se *a priori* em nós conhecidas formas da intuição sensível por fundamento, as quais consistem na receptividade da faculdade de representação (sensibilidade), então o entendimento, como espontaneidade, pode determinar o sentido interno conforme a unidade sintética da apercepção por meio do múltiplo de representações dadas, e, assim, pensar *a priori* a unidade sintética da apercepção do múltiplo da *intuição sensível* como a condição sob a qual todos os objetos de nossa (a humana) intuição tem de permanecer necessariamente. Por essa razão, portanto, as categorias, como meras formas do pensamento, obtêm realidade objetiva, isto é, aplicação a objetos que podem ser dados a nós na intuição, mas apenas enquanto fenômenos; pois só somos *a priori* capazes destes na intuição⁸. (KrV, B150-151)

⁸*Die reinen Verstandesbegriffe beziehen sich durch den bloßen Verstand auf Gegenstände der Anschau-*

Nos §§22-23, Kant demonstrou que não basta ao entendimento determinar um múltiplo dado. Como a receptividade humana está sujeita às condições formais do espaço e do tempo, ele, como faculdade de ligar representações, deve operar também sobre essas formas. No §24, Kant anuncia a relação do entendimento ao múltiplo sensível mediante o sentido interno.

Uma questão importante do §24 decorre dos motivos que levam Kant, nesse parágrafo, a centralizar a questão da validade objetiva das categorias em relação apenas ao tempo. Na Estética Transcendental, o espaço e o tempo são apresentados como correlatos, inclusive, servindo-se do mesmo expediente expositivo no que diz respeito às suas representações como dadas *a priori* (exposição metafísica) e sua possibilidade em relação a outros conhecimentos *a priori* (exposição transcendental). Por que razão, então, Kant centraliza o argumento do §24 na relação com o tempo?

Uma saída possível para essa questão está em considerar que o tempo possui um registro representacional mais amplo que o do espaço:

O tempo é a condição formal *a priori* de todos os fenômenos em geral. O espaço, como a forma pura de toda intuição externa, é limitado à condição *a priori* apenas dos fenômenos externos. [...] ⁹. (KrV, A34/B50)

Portanto, tudo que pode ser dado ao sentido externo tem um correlato no sentido interno enquanto que, no sentido interno, são possíveis representações sem correlato externo.

ung überhaupt, unbestimmt ob sie die unsrige oder irgendeine andere, doch sinnliche, sei, sind aber eben darum bloße Gedankenformen, wodurch noch kein bestimmter Gegenstand erkannt wird. Die Synthesis oder Verbindung des Mannigfaltigen in denselben, bezog sich bloß auf die Einheit der Apperzeption, und war dadurch der Grund der Möglichkeit der Erkenntnis a priori, sofern sie auf dem Verstande beruht, und mithin nicht allein transzendental, sondern auch bloß rein intellektual. Weil in uns aber eine gewisse Form der sinnlichen Anschauung a priori zum Grunde liegt, welche auf der Receptivität der Vorstellungsfähigkeit (Sinnlichkeit) beruht, so kann der Verstand, als Spontaneität, den inneren Sinn durch das Mannigfaltige gegebener Vorstellungen der synthetischen Einheit der Apperzeption gemäß bestimmen, und so synthetische Einheit der Apperzeption des Mannigfaltigen der sinnlichen Anschauung a priori denken, als die Bedingung, unter welcher alle Gegenstände unserer (der menschlichen) Anschauung notwendigerweise stehen müssen, dadurch denn die Kategorien, als bloße Gedankenformen, objektive Realität, d. i. Anwendung auf Gegenstände, die uns in der Anschauung gegeben werden können, aber nur als Erscheinungen bekommen; denn nur von diesen sind wir der Anschauung a priori fähig.

⁹*Die Zeit ist die formale Bedingung a priori aller Erscheinungen überhaupt. Der Raum, als die reine Form aller äußeren Anschauung ist als Bedingung a priori bloß auf äußere Erscheinung eingeschränkt. [...]*

Desse modo, Kant não sugere uma anterioridade do tempo em relação ao espaço, mas apenas que, por meio do que se aplica ao tempo, pode-se obter os mesmos resultados em analogia com o espaço¹⁰. Uma interpretação pela centralidade do tempo no §24 ganha mais força quando se considera a natureza da síntese na imaginação. A atividade da imaginação fica mais evidente por meio de sua atuação no tempo. Esse ponto será visto mais adiante, quando se tratar da terceira alínea.

Esclarecido esse ponto, ainda que provisoriamente, é possível passar para a análise da segunda alínea. Além de retomar o passo dos §§22-23 sob a perspectiva da relação do entendimento com o tempo, um passo novo do §24 é a rearticulação do seu argumento em função das síntese intelectual e síntese figurativa, expressa na segunda alínea:

Essa *síntese* do múltiplo da intuição sensível, que é *a priori* possível e necessária, pode ser nomeada de *figurativa* (*synthesis speciosa*), em distinção daquela em vista do múltiplo de uma intuição em geral que foi pensada na mera categoria e que se chama ligação do entendimento (síntese intelectual); ambas são *a priori* não apenas porque se sucedem [*vorgehen*] *a priori*, mas também porque fundam *a priori* a possibilidade dos outros conhecimentos¹¹. (KrV, B151)

Conforme já tratado no Capítulo 1 desta tese, a passagem em questão reorganiza o argumento da Dedução Transcendental B em função não mais das representações cujo múltiplo é unificado, mas da atividade que unifica o múltiplo dado. Enquanto uma síntese intelectual (ligação do entendimento) liga o múltiplo sensível de uma intuição em geral, a síntese que unifica o múltiplo sensível humano recebe o nome de figurativa. É importante notar que, sob a perspectiva da mera intuição, é difícil explicar a razão pela qual o segundo passo não decorre de modo trivial do primeiro. No primeiro passo, ao tratar da intuição em

¹⁰É importante destacar que existem outras possibilidades interpretativas, pois, mesmo ainda na Dedução Transcendental B, Kant afirma que o tempo é representado como uma linha traçada no espaço. Aqui, porém, não se opta tratar pela relação do espaço com o tempo, mas tão somente esclarecer a relação do entendimento com essas representações.

¹¹*Diese Synthesis des Mannigfaltigen der sinnlichen Anschauung, die a priori möglich und notwendig ist, kann figürlich (synthesis speciosa) genannt werden, zum Unterschiede von derjenigen, welche in Ansehung des Mannigfaltigen einer Anschauung überhaupt in der bloßen Kategorie gedacht wurde, und Verstandesverbindung (synthesis intellectualis) heißt; beide sind transzendental, nicht bloß weil sie selbst a priori vorgehen, sondern auch die Möglichkeit anderer Erkenntnis a priori gründen.*

geral, Kant tinha por objetivo demonstrar o fundamento do ato de unificação do múltiplo a partir do entendimento como faculdade meramente ativa. Agora, no segundo passo, ele demonstra como esse ato é operado na sensibilidade e sob os modos específicos como o múltiplo é dado na sensibilidade humana: o espaço e o tempo.

Allison (2015, p.379) compreende que, no primeiro passo da prova, a unidade originário-sintética da apercepção é a condição necessária e suficiente da unidade da intuição. Sob essa compreensão, é possível interpretar que a restrição apresentada nos §§22-23 e considerada por intermédio de uma síntese figurativa, no §24, possa decorrer não da mesma atividade, mas de duas atividades distintas: no primeiro passo, trata-se de uma atividade da qual o entendimento contém as condições necessárias e suficientes; em oposição, no segundo passo, o entendimento conteria as condições apenas necessárias da síntese. É preciso tomar cuidado com esse tipo de interpretação, porque, como já foi tratado, síntese intelectual e a síntese figurativa são expressões distintas da mesma atividade: da ligação em geral. No caso da síntese intelectual, observa-se essa atividade a partir do seu fundamento intelectual, isto é, da unidade originário-sintética da apercepção e das categorias; em contrapartida, no caso da síntese figurativa, observa-se como esse fundamento é aplicado às condições específicas da sensibilidade humana, o que não foi colocado no primeiro passo.

No início do §24, Kant afirma o caráter suficiente da unidade originário-sintética da apercepção apenas enquanto fundamento do ato de ligação, mas não da ligação de um múltiplo. Para ligar o múltiplo, é necessário que esse múltiplo seja dado ao entendimento. No §§22-23, demonstrou-se que a condição desse múltiplo poder ser dado é estabelecida pelo espaço e pelo tempo. O espaço e o tempo são, tal como definidos na Estética Transcendental, aquilo que possibilita que o múltiplo seja ordenado. Em outros termos, são eles, enquanto formas da intuição, que possibilitam que o múltiplo possa ser ligado de determinada maneira (KrV, A20/B34). O ato de ligar, portanto, na medida em que ocorre na sensibilidade humana, está sujeito ao espaço e ao tempo. Por conseguinte, a síntese figurativa, como o ato da ligação no espaço e no tempo, nada mais é do que a síntese intelectual sob as condições da sensibilidade humana.

Como consequência, o registro da síntese figurativa deve ser dividido com base na ligação

do múltiplo no espaço e no tempo, o que corresponde a seu uso empírico, enquanto que também deve ser considerada com relação ao múltiplo puro do próprio espaço e do próprio tempo. Nesse segundo caso, ela recebe o nome de síntese transcendental da imaginação:

Apenas a síntese figurativa, quando se refere à unidade originário-sintética da apercepção, isto é, à unidade transcendental que é pensada nas categorias, tem de chamar-se de *síntese transcendental da imaginação*, para diferenciar-se da mera ligação intelectual. *Imaginação* é a faculdade de se representar objetos na intuição também *sem* a sua presença. Ora, visto que toda intuição nossa é sensível, então a imaginação pertence à *sensibilidade*, devido à condição subjetiva sob a qual ela exclusivamente pode dar aos conceitos do entendimento uma intuição correspondente; na medida em que, porém, a sua síntese é um exercício da espontaneidade – que é determinante, e não como o sentido, que é meramente determinável –, por meio do que pode determinar *a priori* o sentido de sua forma em conformidade à unidade da apercepção, então a imaginação é a faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade; e sua síntese das intuições, *em conformidade às categorias*, tem de ser a síntese transcendental da imaginação, que é um efeito do entendimento na sensibilidade e que é a primeira aplicação sua (ao mesmo tempo o fundamento de todas as demais) a objetos da intuição possível para nós. Como figurada, ela é diferente da síntese intelectual meramente por meio do entendimento e sem qualquer imaginação. Na medida em que a imaginação é espontaneidade, algumas vezes, a nomeio também de *imaginação produtiva* e a diferencio, com isso, da *reprodutiva*, cuja a síntese está sujeita tão somente a leis empíricas, a saber, àquelas da associação; e que, a partir disso, em nada contribui para a explicação da possibilidade do conhecimento a priori; e conseqüentemente [*deswillen*] não pertencem à filosofia transcendental, mas à psicologia¹². (KrV, B151-152)

¹² *Allein die figürliche Synthesis, wenn sie bloß auf die ursprünglich synthetische Einheit der Apperzeption, d. i. diese transzendentale Einheit geht, welche in den Kategorien gedacht wird, muß, zum Unterschiede von der bloß intellektuellen Verbindung, die transzendentale Synthesis der Einbildungskraft heißen. Einbildungskraft ist das Vermögen, einen Gegenstand auch ohne dessen Gegenwart in der Anschauung vorzustellen. Da nun alle unsere Anschauung sinnlich ist, so gehört die Einbildungskraft, der subjektiven Bedingung wegen, unter der sie allein den Verstandesbegriffen eine korrespondierende Anschauung geben kann, zur Sinnlichkeit; sofern aber doch ihre Synthesis eine Ausübung der Spontaneität ist, welche bestimmend, und nicht, wie der Sinn, bloß bestimmbar ist, mithin a priori den Sinn seiner Form nach der Einheit der Apperzeption gemäß bestimmen kann, so ist die Einbildungskraft sofern ein Vermögen, die Sinnlichkeit a priori zu bestimmen, und ihre Synthesis der Anschauungen, den Kategorien gemäß, muß die transzendentale Synthesis der Einbildungskraft sein, welches eine Wirkung des Verstandes auf die Sinnlichkeit und die erste Anwendung desselben (zugleich der Grund aller übrigen) auf Gegenstände der uns möglichen Anschauung ist. Sie ist, als figürlich, von der intellektuellen Synthesis ohne alle Einbildungskraft bloß durch den Verstand unterschieden. Sofern die Einbildungskraft nun Spontaneität ist, nenne ich sie auch bisweilen die produktive Einbildungskraft, und unterscheide sie dadurch von der reproduktiven, deren Synthesis lediglich empirischen Gesetzen, nämlich denen der Assoziation, unterworfen ist, und welche daher zur Erklärung der Möglichkeit der Erkenntnis a priori nichts beiträgt, und um deswillen nicht in die Transzendentalphilosophie, sondern in die Psychologie gehört.*

A passagem em questão estabelece o elo que conecta os dois passos da Dedução Transcendental B. A chave dessa conexão se dá com o reconhecimento da imaginação como a faculdade que determina a sensibilidade, segundo sua forma e em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção. Esse reconhecimento é possível, pois a imaginação é uma faculdade que tem relação com a sensibilidade e com entendimento ao mesmo tempo.

A imaginação é definida como a faculdade de representar objetos também sem sua presença. Para se esclarecer melhor essa atividade inerente à imaginação, convém retomar a definição de síntese de reprodução, contida na Dedução Transcendental A.

De fato, é uma lei meramente empírica aquela segundo a qual representações que frequentemente se seguiram ou se acompanharam, por fim, relacionam-se entre si; e mediante isso encontram-se em uma concatenação segundo a qual, também sem a presença do objeto, uma dessas representações produz uma passagem da mente a outra segundo uma regra constante. Essa lei de reprodução pressupõe, porém, que os próprios fenômenos estejam realmente submetidos a tal regra e que, nos múltiplos de suas representações, se encontre um acompanhamento ou uma sucessão em conformidade a determinada regra, pois, sem isso, nossa imaginação empírica nunca receberia algo que fazer em conformidade com sua faculdade, portanto, permaneceria secreta, como uma faculdade morta e para nós desconhecida no interior da mente. [...] ¹³ (KrV, A100)

A definição de imaginação empírica, ou reprodutiva, exposta na Dedução Transcendental A, permite esclarecer o modo como essa faculdade opera. A imaginação é a faculdade que, na presença de uma representação, realiza a passagem de uma para outra. Na imaginação reprodutiva, essa passagem ocorre sob o pressuposto de uma relação real entre fenômenos. No caso da imaginação produtiva, como os seus fundamentos encontram lugar anteriormente a toda experiência, a relação de representações tem de ser pensada sob o pressuposto da unidade originário-sintética da apercepção, isto é, segundo as leis prescritas pelas categorias. Essa atividade originária da imaginação produtiva chama-se síntese

¹³ *Es ist zwar ein bloß empirisches Gesetz, nach welchem Vorstellungen, die sich oft gefolgt oder begleitet haben, miteinander endlich vergesellschaften, und dadurch in eine Verknüpfung setzen, nach welcher, auch ohne die Gegenwart des Gegenstandes, eine dieser Vorstellungen einen Übergang des Gemüts zu der anderen, nach einer beständigen Regel, hervorbringt. Dieses Gesetz der Reproduktion setzt aber voraus: daß die Erscheinungen selbst wirklich einer solchen Regel unterworfen seien, und daß in dem Mannigfaltigen ihrer Vorstellungen eine, gewissen Regeln gemäße, Begleitung, oder Folge stattfinde; denn ohne das würde unsere empirische Einbildungskraft niemals etwas ihrem Vermögen Gemäßes. [...]*

transcendental da imaginação.

A imaginação produtiva, portanto, relaciona-se com a imaginação reprodutiva do mesmo modo como a apercepção transcendental se relaciona com a apercepção empírica. Essa proporção das relações, em que a atividade da imaginação se dá tal como a atividade do entendimento, fica clara a partir de outra passagem da Dedução Transcendental A:

A unidade da apercepção em relação à síntese da imaginação é o entendimento e precisamente essa mesma unidade, em relação à síntese transcendental da imaginação, é o entendimento puro. Portanto, no entendimento, estão as cognições puras a priori, que contém a unidade necessária da síntese pura da imaginação em vista de todo fenômeno possível. Essas são as categorias, isto é, conceitos puros do entendimento; conseqüentemente, a faculdade empírica de cognição dos homens contém necessariamente um entendimento que se relaciona com todos os objetos dos sentidos, embora apenas por meio da intuição e da sua síntese mediante a imaginação, sob o que estão, portanto, todos os fenômenos, como dados em uma experiência possível. Ora, visto que essa relação dos fenômenos com a experiência possível é necessária (porque, sem isso, não receberíamos nenhuma cognição e, por conseguinte, nada diria respeito a nós), então, se segue, que o entendimento puro seja, por meio das categorias, um princípio formal e sintético de toda a experiência e os fenômenos tenham uma relação necessária com o entendimento¹⁴. (KrV, A119)

Como consequência, a imaginação produtiva pode ser compreendida como o efeito da própria apercepção transcendental na sensibilidade. A síntese transcendental da imaginação, como consequência, é a expressão sensível da ligação em geral na sensibilidade. Por conseguinte, torna-se possível compreender que o fundamento apresentado no primeiro passo é atualizado na sensibilidade por meio da imaginação produtiva. Desse modo, torna-se possível esclarecer como se dá a relação do múltiplo sensível com a apercepção

¹⁴Die Einheit der Apperzeption in Beziehung auf die Synthesis der Einbildungskraft ist der Verstand, und eben dieselbe Einheit, beziehungsweise auf die transzendente Synthesis der Einbildungskraft, der reine Verstand. Also sind im Verstande reine Erkenntnisse a priori, welche die notwendige Einheit der reinen Synthesis der Einbildungskraft, in Ansehung aller möglichen Erscheinungen, enthalten. Dieses sind aber die Kategorien, d. i. reine Verstandesbegriffe, folglich enthält die empirische Erkenntniskraft des Menschen notwendig einen Verstand, der sich auf alle Gegenstände der Sinne, obgleich nur vermittelt der Anschauung, und der Synthesis derselben durch Einbildungskraft bezieht, unter welchen also alle Erscheinungen, als Data zu einer möglichen Erfahrung stehen. Da nun diese Beziehung der Erscheinungen auf mögliche Erfahrung ebenfalls notwendig ist, (weil wir ohne diese gar keine Erkenntnis durch sie bekommen würden, und sie uns mithin gar nichts angingen) so folgt, daß der reine Verstand, vermittelt der Kategorien, ein formales und synthetisches Prinzipium aller Erfahrungen sei, und die Erscheinungen eine notwendige Beziehung auf den Verstand haben.

transcendental por meio das determinações do espaço e do tempo.

3.5 A terceira etapa: o fundamento transcendental da apreensão

Com base no que foi apresentado no §24, é possível verificar que existe uma relação fundamental que se expressa em diversos registros da atividade cognitiva. No primeiro passo, observou-se como a apercepção empírica é trazida sob a apercepção transcendental, isto é, como a apercepção empírica ganha validade objetiva. No §24, demonstrou-se, uma vez que a imaginação é efeito do entendimento na sensibilidade, que a relação entre imaginação reprodutiva e imaginação produtiva se dá do mesmo modo que a relação entre a apercepção empírica e a apercepção transcendental, pois o entendimento, em relação à síntese da imaginação, é a apercepção e o entendimento puro em relação à síntese transcendental da imaginação é a apercepção transcendental.

Tomando-se como base a exposição da tripla síntese da Dedução Transcendental A, pode-se considerar que o §26 tem a finalidade de trazer essa relação para o registro da apreensão, de modo a dar o acabamento à prova completa da validade objetiva das categorias e fazer convergir o argumento do segundo passo aos resultados obtidos no primeiro. Em outros termos, no §26 deve ser demonstrado como a relação entre a apercepção empírica e a apercepção transcendental ganha contornos na apreensão do múltiplo.

A mesma comparação com a Dedução Transcendental A pode ser verificada ainda no §21, quando Kant estabelece uma analogia entre a relação da apercepção empírica com a apercepção transcendental e a relação da intuição empírica com a intuição sensível pura:

Um múltiplo que está contido em uma intuição que nomeio de minha é representado como pertencente à unidade *necessária* da autoconsciência por meio da síntese do entendimento e essa ocorre por meio da categoria. Essa assinala que a consciência empírica de um múltiplo dado em uma intuição está sob uma autoconsciência pura *a priori* precisamente tal como a intuição empírica está

sob uma [intuição] sensível pura, que do mesmo modo tem lugar *a priori*. [...] ¹⁵.
(KrV, B144)

Segundo o §21, a intuição empírica está para a intuição sensível pura do mesmo modo que a consciência empírica está para a autoconsciência originária. Essa afirmação anuncia, no primeiro passo, os resultados que só serão suficientemente esclarecidos no §26. Todavia, essa afirmação é possível já no §21 por conta das afirmações contidas no §18, em que Kant esclarece as diferenças entre a unidade subjetiva e unidade objetiva da consciência.

A *unidade transcendental* da apercepção é aquela por meio da qual o múltiplo dado em uma intuição é unificado no conceito de objeto. Ela se chama, por essa razão, de *objetiva* e deve ser diferenciada da *unidade subjetiva da consciência*, que é a determinação do sentido interno por meio da qual aquele múltiplo da intuição é dado *empiricamente* a uma tal ligação. Que eu possa ser-me consciente do múltiplo como simultâneo ou sucessivo, isso é algo que depende das circunstâncias ou das condições empíricas. Por isso, a unidade empírica da consciência, por meio da associação das representações, diz ela própria a um fenômeno e é completamente contingente. Em contrapartida, a forma da intuição no tempo, meramente como intuição em geral que contém um múltiplo, submete-se à unidade originária da consciência pura e simplesmente mediante a relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso*; portanto, mediante a síntese pura do entendimento, que reside *a priori* como fundamento da empírica. Somente aquela unidade é válida objetivamente. A unidade empírica da apercepção, que não levamos em consideração aqui, e que também só é derivada da primeira sob condições dadas *in concreto*, tem validade apenas subjetiva. Um liga a representação de uma certa palavra com uma coisa, outro, com uma outra coisa; e a unidade da consciência no que é empírico não é necessária e válida universalmente com relação ao que é dado. (KrV, B139-140)

O §18 integra-se ao argumento do primeiro passo da Dedução Transcendental B na medida em que esclarece uma relação que possa não ter ficado evidente no §17. Ele define a unidade transcendental da autoconsciência como unidade objetiva da consciência. Essa definição esclarece que o fundamento de toda unidade objetiva reside na relação necessária do múltiplo de uma intuição a um *eu penso*. Essa consideração, porém, já poderia ter sido

¹⁵ *Ein Mannigfaltiges, das in einer Anschauung, die ich die meinige nenne, enthalten ist, wird durch die Synthesis des Verstandes als zur notwendigen Einheit des Selbstbewußtseins gehörig vorgestellt, und dieses geschieht durch die Kategorie. Diese zeigt also an: daß das empirische Bewußtsein eines gegebenen Mannigfaltigen Einer Anschauung eben sowohl unter einem reinen Selbstbewußtsein a priori, wie empirische Anschauung unter einer reinen sinnlichen, die gleichfalls a priori statt hat, stehe. [...]*

extraída dos parágrafos anteriores.

É importante atentar para esse ponto, porque a real contribuição do §18 é antecipar os resultados do segundo passo no primeiro. Isso ocorre devido à relação do múltiplo contido nas formas da intuição com a unidade originário-sintética da apercepção. Como consequência, o §18 antecipa no primeiro passo que as intuições empíricas são relacionadas à unidade objetiva da consciência quando são acompanhadas das representações do espaço e do tempo: “encontra-se no tempo a forma da intuição meramente como intuição em geral, que contém um múltiplo sob a unidade originária da consciência, pura e simplesmente mediante uma relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso*”. Por essa razão, torna-se possível afirmar que, no §21, a relação da intuição empírica com a intuição sensível pura é exercida nos mesmos moldes da relação da apercepção empírica com a apercepção transcendental.

Com base na antecipação do §18, torna-se mais clara a função do §26 na economia argumentativa da Dedução Transcendental B. Ele serve para esclarecer a relação tratada no §18, demonstrando como a referência do tempo (e do espaço) a um *eu penso* se torna possível. Para isso, foi necessário esclarecer também o modo como o entendimento rege a síntese do múltiplo sensível (§24).

Ao §26, portanto, cabem três partes fundamentais: (1) a definição de síntese de apreensão; (2) a prova da validade objetiva das categorias em relação ao dado sensível; (3) e a questão das unidades sintéticas do espaço e do tempo, que são tratadas na nota de B160-1.

A primeira parte consiste na seguinte passagem:

Antes de tudo, observo que compreendo por a *síntese* da *apreensão* a composição do múltiplo em uma intuição empírica, por meio do que a percepção, isto é, a consciência empírica desta (como fenômeno) se torna possível¹⁶. (KrV, B160)

Tomando como base a passagem supracitada do §21, é possível compreender a definição de síntese de apreensão do §26 como um esclarecimento que permite relacionar a intuição

¹⁶ *Zuvörderst merke ich an, daß ich unter der Synthesis der Apprehension die Zusammensetzung des Mannigfaltigen in einer empirischen Anschauung verstehe, dadurch Wahrnehmung, d. i. empirisches Bewußtsein derselben, (als Erscheinung) möglich wird.*

empírica à apercepção empírica. Na passagem em questão, a apercepção empírica, isto é, a consciência empírica da intuição, só é possível mediante a síntese de apreensão.

O §10, quando apresentou a síntese como uma atividade da imaginação, definiu-a como o ato de juntar representações umas às outras e concebê-las em uma cognição. Concebê-las, no alemão, “*begreifen*”, contém a mesma raiz do termo conceito: “*Begriff*”. Logo, é razoável interpretar a atividade sintética em geral como o ato de reunir um múltiplo sob um conceito. Seguindo essa linha interpretativa, então, é possível compreender o ato da síntese de apreensão como a atividade de reconhecer um múltiplo em um conceito. No caso da definição contida no §26, essa atividade dá a apreensão empírica do múltiplo.

Do mesmo modo como se dão a relação entre apercepção empírica e apercepção transcendental e a relação entre imaginação reprodutiva (síntese figurativa) e imaginação produtiva (síntese transcendental da imaginação), se dá também a relação entre apreensão empírica e apreensão originária, que, no §26, é assinalada por meio das representações do espaço e do tempo como intuições:

Possuímos *formas a priori* tanto da intuição sensível externa como da interna nas representações de espaço e de tempo; e a essas sempre tem de ser conforme a síntese de apreensão do múltiplo do fenômeno, pois ele só pode acontecer por meio dessas formas. Porém, espaço e tempo não são representados *a priori* meramente como *formas*, mas como intuições mesmas (que contêm um múltiplo); e, assim, com a determinação da *unidade* desse múltiplo nelas (*cf.* Estética Transcendental). Portanto, a *unidade da síntese* do múltiplo, fora de nós ou em nós, por meio do que também uma *ligação* de tudo que deve ser representado como determinado no espaço e no tempo, já é dada *a priori* como condição da síntese de toda *apreensão* em concomitância [*zugleich*] com (não em) essas intuições. Essa unidade sintética, porém, não pode ser outra senão a da ligação do múltiplo de uma *intuição em geral* dada em uma consciência originária, conforme às categorias, apenas aplicada a nossa *intuição sensível*. Consequentemente, toda síntese, por meio da qual a própria percepção se torna possível, está sob as categorias e, visto que a experiência é cognição por meio de percepções concatenadas, então as categorias são condições de possibilidade da experiência e, desse modo, também valem *a priori* a todos objetos da experiência. (KrV, B160-161)

A passagem acima, que dá a conclusão geral da Dedução Transcendental B, tem como finalidade demonstrar que o fundamento que rege a ligação em geral, ou seja, o fundamento que rege a relação da apercepção empírica com a apercepção transcendental também rege

a apreensão em geral dos objetos. Essa relação, na apreensão, porém, ocorre na medida em que o espaço e o tempo são unificados em relação à unidade originário-sintética da apercepção.

A esse respeito, é importante destacar alguns pontos. O primeiro deles é a afirmação de que o espaço e o tempo não são representados como formas da intuição, mas como intuições mesmas, que pressupõem uma unidade sintética do múltiplo: “[...] espaço e tempo não são representados *a priori* meramente como *formas*, mas como intuições mesmas (que contêm um múltiplo) [...]”. Essa questão será tratada em maior detalhe no próximo capítulo, contudo, por ora, é importante assinalar que a consecução da prova da validade objetiva das categorias impõe as unidades sintéticas do espaço e do tempo como condições necessárias da apreensão de todo múltiplo sensível sob uma unidade objetiva.

Tomando-se por base a relação da apercepção empírica com a apercepção transcendental, tal como assinalada no §16, a representação do ato originário, *eu penso*, não acompanha necessariamente todas as representações, mas simplesmente tem de acompanhar. A necessidade da possibilidade indica, por um lado, que apercepções empíricas podem ocorrer sem referência à apercepção transcendental. Entretanto, sob esta condição, as apercepções empíricas consistem tão somente em um conjunto de consciências dispersas. Por outro lado, o fato de terem de poder ser acompanhadas pelo *eu penso* assinala que a elas subjaz a unidade originária do próprio sujeito, da qual a própria unificação empírica depende; embora ela não tenha sido expressa como correspondente a um objeto. Essa relação, porém, na esfera da apreensão parece ocorrer de modo mais complexo.

É importante observar que o múltiplo sensível é dado no espaço e no tempo como condições de ordenamento da sensibilidade. Tal como exigido no §26, as representações do espaço e do tempo são determinadas sob a regência direta da unidade originário-sintética da apercepção. Sob essas condições, tende-se a considerar a apreensão meramente empírica, isto é, a apreensão dispersa, como algo impossível. Em outros termos, uma vez que o espaço e o tempo são representados em relação à unidade originário-sintética da apercepção, isto é, decorrem sempre da determinação objetiva da consciência, então, uma unidade subjetiva do múltiplo empírico, tal como expresso no §18, parece ser algo impossível.

Esse problema, entretanto, é sanado por um detalhe do argumento. Kant afirma que: “a *unidade da síntese* do múltiplo, fora de nós ou em nós, por meio do que também uma *ligação* de tudo que deve ser representado como determinado no espaço e no tempo, já é dada *a priori* como condição da síntese de toda *apreensão* em concomitância *com (não em)*¹⁷ essas intuições”. Nessa citação, verifica-se que a unidade sintética da apreensão não é dada no espaço e no tempo, mas *com* o espaço e o tempo. Essa afirmação, portanto, assinala uma espécie de paralelismo na determinação do múltiplo sensível. Por um lado, o múltiplo é dado no espaço e no tempo enquanto sentidos externo e interno, contidos nas formas da intuição. Por outro, a sua unidade objetiva é determinada na medida em que a sua apreensão, como forma da intuição, ocorre conjuntamente com a determinação do múltiplo puro do espaço e do tempo em relação à unidade originário-sintética da percepção. Por conseguinte, a unidade objetiva da apreensão sensível ocorre com base no acompanhamento da unidade objetiva do próprio espaço e do próprio tempo.

A esse respeito, Kant vê a necessidade de esclarecer, em nota, a natureza objetiva das próprias representações do espaço e do tempo:

O espaço representado como *objeto* (como é efetivamente requerido pela geometria) contém mais que a mera forma da intuição, a saber, a reunião (*Zusammenfassung*) do múltiplo em uma representação intuitiva, dado segundo a forma da sensibilidade, de maneira que a *forma da intuição* dá o mero múltiplo, [enquanto], porém, a *intuição formal* dá a unidade da representação. Na *Estética*, havia considerado [*gezählt*] essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, por meio da qual, porém, todos os conceitos de espaço e tempo tornam-se possíveis em primeiro lugar. Pois, visto que por meio dela (na medida em que o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são dados como intuições, então a unidade dessa intuição pertence *a priori* ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento (§24). (KrV, B160-161)

A nota de B160-1 tem sido amplamente debatida sobretudo por uma dificuldade que encerra: o espaço e o tempo são representados unicamente por meio de uma síntese – “[...] visto que por meio dela [síntese] (quando o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são dados como intuições [...]”. A referência contida ao final da nota

¹⁷Grifo nosso

de B160-1 indica que a determinação que proporciona as representações do espaço e do tempo foram esclarecidas no §24. A referência ao §24 retoma a passagem que trata da síntese transcendental da imaginação: “a síntese figurada, quando ela ocorre meramente em relação à unidade originária da apercepção, isto é, essa unidade transcendental que é pensada nas categorias, à diferença da mera ligação intelectual, tem de ser chamada de *síntese transcendental da imaginação* [...]”. Com base nessa referência, então, cabe a interpretação de que o espaço e o tempo são representados como intuições formais sob a atividade de uma síntese transcendental da imaginação.

Conforme visto na seção anterior, a síntese transcendental da imaginação é a atividade da imaginação na sensibilidade sob regência direta da apercepção transcendental. Portanto, a nota de B160-1 afirma que as representações do espaço e do tempo são determinadas, quando o múltiplo dos sentidos interno e externo são ligados em conformidade com a unidade inerente ao ato da apercepção transcendental. Em outros termos, o espaço é a representação decorrente do ato da apercepção transcendental no sentido externo e o tempo é decorrente do ato da apercepção transcendental no sentido interno.

Essa conclusão esclarece, também, a afirmação antecipada no primeiro passo pelo §18, quando Kant afirma que a unidade objetiva do múltiplo sensível ocorre por meio da referência do múltiplo da forma em relação a um *eu penso*. Como consequência, a expressão contida na alínea de abertura do §16, de que o *eu penso* tem de poder acompanhar todas as minhas representações, no segundo passo, traduz-se por algo como “a representação do tempo (e do espaço) tem de poder acompanhar todas as minhas representações empíricas, do contrário, ou elas não são ou ao menos não são para mim”.

A prova completa da validade objetiva das categorias em relação ao dado sensível é obtida em três níveis. O primeiro nível, ao que corresponde o objetivo de todo o primeiro passo, consiste em demonstrar que a apercepção empírica só adquire unidade objetiva em

relação à unificação do múltiplo sensível segundo a apercepção transcendental, que confere a unidade objetiva às representações. No segundo nível, essa relação encontra expressão no registro da imaginação, na medida em que a síntese figurativa empírica é acompanhada da síntese transcendental da imaginação. No terceiro nível, o da apreensão sensível, essa relação se dá uma vez que a síntese de apreensão do múltiplo empírico é acompanhado pela unificação das próprias representações do espaço e do tempo pela síntese transcendental da imaginação, isto é, pela apercepção transcendental.

Essa relação esclarece como é possível a validade objetiva das categorias em vista da sensibilidade humana. O objeto empírico pode ser dado em independência das funções lógicas do julgar, porém, o seu múltiplo é dado no sentido externo e interno, cuja a unificação só é possível a partir da apercepção transcendental que relaciona o próprio modo como o múltiplo pode ser dado à unidade originário-sintética da apercepção.

Por essa razão, o segundo passo da Dedução Transcendental B tem de relacionar dois modos de validade objetiva: um em relação à possibilidade do dado na sensibilidade; e outro em relação à ligação das representações no conceito objeto. A relação dessas duas validades objetivas é o que permite atribuir unidade sintética ao sensível, submetendo a unidade do dado à unidade do pensado.

Essa relação, porém, impõe uma espécie de dualidade ao registro sensível, pois, de um lado, as representações do espaço e do tempo só são possíveis mediante a determinação dos sentidos externos e internos segundo a unidade originário-sintética da apercepção, enquanto que, por outro lado, o dado sensível pode ocorrer na sensibilidade, no espaço e no tempo, de modo independente das funções lógicas do julgar, ou seja, sem que se reportem necessariamente à unidade originário-sintética da apercepção. Esse tema será tratado no próximo capítulo.

Capítulo 4

A unidade objetiva e a unidade sensível

O capítulo anterior teve o objetivo de demonstrar a relação entre a consciência empírica e a consciência originária em vista da atividade da imaginação na sensibilidade e da apreensão do múltiplo sensível. Na conclusão do §26, a síntese de apreensão, que possibilita a consciência empírica do múltiplo sensível, adquire unidade objetiva na medida em que o entendimento, por meio da síntese transcendental da imaginação, unifica o múltiplo das representações do próprio espaço e do próprio tempo. Para isso, a Dedução Transcendental B impõe como condição necessária da prova da validade objetiva das categorias a consideração de que o espaço e o tempo só podem ser representados mediante uma unidade objetiva.

Essa condição necessária suscita a seguinte dificuldade: uma vez que os objetos empíricos são dados no espaço e no tempo e o espaço e o tempo só podem ser representados por uma unidade objetiva, isto é, por uma unidade sintética, em que o entendimento, através da síntese transcendental da imaginação, determina a sensibilidade, como então é possível compreender a possibilidade de algo dado anteriormente e independentemente à essa determinação do entendimento?

Para se responder a essa pergunta, é preciso considerar que, embora as representações

do espaço e do tempo dependam de uma síntese transcendental da imaginação, elas contêm propriedades intrínsecas que, como tais, são originárias dessa representação. Essas propriedades intrínsecas são o que conferem ao espaço e ao tempo sua natureza intuitiva. Contudo, elas só podem ser criticamente investigadas e expostas quando a Dedução Transcendental B examina a própria atividade de síntese. É pela crítica do ato e da atividade do entendimento, que vêm à luz as características originárias da receptividade, que é a sensibilidade. O exame crítico da síntese permite então expor, doutrinalmente, o que é próprio da intuição e não derivado da atividade.

No que se segue, procura-se demonstrar que as características intrínsecas ao próprio espaço e ao próprio tempo, que lhes caracterizam como intuições, são a sua aprioridade em relação aos objetos e a sua singularidade. Todavia, a compreensão dessas duas características só se torna completamente evidente na medida em que se investiga a Estética Transcendental com base no exame crítico da atividade do entendimento.

4.1 As unidades do espaço e do tempo

Conforme já foi tratado na Introdução, os problemas relativos à unificação das representações do próprio espaço e do próprio tempo têm início nas afirmações contidas na nota de B160-1:

O espaço representado como *objeto* (como é efetivamente requerido pela geometria) contém mais que a mera forma da intuição, a saber, a reunião (*Zusammenfassung*) do múltiplo em uma representação intuitiva, dado segundo a forma da sensibilidade, de maneira que a *forma da intuição* dá o mero múltiplo, [enquanto], porém, a *intuição formal* dá a unidade da representação. Na Estética, havia considerado [*gezählt*] essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, por meio da qual, porém, todos os conceitos de espaço e tempo tornam-se possíveis em primeiro lugar. Pois, visto que por meio dela (na medida em que o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são dados como intuições, então a unidade dessa intuição pertence *a priori* ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento (§24). (KrV, B160-161)

A nota de B160-1, quando distingue forma da intuição e intuição formal, esclarece que as representações objetivas do espaço e do tempo só são possíveis mediante uma síntese. Essa condição, conforme visto no capítulo anterior, é um elemento fundamental na comprovação da validade objetiva das categorias no segundo passo do argumento da Dedução Transcendental B. Essa afirmação, porém, coloca a seguinte dificuldade: uma vez que a nota de B160-1 afirma haver uma síntese na Estética Transcendental (“[...] Na Estética, havia considerado essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, por meio da qual, porém, todos os conceitos de espaço e tempo tornam-se possíveis em primeiro lugar. [...]”), como é possível isolar o que, nas exposições do espaço e do tempo, corresponde às características propriamente intuitivas dessas representações?

A Dedução Transcendental B impõe, ao menos de início, uma abordagem conceitualista, pois se vê diante da tese de que as representações do espaço e do tempo seriam possíveis apenas por uma unidade objetiva produzida por um ato regido por conceitos. Entretanto, isso não deve significar que a Dedução Transcendental B imponha a tese de que os modos sensíveis puros, condições do aparecimento dos objetos, tenham origem exclusivamente intelectual. A relação originária do entendimento com a sensibilidade na unificação do espaço e do tempo é necessária, porque o espaço e o tempo são condições que, embora ainda não representadas, residem na sensibilidade.

Essa consideração parece ser trivial, contudo, ela necessita de esclarecimento, porque não há unidade do espaço e do tempo que seja anterior à atividade do entendimento, tal como entendem algumas interpretações não conceitualistas¹. O que há de propriamente intuitivo neles é sua singularidade, que só pode ser determinada quando o entendimento unifica suas representações como um todo que contém em si suas partes. Em contrapartida, também não é possível assumir um conceitualismo radical tal como o de Longuenesse (1993, p.235), que entende que a Dedução Transcendental B impõe uma reconsideração no modo como os objetos são dados. A reconsideração que a Dedução Transcendental B coloca para a Estética Transcendental não é uma revisão no modo como os objetos são

¹Um exemplo de interpretação desse tipo pode ser encontrado em Fichant (2004)

dados, mas apenas no modo como suas representações fundamentais, o espaço e o tempo, são possíveis, a fim de se poder trazer aquilo que é dado sob a unidade originário-sintética da apercepção.

No que se segue, então, procura-se demonstrar um ponto modesto mas importante, que é esclarecer a relação da atividade do entendimento na sensibilidade no próprio argumento da Estética Transcendental, visando esclarecer a afirmação: “[..] Na Estética, havia considerado [gezählt] essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito [...]”.

As características intrínsecas do espaço e do tempo são (1) a sua aprioridade em relação aos objetos dados na sensibilidade; e (2) a sua possibilidade como representações singulares. É preciso, agora, considerar cada uma dessas características isoladamente, observando como a unificação do entendimento permite tornar evidente cada uma dessas características.

4.2 A aprioridade do espaço e do tempo

A passagem responsável por apresentar o espaço e o tempo como dados *a priori* recebe o nome de exposição metafísica. Na Estética Transcendental, Kant define a exposição metafísica como a exposição distinta daquilo que pertence aos conceitos do espaço e do tempo enquanto dados *a priori*² (KrV, A23/B38). Essa definição é importante para assinalar alguns pontos importantes.

O primeiro ponto corresponde à natureza da exposição: metafísica. A exposição é metafísica, porque deve tratar do espaço e do tempo como representações *a priori*. Isso significa que, em sua exposição, não deve conter nada que provenha da experiência. O segundo ponto corresponde à definição de “exposição”. Como exposição, ela deve considerar os *conceitos* de espaço e de tempo. Embora o resultado final demonstre que o espaço e o tempo são intuições puras, não há impedimentos à compreensão de que seus múltiplos já

²[...] Ich verstehe aber unter Erörterung (expositio) die deutliche (wenn gleich nicht ausführliche) Vorstellung dessen, was zu einem Begriffe gehört; metaphysich aber ist die Erörterung, wenn sie dasjenige enthält, was den Begriff, als a priori gegeben, darstellt.

sejam representados sob uma unidade conceitual. Esse ponto se torna evidente na preocupação de Kant em assinalar que os conceitos do espaço e do tempo não são conceitos discursivos, mas apenas conceitos que determinam um objeto singular (KrV, A24/B39; A31/B47), razão pela qual, inclusive, o argumento da Estética Transcendental não recai em pleonasma ao diferenciar os conceitos do espaço e do tempo dos “conceitos discursivos”: “O espaço não é um conceito discursivo [...]”; “O tempo não é nenhum conceito discursivo ou, como se nomeia, conceito universal [...]” .

Outra questão que merece destaque em relação à exposição metafísica diz respeito à organização do argumento. A exposição metafísica do espaço é graficamente dividida em quatro partes, enquanto a do tempo é dividida em cinco. Essa divisão levanta a questão dentre alguns comentadores acerca de como se deve compreender a articulação interna de seu argumento³. No presente trabalho entende-se que a exposição metafísica constitui um todo argumentativo cujo objetivo é demonstrar que o espaço e o tempo são intuições *a priori*. Esse objetivo é alcançado mediante a demonstração das duas características fundamentais dessas representações: 1. que são representações *a priori*; e 2. que se referem a um objeto singular. Com base nesse duplo fundamento: aprioridade e singularidade, é possível dividir o argumento da exposição metafísica em duas partes. A primeira parte trata da aprioridade do espaço e do tempo. Essa parte corresponde aos argumentos 1 e 2 do espaço e do tempo. A segunda trata das representações do espaço e do tempo como singulares. Essa parte corresponde aos argumentos 3 e 4 do espaço e aos argumentos 4 e 5 do tempo⁴.

A aprioridade do espaço e do tempo é assinalada em relação a duas características. A primeira delas consiste em demonstrar que o espaço e o tempo são condições extrínsecas aos objetos (argumento 1 da exposição metafísica) e a segunda consiste na demonstração de que eles podem ser representados independentemente dos objetos empíricos (argumento

³Dentre os comentadores que tratam dessa questão, é possível destacar Vaihinger (1922, v.II, pp.152-ss.), Allison (2004, pp.99-ss.) e Fichant (2004, pp.540-ss.).

⁴Cabe destacar que o argumento 3 do tempo não será tratado aqui. Ele afirma que a possibilidade de princípios apodícticos das relações no tempo decorre de sua necessidade *a priori*. A necessidade *a priori* do tempo é apresentada nos dois argumentos anteriores. Entretanto, para os fins pretendidos aqui, acredita-se ser suficiente tratar das passagens correlatas nas exposições metafísicas do espaço e do tempo

2 da exposição metafísica).

Em relação à primeira característica da anterioridade do espaço, o argumento 1 afirma o seguinte:

1. O espaço não é nenhum conceito empírico que tenha sido extraído da experiência externa. Pois, para que certas sensações serem referidas a algo fora de mim (isto é, a algo em um outro lugar do espaço daquele que me encontro), do mesmo modo, para que possa representá-las como exteriores e ao lado umas das outras, e, portanto, não apenas como diferentes, mas como em lugares diferentes, então, para isso, o representação de espaço tem de estar como fundamento. Por esse motivo, a representação de espaço não pode ser obtida a partir das relações do fenômeno externo por meio da experiência, mas essa experiência externa só pode, primeiramente, ser ela própria possível por meio da representação pensada⁵. (KrV, A23/B38)

No tempo, o argumento 1 é o seguinte:

1. O tempo não é nenhum conceito empírico, tal como algum extraído de uma experiência; pois a simultaneidade e a sucessão não poderiam vir na percepção se a representação do tempo não tomasse lugar *a priori* como fundamento. Apenas mediante a sua pressuposição que se pode se representar que uns e outros estão no mesmo tempo (simultâneos) ou em tempos diferentes (sucessivos)⁶. (KrV, A30/B46)

A primeira característica já está presente no período pré-crítico e pode ser retomada a partir do ensaio *Do primeiro fundamento da distinção de regiões no espaço*, de 1768. No *Ensaio de 1768*, Kant posiciona-se em relação ao debate entre newtonianos e leibnizianos

⁵1. *Der Raum ist kein empirischer Begriff, der von äußeren Erfahrungen abgezogen worden. Denn damit gewisse Empfindungen auf etwas außer mich bezogen werden, (d. i. auf etwas in einem anderen Orte des Raumes, als darinnen ich mich befinde), imgleichen damit ich sie als außer- und nebeneinander, mithin nicht bloß verschieden, sondern als in verschiedenen Orten vorstellen könne, dazu muß die Vorstellung des Raumes schon zum Grunde liegen. Demnach kann die Vorstellung des Raumes nicht aus den Verhältnissen der äußeren Erscheinung durch Erfahrung erborgt sein, sondern diese äußere Erfahrung ist selbst nur durch gedachte Vorstellung allererst möglich.*

⁶Die Zeit ist 1. kein empirischer Begriff, der irgend von einer Erfahrung abgezogen worden. Denn das Zugleichsein oder Aufeinanderfolgen würde selbst nicht in die Wahrnehmung kommen, wenn die Vorstellung der Zeit nicht a priori zum Grunde läge. Nur unter deren Voraussetzung kann man sich vorstellen, daß einiges zu einer und derselben Zeit (zugleich) oder in verschiedenen Zeiten (nacheinander) sei.

acerca da natureza do espaço. Os newtonianos compreendem o espaço mediante sua natureza absoluta. Os leibnizianos compreendem o espaço mediante sua natureza relacional⁷. A principal distinção nessa oposição provém do modo como se compreende a anterioridade do espaço (o que também se compreende ocorrer com o tempo) em relação aos objetos: segundo a concepção newtoniana, o espaço é anterior aos objetos; em contrapartida, na interpretação leibniziana, a ordem entre os objetos é anterior à representação do espaço.

No *Ensaio de 1768*, Kant assume uma posição em favor da concepção absoluta de Newton. Esse posicionamento é feito em referência a Euler, a quem, entretanto, critica por não conferir um fundamento consistente para a metafísica (Kant, *GUGR*, AA02:378). Segundo Kant, é preciso demonstrar, com base nos fundamentos racionais do conhecimento, que o espaço e o tempo são uma instância anterior aos objetos, pois dão um dos fundamentos necessários para sua determinação completa: o espaço é o fundamento da relação dos corpos e esse fundamento não pode ser obtido exclusivamente a partir de um conceito de objeto.

Pretendemos também demonstrar que o fundamento de determinação completa [*vollständige Bestimmungsgrund*] de uma figura corporal não consiste pura e simplesmente na relação e lugar de suas partes uma em relação às outras, mas, acima de tudo, [consiste] em uma relação com o espaço absoluto e universal, tal como pensam os geômetras, porém, essa relação não pode ser percebida imediatamente, mas, porventura, aquela diferença dos corpos consiste única e exclusivamente nesse fundamento⁸. (Kant, *GUGR*, AA 02:381)

⁷O principal documento a esse respeito é a troca de correspondência entre Leibniz e Clarke, que teve início com uma carta enviada por Leibniz à Carolina de Gales (LEIBNIZ, 1991, pp.18-19). Entretanto, há dúvidas acerca da autoria das cartas de Clarke. Vailati (1997, p.4), por exemplo, destaca que, em muitos pontos da correspondência, o que é afirmado por Clarke não corresponde exatamente ao pensamento de Newton. Essas divergências ocorrem principalmente em relação às questões de teologia e de metafísica. Como um contraponto a essa interpretação, Cassirer (1943, p.366) destaca que se encontrou cópias das cartas de Clarke nos espólios de Newton, o que indica não necessariamente que elas foram escritas por Newton, mas que ao menos ele estava ciente da posição de Clarke. Além disso, mesmo que se considere algumas diferenças entre Newton e Clarke, o que é defendido na troca de correspondência não contradiz o que Newton afirma acerca do espaço e do tempo (cf. NEWTON, 1999, pp.408-413; cf. NEWTON, 1973, pp.32-ss.)

⁸*Wir wollen also darthun: daß der vollständige Bestimmungsgrund einer körperlichen Gestalt nicht lediglich auf dem Verhältniß und Lage seiner Theile gegen einander beruhe, sondern noch überdem auf einer Beziehung gegen den allgemeinen absoluten Raum, so wie ihn sich die Meßkünstler denken, doch so, daß dieses Verhältniß nicht unmittelbar kann wahrgenommen werden, aber wohl diejenigen Unterschiede der Körper, die einzig und allein auf diesem Grunde beruhen.*

A revisão do princípio de determinação completa no *Ensaio de 1768*, embora tenha o objetivo de defender o espaço absoluto newtoniano, tem como pano de fundo uma crítica à metafísica de Leibniz. De modo mais sucinto, a metafísica leibniziana, a despeito das mudanças conceituais encontradas em seu desenvolvimento⁹, pode ser interpretada a partir do princípio de determinação completa e do princípio de identidade dos indiscerníveis.

O princípio de determinação completa é definido por Leibniz do seguinte modo:

A noção completa de uma substância individual contém todos os seus predicados – passado, presente e futuro. Se uma substância terá certo predicado, isso é verdade agora e continuará sendo e, portanto, esse predicado está contido na noção da coisa. Assim, tudo que acontece a Pedro ou Judas – eventos necessários e livres – está contido na noção individual perfeita de Pedro ou Judas...¹⁰. (LEIBNIZ, 2004, p.3)

Segundo Leibniz, um objeto, seja ele uma substância individual, seja uma coisa substancial, é conhecido na medida em que se determina completamente o seu conceito. Essa determinação completa é possível mediante o pressuposto de que tudo que cabe ao conhecimento do objeto está contido na intensão do conceito que o define. Por conseguinte, é possível conhecer o objeto exclusivamente a partir de seus predicados possíveis, sejam eles relativos aos predicados essenciais, sejam relativos aos predicados contingentes. Em relação a “César”, por exemplo, pode-se conhecê-lo por meio de predicados essenciais, tais como “homem”, “romano”, “bípede” e assim por diante, e de predicados contingentes, tais como “imperador”, “que atravessou o rubicão”, “que teve seu estandarte roubado” e assim por diante. Os predicados contingentes constituem a intensão do conceito do objeto *César*, porque, nele, não estão contidos apenas os conceitos que podem ser logicamente derivados

⁹Tal como destacado por Fichant (2006, p.15) e por Garber (2009, pp.xv-ss.), no pensamento leibniziano, a passagem do período intermediário para o período de maturidade pode ser caracterizada com base na mudança da noção de substância individual. Todavia, mesmo no período de maturidade, ainda permanece na metafísica leibniziana a noção de coisa substancial, que assim como a substância individual do período intermediário, tem seu fundamento na noção de determinação completa.

¹⁰The complete notion of an individual substance contains all its predicates—past, present, and future. If a substance will have a certain predicate, it is true now that it will, and so that predicate is contained in the notion of the thing. Thus, everything that will happen to Peter or Judas—necessary events and also free ones—is contained in the perfect individual notion of Peter or Judas...

de *homem*, que o define essencialmente, mas também todos os predicados presentes, passados e futuros.

A determinação completa estabelece como condição suficiente do conhecimento a mera distinção de um conceito. Em outros termos, os objetos não precisam ser dados para serem conhecidos, porque o conhecimento a seu respeito deriva totalmente dos predicados que compõem a intensão do conceito de objeto. Esse é um dos pilares do racionalismo leibniziano.

O racionalismo leibniziano, cujo o conhecimento é suficientemente produzido pela decomposição da intensão de um conceito, tem como pressuposto outro princípio: o princípio de identidade dos indiscerníveis:

Na natureza não pode haver duas coisas individuais que diferem apenas em número, isto é, que não diferem em nenhuma de suas qualidades ou que diferem por ser duas coisas em vez de uma. Onde se encontram duas coisas deve ser possível explicar porque elas são diferentes – porque são duas coisas, porque x não é y – e para essa explicação devemos observar as diferenças qualitativas entre as coisas¹¹. (LEIBNIZ, 2004, p.2)

Segundo o princípio de identidade dos indiscerníveis, não pode haver no mundo dois objetos que possuam os mesmos predicados possíveis e que, no entanto, sejam diferentes em número. O princípio de identidade dos indiscerníveis dá o fundamento da determinação completa no racionalismo de Leibniz, pois só é possível determinar completamente um objeto mediante apenas a distinção de seu conceito, porque cada objeto individual contém um conjunto de conceitos próprios, que não é compartilhado com nenhum outro. Em consequência, não é preciso recorrer a nada que esteja fora do conceito para que seja possível conhecer o objeto.

No *Ensaio de 1768*, Kant, a fim de revisar a noção de determinação completa, ataca precisamente o princípio de identidade dos indiscerníveis. Para isso, faz uso de uma prova

¹¹In nature there can't be two individual things that differ in number alone, i.e. that don't differ in any of their qualities, and differ only in being two things rather than one. For where there are two things it must be possible to explain why they are different – why they are two, why it is that x is not y – and for that explanation we must look to qualitative differences between the things.

conhecida como prova das contrapartes incongruentes, que demonstra que existem objetos na experiência que compartilham os mesmos predicados e que, no entanto, são distintos em número. A prova das contrapartes incongruentes toma como exemplo os objetos simetricamente opostos:

Nomeio um corpo que é completamente igual [*gleich*] e semelhante [*ähnlich*] a outro, se ele não pode ser encerrado nos mesmos limites, de sua contraparte incongruente. Agora, para mostrar a sua possibilidade, adote-se, portanto, um corpo que não consiste de duas metades que são simetricamente ordenadas em oposição a uma plano de intersecção, mas algo como uma mão humana. Prolongue-se a partir de todos os pontos de sua superfície linhas perpendiculares sobre um contra-plano de referência e prolongue-se elas para traz deste [contra-plano] à mesma distância da qual estes pontos lhe são distantes; então os pontos finais das linhas prolongadas, se são ligados, formam o plano de uma figura corpórea que é a contraparte incongruente da original, isto é, se uma mão direita é dada, então sua contraparte é uma esquerda. A imagem [*Abbildung*] de um objeto no espelho consiste precisamente nos mesmos fundamentos. Pois o [objeto] sempre aparece precisamente à mesma distância do plano do espelho que se encontra e, a partir dele, a figura de uma mão direita sempre será uma esquerda. Que o objeto consiste de duas contrapartes incongruentes, como o corpo humano, se for separado por meio de um plano vertical da frente para trás, então, a sua imagem lhe é congruente, como é possível reconhecer se deixa-se fazer uma meia volte em pensamento; pois a contraparte da contraparte de um objeto lhe é necessariamente congruente [a esse objeto] ¹². (Kant, *GUGR*, AA 02:382)

A prova das contrapartes incongruentes tem o objetivo de demonstrar que é possível a coexistência de dois objetos que sejam iguais e semelhantes, isto é, que possuem as mesmas qualidades e que ocupam lugares distintos no espaço. Essa prova demonstra que a distinção completa de objetos simetricamente opostos, ou enantiomorfos, só é possível sob

¹²*Ich nenne einen Körper, der einem andern völlig gleich und ähnlich ist, ob er gleich nicht in eben denselben Grenzen kann beschlossen werden, sein incongruentes Gegenstück. Um nun dessen Möglichkeit zu zeigen: so nehme man einen Körper an, der nicht aus zwei Hälften besteht, die symmetrisch gegen eine einzige Durchschnittsfläche geordnet sind, sondern etwa eine Menschenhand. Man fülle aus allen Punkten ihrer Oberfläche auf eine ihr gegenüber gestellte Tafel Perpendikellinien und verlängere sie eben so weit hinter derselben, als diese Punkte vor ihr liegen, so machen die Endpunkte der so verlängerten Linien, wenn sie verbunden werden, die Fläche einer körperlichen Gestalt aus, die das incongruente Gegenstück der vorigen ist, d. i. wenn die gegebene Hand eine rechte ist, so ist deren Gegenstück eine linke. Die Abbildung eines Objects im Spiegel beruht auf eben denselben Gründen. Denn es erscheint jederzeit eben so weit hinter demselben, als es vor seiner Fläche steht, und daher ist das Bild einer rechten Hand in demselben jederzeit eine linke. Besteht das Object selber aus zwei incongruenten Gegenstücken, wie der menschliche Körper, wenn man ihn mittelst eines Verticaldurchschnitts von vorne nach hinten theilt, so ist sein Bild ihm congruent, welches man leicht erkennt, wenn man es in Gedanken eine halbe Drehung machen läßt; denn das Gegenstück vom Gegenstücke eines Objects ist diesem nothwendig congruent.*

um critério suficiente, quando é levado em consideração um elemento externo aos seus conceitos e que dá o fundamento de sua relação. Esse elemento é o espaço.

O argumento das contrapartes incongruentes, uma vez que demonstra que o espaço é anterior à determinação conceitual, estabelece que o espaço (e presumivelmente o tempo) não está sujeito às mesmas condições encontradas nos objetos, pois deve anteceder-lhes de modo a possibilitar extrinsecamente a sua determinação completa; ou seja, o espaço permite que se determine o objeto a partir de características que são extrínsecas (externas) ao mero conceito.

É importante destacar a prova das contrapartes incongruentes, pois ela assinala uma condição que é comum também ao espaço e ao tempo enquanto formas da intuição: eles não são obtidos a partir da relação dos objetos, mas são eles, em primeiro lugar, que dão a possibilidade dessa relação. Essa característica do espaço absoluto de 1768, a partir de 1770, é reiterada no espaço e no tempo como condições sensíveis. Esse ponto fica mais evidente em pelo menos três obras que consideram o espaço e o tempo como formas da intuição: *Forma e Princípios do Mundo Sensível e do Mundo Inteligível* (MSI, AA02:403), *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura que queira se apresentar como Ciência* (Kant, *Prol*, AA04:285-286) e *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (Kant, *MAN*, AA04:483-484).

Afirma-se que o argumento das contrapartes incongruentes está presente de modo “mais evidente” nessas três obras, porque a *Crítica da Razão Pura*, ao tratar da anterioridade do espaço e do tempo nos argumentos 1 das exposições metafísicas, faz uso do mesmo expediente. Todavia, como se trata de uma exposição metafísica, isto é, de uma exposição que deve tratar dos conceitos do espaço e do tempo como dados *a priori*, é necessário considerar essa anterioridade independente e anteriormente à verificação empírica, que é possível mediante, por exemplo, as afecções das mãos esquerda e direita ou das imagens produzidas em um espelho. No argumento 1 da exposição metafísica, Kant simplesmente demonstra aprioristicamente a anterioridade do espaço e do tempo, como aquilo que permite relacionar os objetos uns aos outros e também ao próprio sujeito.

A recorrência do argumento das contrapartes incongruentes nos períodos pré-crítico e crítico permite destacar uma característica comum ao espaço e ao tempo absolutos e ao

espaço e ao tempo como formas da intuição: a anterioridade em relação aos objetos. Entretanto, essa recorrência coloca a seguinte pergunta: o que, então, difere o espaço e o tempo de 1768 do espaço e do tempo da *Crítica da Razão Pura*? A resposta para essa pergunta é verificada na medida em que se compreende a ordem do conhecimento na relação dos objetos com o espaço em 1768 e depois de 1770.

No *Ensaio de 1768*, é possível averiguar que, embora o espaço seja anterior aos objetos na ordem das coisas, ele lhes é posterior na ordem do conhecimento. Em outros termos, o espaço absoluto de 1768, assim como todos os demais objetos, é conhecido empiricamente, a partir das relações internas que se experiencia no próprio corpo:

A sensação de diferença entre direita e esquerda é de tão grande necessidade para o juízo de regiões, que a natureza a ligou à constituição mecânica dos corpos dos homens, por meio da qual, por exemplo, o lado direito se sobressai indubitavelmente na agilidade e talvez na força em relação ao esquerdo. Assim, todos os povos da terra são destros (se desconsideramos algumas exceções, como, por exemplo, o estrabismo, que não podem invalidar a universalidade da ordem natural). Quando se monta o cavalo ou se atravessa um fosso, se movo o próprio corpo mais facilmente da direita para a esquerda do que no sentido contrário. Por todas as partes, se escreve com a mão direita e com ela se faz aquilo para o que é exigido habilidade e força. [...] ¹³ (Kant, *GUGR*, AA02:380-381)

Segundo o *Ensaio de 1768*, o espaço dá o fundamento da relação dos objetos. Contudo, o modo como se diferencia as suas regiões é estabelecido no conhecimento da distinção que se encontra no próprio corpo. Em outros termos, a realidade do espaço absoluto é reconhecida a partir das diferenças de força e destreza presentes nos próprios corpos.

O modo como se conhece o espaço implica em uma dupla relação sua com os objetos. Se, por um lado, o espaço é fundamento da determinação dos objetos, por outro, ele é

¹³ *Da das verschiedene Gefühl der rechten und linken Seite zum Urtheil der Gegenden von so großer Nothwendigkeit ist, so hat die Natur es zugleich an die mechanische Einrichtung des menschlichen Körpers geknüpft, vermittelst deren die eine, nämlich die rechte Seite, einen ungezweifelten Vorzug der Gewandtheit und vielleicht auch der Stärke vor der linken hat. Daher alle Völker der Erde rechtsch sind (wenn man einzelne Ausnahmen bei Seite setzt, welche, so wie die des Schielens, die Allgemeinheit der Regel nach der natürlichen Ordnung nicht umstoßen können). Man bewegt seinen Körper leichter von der Rechten gegen die Linke als diesem entgegen, wenn man aufs Pferd steigt oder über einen Graben schreitet. Man schreibt allerwärts mit der rechten Hand, und mit ihr thut man alles, wozu Geschick und Stärke erfordert wird. [...]*

conhecido na medida em que os objetos são dados na sensibilidade. Em contraponto, é estabelecida uma dificuldade em relação à noção de espaço absoluto: como é possível garantir um estatuto anterior e independente do espaço uma vez que só se pode representá-lo na medida em que se é afetado pelos objetos?

Esse problema só é resolvido quando se comprova que o espaço e o tempo podem ser representados anteriormente e independentemente dos objetos. Essa representação ocorre quando o entendimento determina a sensibilidade, unificando os sentidos externo e interno, que estão na constituição do próprio sujeito. A *Crítica da Razão Pura* esclarece que as representações do espaço e do tempo são possíveis por intermédio da imaginação, que é a faculdade de representar objetos na sensibilidade também sem sua presença. Essa atividade, conforme visto no capítulo anterior, em relação à unidade originário-sintética da apercepção, é a síntese transcendental da imaginação (KrV, B151).

Na exposição metafísica, as passagens responsáveis por demonstrar que o espaço e o tempo podem ser representados anteriormente e independentemente dos objetos empíricos corresponde ao argumento 2. No espaço:

2. O espaço é uma representação necessária *a priori* que reside como fundamento a todas intuições externas. Nunca se pode representar para si uma representação em que não haja espaço, mas se pode pensar perfeitamente que não se encontre nele nenhum objeto. Ele é, portanto, considerado como condição de possibilidade dos fenômenos e não como uma determinação deles abstraída; e é uma representação *a priori*, que se encontra necessariamente por fundamento dos fenômenos externos¹⁴. (KrV, A24/B38-39)

No tempo:

2. O tempo é uma representação necessária que reside como fundamento a todas intuições. Não se pode suprimir o tempo em relação aos fenômenos em geral, embora seja possível se retirar os fenômenos do tempo. O tempo é, portanto,

¹⁴2. *Der Raum ist eine notwendige Vorstellung a priori, die allen äußeren Anschauungen zum Grunde liegt. Man kann sich niemals eine Vorstellung davon machen, daß kein Raum sei, ob man sich gleich ganz wohl denken kann, daß keine Gegenstände darin angetroffen werden. Er wird also als die Bedingung der Möglichkeit der Erscheinungen, und nicht als eine von ihnen abhängende Bestimmung angesehen, und ist eine Vorstellung a priori, die notwendigerweise äußeren Erscheinungen zum Grunde liegt.*

dado *a priori*. Nele somente é possível toda a realidade dos fenômenos. Estes poderiam desaparecer em sua totalidade, porém, ele próprio (como condição universal da possibilidade destes) não pode ser suprimido¹⁵. (KrV, A31/B46)

Segundo o argumento 2, os objetos não podem ser pensados sem a representação do espaço e do tempo, mas o espaço e o tempo podem ser representados sem a presença de objetos (“[...] Nunca se pode representar para si uma representação em que não haja espaço, mas se pode pensar perfeitamente que não se encontre nele nenhum objeto [...]”; “[...] Não se pode rescindir do tempo em relação aos fenômenos em geral, embora seja possível se retirar os fenômenos do tempo. [...]”). A esse respeito, cabe tecer algumas considerações.

A primeira delas consiste em compreender que todo objeto é acompanhado das representações do espaço e do tempo. A tese aqui defendida é a de que as representações do espaço e do tempo não são necessárias para que os objetos sejam dados, mas apenas para que sejam unificados em uma unidade objetiva. A esse respeito, poderia ser objetado que o argumento 2 considera as representações do espaço e do tempo como condições necessárias para que algo seja dado na sensibilidade. Contra essa objeção, cabe considerar que, visto que a Dedução Transcendental B relaciona as representações do espaço e do tempo com a unidade originário-sintética da apercepção, é razoável interpretar que todo objeto dado, na medida em que é dado nos sentidos, tem de poder ser acompanhado das representações do espaço e do tempo. Quando acompanhado, o objeto dado é representado sob uma unidade objetiva; quando desacompanhado, é dado em referência exclusiva aos sentidos, em uma unidade subjetiva. Por conseguinte, a condição efetivamente necessária para que algo seja dado na sensibilidade são os sentidos externo e interno. Esses sentidos, porém, estão contidos na forma da intuição que, sob uma síntese, é representada como uma intuição formal.

A segunda consideração diz respeito ao modo de se interpretar as representações do espaço e do tempo anteriormente aos objetos dados na sensibilidade. As representações

¹⁵ 2. *Die Zeit ist eine notwendige Vorstellung, die allen Anschauungen zum Grunde liegt. Man kann in Ansehung der Erscheinungen überhaupt die Zeit selbst nicht aufheben, ob man zwar ganz wohl die Erscheinungen aus der Zeit wegnehmen kann. Die Zeit ist also a priori gegeben. In ihr allein ist alle Wirklichkeit der Erscheinungen möglich. Diese können insgesamt wegfallen, aber sie selbst (als die allgemeine Bedingung ihrer Möglichkeit,) kann nicht aufgehoben werden.*

objetivas do espaço e do tempo, diferentemente das representações dos objetos empíricos, não possuem conteúdo dado por meio de sensação. Por conseguinte, são intuições que não se assentam, assim como as demais intuições, em afecções. O espaço e o tempo são formas da intuição, o que significa afirmar que são as condições mediante as quais aquilo que é dado na sensibilidade pode ser ordenado de determinado modo (KrV, A20/B34). Por conseguinte, como condições de ordenamento do múltiplo dado, o espaço e o tempo só podem ser representados ou quando os objetos são dados ou quando o entendimento unifica essas condições em um objeto. O primeiro caso, como se tratou mais acima, corresponde ao espaço e ao tempo absolutos, o que não condiz com o seu caráter *a priori*. Logo, resta a segunda possibilidade: o espaço e o tempo são dados anteriormente aos objetos na ordem das representações e na ordem do conhecimento; e eles só são representados *a priori* quando o entendimento os determina independentemente da presença do dado sensível.

Desse modo, é possível notar que, ao menos no que diz respeito à anterioridade do espaço e do tempo em relação aos objetos, a determinação do entendimento via imaginação (síntese transcendental da imaginação) não intervém, mas possibilita que a natureza intuitiva dessas representações possa ser aferida, pois o espaço e o tempo são dados originariamente na sensibilidade. Do contrário, a filosofia crítica não poderia mostrar nem sua natureza própria, nem que são passíveis de serem unificados pelo entendimento.

A unidade produzida pelo entendimento no múltiplo próprio ao espaço e ao tempo, entretanto, comporta-se de um modo específico, que diferencia essas representações de todas as demais. Na Seção seguinte, será demonstrado que entendimento unifica o espaço e o tempo como um todo que antecede às partes, o que permite verificá-los como representações singulares.

4.3 A unidade como totalidade e a unidade como singularidade

O segundo ponto acerca da natureza intuitiva do espaço e do tempo diz respeito à singularidade de suas representações. Essas características estão assinaladas nos terceiro e quarto argumentos da exposição metafísica do espaço e nos quarto e quinto argumentos da exposição metafísica do tempo.

No espaço, o argumento 3 afirma o seguinte:

3. O espaço não é nenhum conceito discursivo ou, como e diz, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura. Pois, primeiramente, só se pode representar um único [*einen einigen*] espaço e, quando se deseja falar de vários espaços, entende-se por isso apenas partes de um e mesmo espaço universal. Essas partes também não podem anteceder o espaço único que tudo abarca, como suas partes constituidoras (que possibilitam sua composição), mas somente podem ser pensadas *nele*. Ele é essencialmente uno [*einig*]. O múltiplo nele – e, por conseguinte, o conceito universal de espaços em geral – consiste simplesmente em limitações. Disso se segue que, a seu respeito, uma intuição *a priori* (que não é empírica) reside como fundamento a todos conceitos *seus*. Assim, também, as proposições geométricas como, por exemplo, que, em um triângulo, a soma da extensão de dois lados é maior que a extensão do terceiro lado, nunca são derivadas dos conceitos universais de linha e triângulo, mas da intuição *a priori* e com certeza apodítica. (KrV, A24-25/B39)

No tempo, o argumento 4:

4. O tempo não é nenhum conceito discursivo ou, como se nomeia, conceito universal, mas uma forma pura da intuição sensível. Diferentes tempos são apenas partes do mesmo tempo. A representação que só pode ser dada por um único (*einen einzigen*) objeto é, porém, intuição. Também, não se deixaria derivar de um conceito universal a proposição de que diferentes tempos não podem ser simultâneos. A proposição é sintética e não pode originar-se exclusivamente a partir de conceitos. Portanto, ela está na intuição e contém imediatamente a representação de tempo. (KrV, A31-32/B47)

Nos argumentos 3 e 4 das exposições metafísicas do espaço e do tempo, respectivamente, Kant estrutura a prova de sua natureza intuitiva com base no seguinte silogismo:

S_3	A representação que só pode ser dada por um objeto singular (um único objeto) é intuição Espaço e tempo são representações dadas por um objeto singular.
	Espaço e tempo são intuições \therefore

Vaihinger (1922, v.2, p.205) e Falkenstein (1995, p.218) destacam que a premissa maior do presente silogismo pressupõe um juízo disjuntivo do tipo “toda e qualquer representação *ou* é conceito *ou* é intuição”. Essa disjunção precisa ser esclarecida.

A passagem a que tanto Falkenstein (1995) como Vaihinger (1922) se referem para comentar essa disjunção é o §1 da *Lógica Jäsche*. Apesar de a *Lógica Jäsche* dever ser trabalhada com cautela¹⁶, é possível retomar a disjunção das representações em intuições e conceitos a partir da *Reflexão 1693* (1773-1777?), que, segundo a paginação (L 4'), ao que tudo indica, foi utilizada por Jäsche na confecção da *Lógica* (Kant, *Refl*, AA16:085). Além desse ponto, convém destacar que Meier (1912, §260) não apresenta a distinção entre intuição e conceito. Ele restringe-se unicamente a distinguir conceitos abstratos de conceitos singulares, o que implica conferir a origem da distinção a Kant.

Outro ponto importante: é possível encontrar referências dessa disjunção na própria *Crítica da Razão Pura*. No capítulo “Do uso lógico em geral do entendimento”, por exemplo, Kant afirma que “não existe, [...] além da intuição, nenhuma outra forma de conhecer senão por conceitos¹⁷” (KrV, A 68/B 93). O motivo pelo qual os comentadores utilizam a *Lógica Jäsche* em vez da própria *Crítica da Razão Pura*, pode ser atribuído ao fato de, nela, constar os termos latinos da disjunção, o que permite explicitar a quantidade da intuição e do conceito. Segundo a *Lógica Jäsche*, “a representação *ou* é uma intuição, isto é, uma representação singular (*representatio singularis*) *ou* é um conceito, isto é, uma representação universal (*repraesentatio per notas communes*) ou uma representação refletida (*repraesentatio discursiva*)” (Kant, *Log*, AA09:091).

A consideração acerca da quantidade das representações, tal como apresentada na *Lógica Jäsche*, permite esclarecer a disjunção inerente à premissa maior de S_3 , relacionando a intuição à singularidade: toda e qualquer representação *ou* é universal *ou* é singular.

¹⁶Longuenesse (1993, p.84) chama atenção para os problemas da utilização da *Lógica Jäsche*.

¹⁷[...] *Es gibt aber, außer der Anschauung, keinen andere Art zu erkennen, als durch Begriffe.*[...] [...]

Na tábua da forma lógica do juízo, Kant diferencia três momentos da quantidade: universal, particular e singular, comentando essa diferenciação da seguinte maneira:

Os lógicos dizem, com direito, que, em relação ao uso dos juízos em silogismos, se pode tratar dos juízos singulares tal como dos universais. Como justamente não possuem nenhuma extensão, seu predicado não pode meramente se referir a uma parte do que está sob o conceito sujeito, sendo porém excluído de alguma outra. Isso vale, portanto, para aquele conceito sem exceção, tal como se fosse um conceito válido universalmente que possuísse uma extensão de cujo o significado o predicado é válido. Se, em contrapartida, comparamos um juízo singular com um válido universalmente, meramente como cognição segundo a quantidade, então, com relação a esse, se comporta como unidade para infinitude e, portanto, é em si essencialmente diferente dele. Portanto, se avalio um juízo singular (*judicium singulare*) não meramente com relação à sua validade interna, mas também como cognição em geral segundo a quantidade que ele tem em comparação com outras cognições, então ele é de fato diferente dos juízos válidos universalmente (*judicia communia*) e merecem um lugar especial em uma tábua completa dos momentos do pensar em geral (embora de nenhum modo na lógica restrita meramente ao uso dos juízos entre si)¹⁸. (KrV, A 71/B 96)

Na Dedução Metafísica, Kant tem o cuidado de separar a quantidade singular das quantidades universal e particular. Tal como ele destaca, conceitos singulares (que se fundam nos juízos singulares) não possuem extensão, o que é completamente diferente de um conceito de extensão unitária, como o conceito particular. A prova da singularidade do espaço e do tempo consiste em demonstrar que são representações que não possuem extensão. Por conseguinte, a disjunção pode ser retomada de um terceiro modo: toda representação *ou* possui extensão *ou* não possui extensão. Assim, o que estaria contido na premissa maior de S_3 é a pressuposição de que todo objeto singular não possui extensão; e a intuição, por esse

¹⁸*Die Logiker sagen mit Recht, daß man beim Gebrauch der Urteile in Vernunftschlüssen die einzelnen Urteile gleich den allgemeinen behandeln könne. Denn eben darum, weil sie gar keinen Umfang haben, kann das Prädikat derselben nicht bloß auf einiges dessen, was unter dem Begriff des Subjekts enthalten ist, gezogen, von einigem aber ausgenommen werden. Es gilt also von jenem Begriffe ohne Ausnahme, gleich als wenn derselbe ein gemeingültiger Begriff wäre, der einen Umfang hätte, von dessen ganzer Bedeutung das Prädikat gelte. Vergleichen wir dagegen ein einzelnes Urteil mit einem gemeingültigen, bloß als Erkenntnis, der Größe nach, so verhält sie sich zu diesem wie Einheit zur Unendlichkeit, und ist also an sich selbst davon wesentlich unterschieden. Also, wenn ich ein einzelnes Urteil (*judicium singulare*) nicht bloß nach seiner inneren Gültigkeit, sondern auch, als Erkenntnis überhaupt, nach der Größe, die es in Vergleichung mit anderen Erkenntnissen hat, schätze, so ist es allerdings von gemeingültigen Urteilen (*judicia communia*) unterschieden, und verdient in einer vollständigen Tafel der Momente des Denkens überhaupt (obzwar freilich nicht in der bloß auf den Gebrauch der Urteile untereinander eingeschränkten Logik) eine besondere Stelle.*

motivo, é completamente distinta do conceito em relação à natureza da sua quantidade.

Desse resultado, é possível compreender S_3 . O espaço e o tempo são representações singulares, isto é, são representações que não possuem extensão. A representação que não possui extensão só pode ser intuição, pois o conceito contém sob si uma multidão de representações.

A esse respeito, porém, surge outra dificuldade: o entendimento é uma faculdade cuja natureza elementar se expressa no ato de ligar representações em conformidade com as funções lógicas do julgar (KrV, A70/B95). Então, como é possível afirmar que o entendimento, cuja atividade reside precisamente no ato de subordinar extensões, unifica originariamente o espaço e o tempo, que são representações que não possuem extensões?

A saída para essa dificuldade está em considerar que nos argumentos 3 do espaço e 4 do tempo não se encontra apenas um sentido de unidade, mas dois. Vaihinger (1922, v.2, p.212) destaca essas duas unidades, opondo a unidade no sentido de uno (*einig = einheitlich*) e unidade no sentido de único (*einig = einzig*). O primeiro sentido corresponde à unidade do espaço e do tempo como todos anteriores às suas partes, enquanto o segundo sentido corresponde à unidade do espaço e do tempo como singulares. É importante compreender, então, que apenas a unidade no primeiro sentido, isto é, o espaço e o tempo como unos, que provém do entendimento. A unidade como singularidade (segundo sentido) é determinada pela unidade como totalidade (primeiro sentido).

A diferença dos sentidos de unidade pode ser compreendida a partir de dois tipos de grandezas: a grandeza agregada e a grandeza contínua. A *Reflexão 4822*, que tem datação do final da década de 1770 (1775-1779) permite esclarecer essa distinção.

Toda grandeza [*Größe*] ou é um agregado (*aggregatum*) ou é uma grandeza contínua (*continuum*). No último caso, a grandeza é toda unidade e sem ela não pode ser dada nenhuma grandeza agregada, porque, em toda grandeza, o todo e a parte tem de ser sempre homogêneos. O todo sempre tem de ter a designação das partes. Por exemplo, um *quantum*, mas não uma quantidade [*Größe*] de ducados*

(um *quantum*, que é pensado (como tal) anteriormente à composição, é um *continuum*); o que apenas é pensado por meio da composição, onde as partes precedem, é

*discretum*¹⁹. (Kant, *Refl*, AA17:738)

Segundo a *Reflexão 4822*, as grandezas são de dois tipos: contínuas e discretas (ou agregadas). Como representações singulares, o espaço e o tempo são grandezas contínuas. O entendimento, porém, opera de modo discritivo, o que significa afirmar que opera por conceitos, que são representações parciais. Nos conceitos, a unidade sempre assinala uma nota característica da representação (*Merkmal*). Segundo Kant, na *Reflexão 2279* (1770-1776), “aquilo que, em uma coisa, constitui uma parte de sua cognição é a nota característica, *cognitio partialis* [...]”²⁰ (Kant, *Refl*, AA16:297-298), ou seja, segundo o próprio termo latino, o conceito designa uma cognição parcial. A possibilidade de atribuir extensão a um conceito provém dessa característica. Em um juízo do tipo $S \text{ é } P$, encontra-se a relação de dois conceitos²¹. Nessa relação, o conceito S está contido na extensão do conceito P e P está contido na intensão de S . O conceito P é a nota característica, isto é, uma cognição parcial de S . P , portanto, dá o fundamento cognitivo de S ²², mas não dá o todo de sua intensão.

No capítulo “Do uso lógico em geral do entendimento”, Kant define função como a unidade do ato de representar diferentes representações sob uma representação mais geral (KrV, A68/B93). Quando se relaciona a noção do conceito como cognição parcial e a noção de função, torna-se possível verificar que a atividade discritiva do entendimento, que assenta-se nas funções lógicas do julgar, consiste em atribuir fundamentos cognitivos às representações, isto é, ligá-las em um conceito. O mesmo é afirmar que o entendimento

¹⁹ *Alle Größe ist entweder eine gehäufte (aggregatum) (discretum) oder stetige Größe (continuum). Die letztere ist die Größe ieder Einheit, und ohne sie kann es auch keine gehäufte Größen geben, weil bey allen Größen das Ganze und der Theil immer homogen seyn müssen. Das ganze muß immer die Benennung der Theile haben. e.g. ein quantum Geld, aber nicht eine Größe Ducaten**
(ein Quantum, welches vor der composition (als ein solches) gedacht wird, ist continuum; das nur durch die composition gedacht wird, Wo also die Theile vorhergehn, ist discretum.

²⁰ *Dasienige an einem Dinge, was einen Theil der Erkenntnis desselben ausmacht, cognitio partialis, ist das Merkmal [...]*

²¹ Convém destacar que um juízo, para Kant, contém mais do que a mera relação de conceitos (§19) (KrV, B140-141). Aqui, porém, deseja-se apenas demonstrar como a unidade do conceito se relaciona com as demais representações

²² Codato (2004, pp.148-149) chama atenção para essa dupla relação da nota característica a partir *Reflexão 2902*, que é utilizada por Jäsche na edição da *Lógica* (§7).

atribui uma mesma cognição parcial a mais de uma representação, representando uma unidade que está contida em várias.

Em contrapartida, o espaço e o tempo são representados como várias representações contidas em uma. Essa característica é apresentada nos argumentos 4 do espaço e 5 do tempo. No espaço:

4. O espaço é representado como uma grandeza infinita *dada*. Ora, deve-se pensar todo conceito como uma representação que está contida em uma multidão infinita de diferentes representações possíveis (como sua nota característica universal), por meio da qual as contém *sob si* [*unter sich enthält*]; porém, nenhum conceito como tal pode ser pensado como se contivesse *em si* uma multidão infinita de representações. Não obstante, o espaço é pensado desse modo (pois todas as partes do espaço são simultâneas até o infinito). Portanto, a representação originária do espaço é intuição *a priori* e não conceito²³. (KrV, A25/B39-40)

No tempo:

5. A infinitude do tempo não significa nada mais do que toda grandeza determinada de tempo só é possível mediante recortes de um e mesmo *tempo*, que reside como fundamento. A partir disso, a representação originária do tempo tem de ser dada como ilimitada. Porém, quando as partes mesmas de algo, e toda quantidade de um objeto, só podem ser representadas determinadamente mediante limitação, nesse caso, a representação completa não pode ser dada por conceitos (pois estes contêm apenas representações parciais), mas tem de haver uma intuição imediata por fundamento²⁴. (KrV, A32/B47-48)

A pergunta que se levanta, então, é a seguinte: como o entendimento pode unificar várias representações em uma? A esse respeito, em nota, o §17 pode fornecer uma pista:

²³4. *Der Raum wird als eine unendliche gegebene Größe vorgestellt. Nun muß man zwar einen jeden Begriff als eine Vorstellung denken, die in einer unendlichen Menge von verschiedenen möglichen Vorstellungen (als ihr gemeinschaftliches Merkmal) enthalten ist, mithin diese unter sich enthält, aber kein Begriff, als ein solcher, kann so gedacht werden, als ob er eine unendliche Menge von Vorstellungen in sich enthielte. Gleichwohl wird der Raum so gedacht (denn alle Teile des Raumes ins Unendliche sind zugleich). Also ist die ursprüngliche Vorstellung vom Raume Anschauung a priori, und nicht Begriff.*

²⁴5. *Die Unendlichkeit der Zeit bedeutet nichts weiter, als daß alle bestimmte Größe der Zeit nur durch Einschränkungen einer einigen zum Grunde liegenden Zeit möglich sei. Daher muß die ursprüngliche Vorstellung Zeit als uneingeschränkt gegeben sein. Wovon aber die Teile selbst, und jede Größe eines Gegenstandes, nur durch Einschränkung bestimmt vorgestellt werden können, da muß die ganze Vorstellung nicht durch Begriffe gegeben sein, (denn die enthalten nur Teilvorstellungen,) sondern es muß ihnen unmittelbare Anschauung zum Grunde liegen.*

O espaço e o tempo e todas as suas partes são *intuições*, por conseguinte, representações singulares com o múltiplo que contêm em si (*cf.* Estética Transcendental). Não são, portanto, meros conceitos, por meio do que a mesma consciência esteja contida em várias representações, mas sim como muitas representações em uma e na sua consciência; por conseguinte, como reunidas; conseqüentemente, a unidade da consciência se encontra como *sintética*, mas também como originária. Essa *singularidade* dessas representações é importante na sua aplicação²⁵. (KrV, B136n.)

A nota B136 esclarece o modo como as representações singulares, isto é, as representações intuitivas são unificadas pelo entendimento. O entendimento reúne cognições parciais em um conceito de objeto, isto é, ele compõe um conceito de objeto mediante cognições que dão o (1) fundamento cognitivo, (2) não dão o todo da intensão e (3) são compartilhadas a mais de um objeto. Por exemplo, na representação empírica de um coqueiro, têm-se a consciência empírica das folhas, a consciência empírica do fruto, a consciência empírica do tronco e assim por diante. Tomadas isoladamente, essas consciências empíricas são dispersas. A atividade do entendimento reside em unificar essas representações no conceito de coqueiro. Portanto, nas representações intuitivas empíricas, reúnem-se diversas representações em uma.

No caso específico do espaço e do tempo, essa unificação é ligeiramente diferente. Assim como ocorre com as representações empíricas, o entendimento unifica várias consciências em uma, contudo, no caso do espaço e do tempo, não há diferença entre as várias consciências: elas são sempre as mesmas. Disso decorre que o entendimento sempre unifica a representação a si mesma. Portanto, o entendimento une discretamente o contínuo, ou seja, ele representa o espaço e o tempo como um todo uno, que expressa uma singularidade.

Esse movimento de unificar algo consigo mesmo reside na própria unidade originário-sintética da apercepção. Por essa razão, inclusive, que, no §18, encontra-se a afirmação de que a unidade objetiva das representações pressupõe a relação do tempo a um *eu penso*:

²⁵ *Der Raum und die Zeit und alle Teile derselben sind Anschauungen, mithin einzelne Vorstellungen mit dem Mannigfaltigen, das sie in sich enthalten (siehe die transz. Ästhetik), mithin nicht bloße Begriffe, durch die eben dasselbe Bewußtsein, als in vielen Vorstellungen, sondern viel Vorstellungen als in einer, und deren Bewußtsein, enthalten, mithin als zusammengesetzt, folglich die Einheit des Bewußtseins, als synthetisch, aber doch ursprünglich angetroffen wird. Diese Einzelheit derselben ist wichtig in der Anwendung.*

“[...]encontra-se no tempo a forma da intuição meramente como intuição em geral, que contém um múltiplo sob a unidade originária da consciência, pura e simplesmente mediante uma relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso* [...]” (KrV, B140). O espaço e o tempo, portanto, são representados como singulares apenas quando várias consciências do mesmo sentido são unificadas sob o conceito do espaço e sob o conceito do tempo, como um todo que anterior às suas partes.

Dessa consideração decorre que as representações do espaço e do tempo são produzidas pelo entendimento, enquanto faculdade de ligar, que liga-se a si mesmo nos sentidos externo e interno. Por conseguinte, as unidades que representam o espaço e o tempo são originárias e sintéticas ao mesmo tempo. São originárias, pois se assentam na constituição da própria sensibilidade. São sintéticas, porque são possíveis em relação à atividade do entendimento em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção.

Desse modo, é possível compreender a parte final da nota de B160-1, em que Kant afirma que a unidade que a síntese dá nas representações intuitivas do espaço e do tempo pertencem ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento:

[...] Pois, visto que por meio dela (na medida em que o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são dados como intuições, então a unidade dessa intuição pertence *a priori* ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento (§24). (KrV, B161n.)

Com base nessa relação originária, é possível compreender que a unidade do espaço e do tempo como um todo anterior às partes é resultado da unificação do entendimento. Essa unificação, porém, determina o espaço e o tempo como representações singulares, ou seja, como representações que não possuem extensão. O fundamento cognitivo delas não é compartilhado por nenhuma outra representação. Ele simplesmente determina o próprio espaço ou o próprio tempo.

Com base nisso, já se torna possível vislumbrar a possibilidade de algo dado na sensibilidade independentemente da atividade do entendimento.

4.4 O dado sensível na sensibilidade

Uma vez compreendida a relação do entendimento com as representações do espaço e do tempo, torna-se possível conceber a relação do entendimento com as representações que são dadas na sensibilidade humana. Para isso, convém retomar a questão de Beck na correspondência a Kant de 11 de novembro de 1791:

A Crítica dá o nome de intuição a uma representação que se refere imediatamente a um objeto. Porém, uma representação torna-se de fato objetiva, antes de tudo, por meio da subsunção sob as categorias. E, visto que a intuição também adquire seu caráter objetivo do mesmo modo, ou seja, por meio da aplicação das categorias a elas, desejaria abandonar a definição de intuição, segundo que, ela se refere a um objeto. Acredito que a intuição não é mais do que um múltiplo acompanhado e, de fato, determinado. (Kant, *Br*, AA11:311)

Segundo Beck, como o critério de objetividade das representações é dado por meio do entendimento, as intuições só se relacionariam com objetos mediante a determinação desta faculdade. Essa questão parece se tornar ainda mais complexa quando se considera que o espaço e o tempo só podem ser representados por intermédio da síntese transcendental da imaginação, pois os próprios modos da receptividade estariam sujeitos a essa condição.

Com base na argumentação precedente, seria possível responder a Beck demonstrando que as unificações do espaço e do tempo não são condições necessárias para que o objeto seja dado na sensibilidade, mas apenas para determinação objetiva do seu múltiplo. É preciso compreender, porém, o que isso significa.

Na Estética Transcendental, Kant definiu o espaço e o tempo como formas da intuição. Forma, em relação à sensibilidade, é aquilo que possibilita que o múltiplo seja ordenado de determinada maneira (KrV, A19/B34). Em contrapartida, o entendimento é, ao longo de toda Dedução Transcendental B, apresentado como a faculdade meramente ativa, isto é, ele é uma faculdade que não dá ou produz objetos, mas apenas unifica representações (KrV, B129; B136; B150). Sem qualquer relação com a sensibilidade, a única representação possível de ser produzida pelo entendimento é o *eu penso* que tem de poder acompanhar todas as demais representações. Na seção anterior, observou-se que essa mesma autoativi-

dade, que produz o *eu penso*, quando aplicada à sensibilidade humana, liga-se a si mesma nos sentidos externo e interno, produzindo as representações do espaço e do tempo.

O espaço e o tempo são, portanto, a determinação objetiva desse ordenamento possível do múltiplo sensível. Em outros termos, o espaço e o tempo são aquilo que, como condições extrínsecas aos conceitos dos objetos, permite que o objeto dado seja relacionado um ao outro na sensibilidade. Essa relação, sim, depende do entendimento, mas não o aparecimento do objeto empírico nos sentidos. O entendimento é capaz apenas de unificar as consciências empíricas em um conceito de objeto. Para isso, ele necessita da consciência originária do espaço e do tempo:

[...] Se eu posso ser consciente para mim do múltiplo como simultâneo ou como subsequente, chega a mim por meio dos estados ou das condições empíricas. Por conseguinte, a unidade empírica da consciência por meio da associação das representações diz respeito aos próprios fenômenos e é completamente contingente. Em contrapartida, encontra-se no tempo a forma da intuição meramente como intuição em geral, que contém um múltiplo sob a unidade originária da consciência, pura e simplesmente mediante uma relação necessária do múltiplo da intuição a Um: *eu penso* [...] (KrV, B139-140)

Consequentemente, objetos podem ser dados em uma unidade meramente subjetiva, isto é, em relação apenas à mera receptividade. A relação desse múltiplo na sensibilidade, no entanto, só se torna objetivamente possível quando o entendimento determina o espaço e o tempo em função da unidade originário-sintética da apercepção, isto é, relaciona os sentidos externo e interno a um: *eu penso* (§18).

Disso decorre que as representações se relacionam com os objetos em duas vias. Na primeira via, objetos afetam a sensibilidade, dando as afecções dos sentidos. Sob estas condições, a realidade do objeto é garantida pela simples presença de sensação nos sentidos externo e interno. Na segunda via, porém, é preciso relacionar as representações dadas segundo um princípio objetivo. Esse princípio é dado por meio do entendimento. É nesse sentido que Kant responde à Beck em 20 de janeiro de 1792:

[...] Para o conhecimento são necessários dois tipos de representações: 1. intuição, por meio da qual um objeto é dado; e 2. conceito, por meio da qual ele é

pensado. Para se produzir um conhecimento a partir dessas duas fontes [Erkenntnisstücken] necessita-se que o múltiplo na intuição dada se componha conforme a unidade sintética da consciência, que o conceito expressa. [...] ²⁶ (Kant, *Br*, AA11:315-16)

Segundo Kant, para que o conhecimento seja possível, é preciso que o múltiplo da intuição se componha em conformidade com a unidade sintética da consciência expressa no conceito. Essa composição é possibilitada pela unificação do espaço e do tempo como intuições formais pelo entendimento.

Acerca dessa unificação originária, Beck ainda poderia objetar que as representações dadas em uma unidade subjetiva não possuem relação com os objetos. Desse modo, mesmo que possam aparecer na sensibilidade, elas só adquirem relação com o objeto na medida em que o entendimento unifica o múltiplo em conformidade com a unidade originário-sintética da apercepção. Contra uma objeção desse tipo, caberia, então, considerar que, sem intuições, o entendimento não pode ir além da representação *eu penso*, que expressa apenas a sua autoatividade; de modo que se poderia conceber que, se a sensibilidade tomada isoladamente não se relaciona com objetos, o entendimento, isoladamente, tão pouco. Por conseguinte, se a sensibilidade depende da unificação do entendimento para adquirir unidade objetiva, o entendimento depende da sensibilidade para ter conteúdo que seja ligado. Essa co-dependência das duas faculdades fundamentais do conhecer é necessária, porque a relação do sujeito com os objetos se dá de dois modos: com base na afecção e com base no ligar.

O presente capítulo, como encerramento desta Tese, teve, portanto, o objetivo de demonstrar que a unidade originária da intuição só pode ser criticamente aferida a partir de

²⁶ [...] *Zum Erkenntnis werden zweyerley Vorstellungsarten erfordert 1) Anschauung wodurch ein Object gegeben und 2) Begriff wodurch es gedacht wird. Aus diesen zwey Erkenntnisstücken nun ein Erkenntnis zu machen wird noch eine Handlung erfordert: das Mannigfaltige in der Anschauung gegebene der synthetischen Einheit des Bewusstseyns, die der Begriff ausdrückt, gemäs, zusammensetzen. [...]*

um exame de segunda ordem. Esse exame é o da atividade do entendimento. Desse modo, a correlação assinalada pela co-dependência entre as duas faculdades necessárias do conhecimento deve ser analisada em relação a uma demonstração que exige examinar concomitantemente a esfera ativa do entendimento para entender a sensibilidade e vice-versa.

Essa relação é possível por intermédio da unificação originária do espaço e do tempo. Por um lado, os objetos podem ser dados nos sentidos. Por outro, a determinação desses sentidos só pode acontecer em uma unidade objetiva, o que garante que as categorias, como regras fundamentais do pensar objetos, adquiram universalidade irrestrita a tudo que pode ser dado na sensibilidade.

Como consequência, acredita-se ser possível compreender que essa co-dependência originária entre sensibilidade e entendimento, co-dependência essa que se verifica nas representações do espaço e do tempo, de nenhum modo altera a conclusão da Estética Transcendental, pois ela estabelece apenas que o que é dado pode ser dado sem relação com o entendimento. Todavia, o que é dado só pode ser conhecido como objeto na medida em que o entendimento determina o espaço e o tempo como objetos a par da sua apreensão na sensibilidade. De modo mais preciso: o espaço e o tempo só podem ser representados como intuições formais, sob uma unidade objetiva; essa possibilidade não é condição para que algo seja dado na sensibilidade, mas tão somente para o que dado seja unificado em uma representação objetiva.

Considerações finais

Na exposição precedente, buscou-se demonstrar o modo como o entendimento se relaciona com a sensibilidade, de maneira que seja possível conferir a validade objetiva das categorias em relação ao que pode ser dado no espaço e no tempo. O espaço e o tempo, afirma a conclusão do §26, contêm as condições mediante as quais um múltiplo pode ser dado na sensibilidade. Em contrapartida, representar o espaço e o tempo corresponde a reunir essas condições de aparecimento do múltiplo em uma unidade sintética que confere valor objetivo a essas representações. Como representações, isto é, representados como objetos, o espaço e o tempo só são possíveis mediante uma unidade sintética que decorre da determinação da sensibilidade pelo entendimento.

Essa relação originária entre entendimento e sensibilidade no representar o espaço e o tempo não implica na produção das formas da intuição, mas apenas na reunião dessas formas em um objeto.

Nessa relação originária entre entendimento e sensibilidade, as representações objetiva do espaço e do tempo decorrem da conjunção das esferas passiva e ativa do conhecer: por um lado, o entendimento, cuja natureza consiste na mera atividade, contém o fundamento do ato de ligar, sob o qual reside toda possibilidade de se pensar objetos; por outro lado, a sensibilidade, cuja natureza consiste na mera passividade, contém as condições de aparecimento do dado.

Com o intuito de se elucidar essa relação, o primeiro capítulo teve o objetivo de enfatizar a natureza meramente ativa do entendimento. Com base na consideração dos dois passos da prova da Dedução Transcendental B em dois tipos de síntese, buscou-se demonstrar uma

compreensão da prova da validade objetiva das categorias que levasse em consideração duas esferas da aplicação de uma mesma atividade: o ato de ligar representações.

O segundo capítulo procurou demonstrar que o fundamento primeiro dessa atividade é a unidade originário-sintética da apercepção. Além da unidade originário-sintética da apercepção, encontram-se as categorias como o modo de relacionar o múltiplo sensível às funções lógicas do julgar. Essas condições elementares da atividade do entendimento aplicam-se à sensibilidade por intermédio da síntese transcendental da imaginação (Capítulo 3), que corresponde a uma atividade do entendimento exercido sobre a sensibilidade através da imaginação produtiva. A síntese transcendental da imaginação é a síntese capaz de unificar originariamente as representações do espaço e do tempo anteriormente à qualquer afecção na sensibilidade. Desse modo, por intermédio das representações do espaço e do tempo, é possível verificar como a atividade do entendimento pode ser aplicada universal e necessariamente a todas as representações objetivas dadas, fornecendo, por conseguinte, a possibilidade da própria experiência.

Uma vez esclarecida a natureza ativa do entendimento e como as representações do espaço e do tempo desempenham seu papel na consecução da prova da validade objetiva das categorias, o quarto capítulo buscou demonstrar como as exigências da Dedução Transcendental B acerca da natureza da representação objetiva do espaço e do tempo não contradizem a exposição dessas representações na Estética Transcendental. Ao contrário, a Dedução Transcendental B fornece um suplemento à explicação da Estética Transcendental, de modo que se esclarece que as representações do espaço e do tempo só podem ser completamente aferidas como intuições puras na medida em que o entendimento unifica as condições de aparecimento do múltiplo em um objeto singular. Sem essa atividade do entendimento, por exemplo, não seria possível esclarecer as diferenças existentes entre a noção crítica de espaço e o espaço absoluto do período pré-crítico.

Desse modo, é possível compreender que, mesmo sob uma unidade objetiva que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, as representações do espaço e do tempo correspondem a intuições puras.

A determinação da sensibilidade pelo entendimento, porém, não interfere no estatuto

do dado sensível, pois, como se buscou demonstrar, as representações objetivas do espaço e do tempo não são condições de aparecimento do múltiplo. As condições do mero aparecer do dado sensível encontra-se nos sentidos externo e interno anteriormente e independentemente da atividade do entendimento na sensibilidade. Essa atividade, que produz as representações objetivas do espaço e do tempo são necessárias apenas quando se unifica o múltiplo do dado em uma unidade objetiva (§18). Portanto, sem as representações objetivas do espaço e do tempo, o dado sensível é dado em uma unidade subjetiva no mero sentido.

Com isso, buscou-se conferir um passo pequeno, mas importante na compreensão da Dedução Transcendental B e de sua relação com a Estética Transcendental. Acredita-se que, com esse esclarecimento, torna-se possível elucidar qualquer conflito que venha surgir a partir da conclusão geral da prova da validade objetiva das categorias e de sua relação com a exposição do espaço e do tempo contida na doutrina kantiana da sensibilidade.

Anexo I - Trabalhos relacionados à presente tese

Em relação aos trabalhos originados do presente estudo, cabe destacar a publicação do artigo *A Intuição Formal na Dedução Transcendental B (2018)*. Em relação aos trabalhos que ainda podem se originar do presente estudo, encontram-se os seguintes temas possíveis:

1. O aprofundamento da investigação acerca da própria estrutura argumentativa da Dedução Transcendental B, buscando esclarecer os diferentes modos como a atividade do entendimento se expressa em relação ao próprio pensar e em relação ao conhecer;
2. A investigação mais detalhada da atividade do entendimento sobre a sensibilidade por intermédio da imaginação, buscando compreender mais claramente a relação entre consciência empírica e autoconsciência originária.;
3. Investigar se os problemas aqui tratados encontram sustentação também a partir do texto da Dedução Transcendental A;
4. Compreender de modo mais detalhado a relação entre as categorias e a unidade originário-sintética da apercepção; e
5. Esclarecer o papel da síntese em relação à intensão do conceito de objeto, o que caracterizaria a atividade discritiva do entendimento em relação à sensibilidade.

Esses são apenas alguns pontos que se acredita poder tomar como ponto de partida a investigação presente nesta Tese.

Bibliografia

ABNT. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos. [S.l.: s.n.], 2002.

ADICKES, E. **Immanuel Kants Kritik der reinen vernunft mit Einleitung und Anmerkung**. Edição: E. Adickes. Berlin: Mayer Müller, 1889.

ALLISON, H. **Kant's Trancendental Deduction: An Analytical-Historical Commentary**. 1ª edição. Oxford: Oxford University Press, 2015.

_____. **Kant's Trancendental Idealism: An Interpretation and Defense**. 1ª edição. New Haven e London: Yale University Press, 1983.

_____. _____. 2ª edição. New Haven e London: Yale University Press, 2004.

_____. Where Have all the Categories Gone? Reflections on Longuenesse's Reading of Kant's Transcendental Deduction. In: _____. **Essays on Kant**. Oxford: Oxford University Press, 2012. pp. 31–42.

BUNCH, A. 'Objective Validity' and 'Objective Reality' in Kant's B-Deduction of the Categories. **Kant Review**, v. 14, n. 2, pp. 67–92, 2010.

CAIMI, M. **Leçons sur Kant: la déduction transcendentale dans la deuxième édition de la Critique de la raison pure**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007.

CASSIRER, E. Newton and Leibniz. **Philosophical Review**, v. 52, n. 4, 1943.

CODATO, L. Extensão e Forma Lógica na *Crítica da Razão Pura*. **Discurso**, v. 34, pp. 145–202, 2004.

DUFOUR, E. Remarques sur la note du paragraphe 26 de l'Analytique transcendentale: les interprétations de Cohen e de Heidegger. **Kant-Studien**, v. 94, 2003.

DYCK, Corey. The principles of apperception. In: IMMANUEL Kant: Die Einheit des Bewusstseins. 1. ed. Berlin e Boston: [s.n.], 2017.

ERDMANN, B. **Kants Kritikismus in der ersten und in der zweiten Auflage der Kritik der reinen Vernunft**. Leipzig: Verlag von Leopold Voss, 1878.

FALKENSTEIN, L. **Kant's Intuitionism: A Commentary on the Transcendental Aesthetic**. Toronto, Buffalo e London: University of Toronto Press, 1995.

FICHANT, M. A constituição do conceito de mônada. **Analytica**, v. 10, n. 2, 2006.

_____. Espace esthétique et espace géométrique chez Kant. **Revue de Métaphysique et Morale**, n. 2, pp. 530–550, 2004.

_____. L'Espace est représenté comme une grandeur infinie donné: la radicalité de l'Esthétique. **Philosophie**, n. 56, 1997.

FORMALE Vorgaben für eingereichte Typoskripte. Ago. 2019. Disponível em: <https://www.philosophie.fb05.uni-mainz.de/kant-forschungsstelle-hinweise-fuer-autoren/>.

GARBER, D. **Leibniz: Body, Substance, Monad**. 1st edition. Oxford e New York: Oxford University Press, 2009.

HANNA, R. Kant and Nonconceptual Content. **European Journal of Philosophy**, v. 13, n. 2, pp. 247–290, 2005.

HEIDEMANN, Dietmar H. Diskursivität und Einheit des Bewusstseins bei Kant. In: IMMANUEL Kant: Die Einheit des Bewusstseins. 1. ed. Berlin e Boston: [s.n.], 2017.

HENRICH, D. The Proof-Structure of Kant's Transcendental Deduction. **The Review of Methaphysics**, v. 22, n. 4, pp. 640–659, 1969.

KANT, I. Briefwechsel. In: AKADEMIE-AUSGABE. Berlim: Georg Reimer, 1912. v. X-XII.

_____. Correspondence. In: THE Cambridge Edition of The Works of Immanuel Kant. Tradução: Anulf Zweig. New York e Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. Investigação sobre a Evidência dos Princípios da Teologia Natural e da Moral. In: ESCRITOS Pre-Críticos. Tradução: Luciano Codato. 1ª edição. São Paulo: EDUNESP, 2005.

_____. Logik. In: JÄSCHE, G. B. (Ed.). **Akademie-Ausgabe**. Berlim: Georg Reimer, 1912. v. IX.

_____. Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft. In: AKADEMIE-AUSGABE. Berlim: Georg Reimer, 1912. v. IV.

- _____. **Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können.** Berlin: Georg Reimer, 1912. v. IV.
- _____. Reflexion. In: AKADEMIE-AUSGABE. Berlin: Georg Reimer, 1912. v. XIV-XIX.
- _____. Von dem erten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume (1768). In: AKADEMIE-AUSGABE. Berlin: Georg Reimer, 1912. v. II.
- KANT, Immanuel. Forma e Princípios do Mundo Sensível e do Mundo Inteligível. In: ESCRITOS Pré-Críticos. Tradução: Paulo R. Licht dos Santos. 1. ed. São Paulo: EDUNESP, 2005.
- _____. **Kritik der reinen Vernunft.** Edição: Jens Timmermann. 1. ed. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1998.
- KRAUSSER, P. 'Form of Intuition' and 'Formal intuition' in Kant's Theory of Experience and Science. **Studies in History and Philosophy of Science**, Elsevier, v. 4, n. 3, pp. 279–287, 1973.
- LEIBNIZ, G. W. **Correspondance Leibniz-Clake.** 2ª edição. Paris: Presse Universitaires de France, 1991.
- _____. First Truths. In: tradução: Jonathan Bennett. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.earlymoderntexts.com/authors/leibniz.html>.
- LOGUENESSE, Béatrice. Kant er les jugements empiriques: Jugements de perception et jugements d'expérience. **Kant-Studien**, v. 86, n. 3, p. 278–307, jan. 1995.
- LONGUENESSE, B. **Kant et le Pouvoir de Juger.** 1ª edição. Paris: Presse Universitaires de France, 1993.
- MARQUES, José Luciano Verçosa. A Intuição Formal na Dedução Transcendental B. **Studia Kantiana**, v. 16, n. 3, p. 47–74, 2018.
- MEIER, G. F. Auszug aus der Vernunftlehre. In: AKADEMIE-AUSGABE. Berlin: Georg Reimer, 1912. v. XVI. Disponível em: <https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/meier/>.
- MOTTA, Giuseppe. Was objektive Einheit des Selbstbewußtseins sei. In: IMMANUEL Kant: Die Einheit des Bewusstseins. 1. ed. Berlin e Boston: [s.n.], 2017.
- NEWTON, I. **Mathematical Principles of Natural Philosophy.** Tradução: I. Bernard Cohen e Anna Whitman. 1ª edição. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1999.

NEWTON, I. **Peso e Equilíbrio dos Fluidos**. Tradução: João Luiz Baraúna. 1ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, XIX).

ONOF, C.; SCHULTING, D. Space as Form of Intuition and as Formal Intuition: On the Note to B160 in Kant's *Critique of Pure Reason*. **Philosophical Reviews**, Cornell University, v. 124, n. 1, 2014.

PATON, H. J. **Kant's Metaphysics of Experience, 2 Vols**. London: George Allen Unwin Ltd., 1936.

REICH, K. **The Completeness of Kant's Table of Judgments**. Tradução: Jane Kneller e Michael Losonsky. Stanford: Stanford University Press, 1992.

ROSALES, A. **Ser y Subjetividad en Kant: sobre el Origen Subjetivo de las Categorías**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta**. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

VAIHINGER, H. **Kommentar zu Kants Kritik der reinen Vernunft**. 2. Auflage. Stuttgart, Berlin e Leipzig: Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1922.

VAILATI, E. **Leibniz and Clarke: a study of their correspondence**. 1ª edição. New York: Oxford University Press, 1997.

VLEESCHAUWER, H. J. de. **La Déduction Transcendentale dans l'Oeuvre de Kant**. Antwerpen, Paris e 'S Gravenhage: De Sikkel, Librarie Ernest Leroux e Martinus Nijhoff, 1937.